

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
SUPERIOR DE LICENCIATURA FORMAÇÃO
PEDAGÓGICA PARA GRADUADOS NÃO
LICENCIADOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA
Projeto de parceria em rede**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CÂMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
SUPERIOR DE LICENCIATURA FORMAÇÃO
PEDAGÓGICA PARA GRADUADOS NÃO
LICENCIADOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA
Projeto de parceria em rede

Comissão Responsável pela Elaboração
Instituída pela Portaria n. 212/PVZN - CGAB/IFRO, de 19 de dezembro de 2017:

Anabela Aparecida Silva Barbosa, SIAPE: 1004730
Professora
Presidente da Comissão
Andreia dos Santos Oliveira, SIAPE: 1985495
Professora
Membro
Ariadne Joseane Felix Quintela, SIAPE: 1931685
Professora
Membro
Diego Augusto Doimo, SIAPE: 2297313
Professor
Membro
Esiomar Andrade Silva Filho, SIAPE: 1098908
Professor
Membro
Francirley Costa de Araujo, SIAPE: 2078533
Pedagoga
Membro
Rafael Nink de Carvalho, SIAPE: 1931166
Professor
Membro
Samuel dos Santos Junio, SIAPE: 2170337
Professor
Membro

Porto Velho – 2018

EQUIPES DIRETIVAS

IFSUL

Reitor

Prof. Msc Flavio Luís Barbosa Nunes

Pró-reitor de ensino

Prof. Msc Guilherme Ribeiro Rostas

Pró-reitor de pesquisa

Prof. Dr. Vinicius Martins

Pró-reitor de extensão

Prof. Dra. Gisela Loureiro Duarte

IFMA

Reitor

Francisco Roberto Brandão Ferreira

Pró-reitor de ensino

Ximena Paula Bandeira Maia da Silva

Pró-reitor de pesquisa

Natilene Mesquita Brito

Pró-reitor de extensão

Fernando Antônio Carvalho de Lima

IFRO

Reitor

Prof. Uberlando Tiburtino Leite

Pró-reitor de ensino

Prof. Moisés José Rosa Souza

Pró-reitor de pesquisa

Prof. Gilmar Alves Lima Junior

Pró-reitor de extensão

Prof. Maria Goreth Araújo Reis

IFRN

Reitor

Prof. Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Pró-reitor de ensino

Prof. Agamenon H. de Carvalho Tavares

Pró-reitor de pesquisa

Prof. Márcio Adriano de Azevedo

Pró-reitor de extensão

Prof. Régia Lúcia Lopes

IFCE

Reitor

Prof. Virgílio Augusto Sales Araripe

Pró-reitor de ensino

Prof. Reuber Saraiva de Santiago

Pró-reitor de pesquisa

Prof. José Wally Mendonça Menezes.

Pró-reitor de Extensão

Prof. Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq

IFMT

Reitor

Prof. Willian Silva de Paula

Pro-reitor de ensino

Prof. Carlos André de Oliveira Câmara

Pro-reitor de pesquisa

Prof. Wander Miguel de Barros

Pró-reitor de Extensão

Prof. Marcus Vinicius Taques Arruda

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

EQUIPES DE ELABORAÇÃO

Organização Geral

Prof.^a Dra. Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas

IFSUL

Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias

Prof. Dr. Luís Otoni Meireles Ribeiro

Coordenação Geral da Universidade Aberta do Brasil

Prof. Msc Ricardo Rios Villas Boas

Coordenação Adjunta da Universidade Aberta do Brasil

Prof.^a Msc Marla Sopeña

Suporte Pedagógico

Prof.^a Msc Fabiana Zafallon

Prof.^a Dra. Márcia Helena Sauaia Guimarães
Rostas

IFMA

Diretoria do Centro de Referência em Tecnologias

Prof.^a Msc. Simone Costa Andrade dos Santos

Coordenação Geral da Universidade Aberta do Brasil

Prof.^a Esp. Debora Ribamar Macedo Ribeiro

Coordenação Adjunta da Universidade Aberta do Brasil

Prof. Dr. André Luís Silva dos Santos

Suporte Pedagógico

Prof.^a Carolina Pereira Nunes

IFRO

Diretoria de Educação a Distância

Prof. Me. Adonias Soares da Silva Junior

Direção-Geral do Campus Porto Velho Zona Norte/Ofertante EaD

Prof. Miguel Fabrício Zamberlan

Suporte Pedagógico

Prof.^a Ma Anabela Aparecida Silva Barbosa

IFRN

Pró-reitor de pesquisa

Prof. Marcio Adriano de Azevedo

Diretor do Campus EAD

Prof. Msc Alexsandro Paulino de Oliveira

Coordenação Geral da Universidade Aberta do Brasil

Prof.^a Dra. Edneide da Conceição Bezerra

Coordenação Adjunta da Universidade Aberta do Brasil

Prof.^a Msc Abigail Noadia Barbalho da Silva

Suporte Pedagógico

Msc Maria Adilina Freire Jeronimo de Andrade

IFCE

Diretor do Departamento de Educação a Distância do IFCE campus Fortaleza

Prof. Marcio Daniel Santos Damasceno

Coordenador de Pesquisa e Extensão do Campus Umirim

Prof. Dr. Igor de Moraes Paim

IFMT

Pró-reitor de Ensino

Carlos André de Oliveira Câmara

Departamento de Educação à Distância

Prof. Constantino Dias da Cruz Neto

Coordenação Geral da Universidade Aberta do Brasil

Prof. Msc. Andréia Aparecida de Oliveira
Cabraia

Coordenação Adjunta da Universidade Aberta do Brasil

Professora Msc. Vera Lucia Fernandes da
Cunha

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES	13
1 DADOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (REITORIA)	13
2 DADOS DOS DIRIGENTES LIGADOS A REITORIA	13
3 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO – CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE	13
4 DADOS DOS DIRIGENTES DA UNIDADE DE ENSINO - CAMPUS	13
5 DADOS GERAIS DO CURSO A SER IMPLANTADO	14
6 INSTITUIÇÕES OFERTANTES – ATUANDO DE FORMA COLABORATIVA, EM REDE:	14
7 VIGÊNCIA	14
II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO	15
1 DADOS INSTITUCIONAIS	15
1.1 BREVE HISTÓRICO DO IFRO	15
1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFRO	16
1.2.1 Missão	16
1.2.2 Visão	17
1.2.3 Valores	17
1.3 BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE	17
1.4 DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO	18
DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	21
1.1 CONTEXTO EDUCACIONAL	21
1.1.1 Os dados locais voltados ao propósito do curso	21
1.1.2 Demanda pelo Curso IFRO	23
1.1.3 Da Justificativa do Curso	26
1.1.3.1 Da Justificativa do Curso no IFRO	30
1.1.3.2 Legislação – Diretrizes Curriculares	35
1.1.3.3 Breve Histórico Da EaD	36
1.1.3 Formas de acesso ao curso	37
1.1.4.1 Regime De Matrícula	37
1.1.4.2 Duração	37
1.1.4.3 Critérios Para Validação De Conhecimentos E Experiências Profissionais Anteriores	38
1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) NO ÂMBITO DO CURSO	39
1.2.1 Políticas de Ensino para Formação Inicial e Continuada	39
1.2.2 Políticas de Ensino para Cursos de Extensão	40
1.2.3 Políticas de Ensino para Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Graduação	40
1.2.4 Políticas de extensão	42
1.2.5 Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação	43
1.2.6 Ações para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão	44
1.3 OBJETIVOS DO CURSO	46
1.3.1 Objetivo geral do curso	46
1.3.2 Objetivos específicos do curso	46
1.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	47
1.4.1. Das Competências e Habilidades Gerais do Egresso	48
1.4.2 Mercado de trabalho e perfil profissional	50
1.4.3 Título	50
1.5 ESTRUTURA CURRICULAR	51
1.5.1 Política de Formação Integral do Estudante	52
1.5.2 Flexibilidade Curricular	52
1.5.3 Articulação da Teoria com a Prática	55
1.5.4 Interdisciplinaridade e Função Social	56
1.5.5 Curricularização da Extensão	56

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES DO CURSO	58
1.6.1 Especificação dos componentes curriculares	58
1.6.2 Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil desejado do egresso	59
1.6.3 Coerência dos conteúdos curriculares face às diretrizes curriculares nacionais	59
1.6.4 Matriz curricular do curso	60
1.6.5 Ementário	62
1.7 METODOLOGIA	70
1.7.1 Sistema de Tutoria	73
1.7.2 Tutoria Presencial	73
1.7.3 Tutoria à Distância	75
1.7.4 Material Didático	76
1.7.5 Concepção do curso e abordagens pedagógicas	78
1.7.6 Transversalidade no currículo	79
1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	79
1.8.1 Estágio não obrigatório	80
1.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	80
1.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	81
1.11 APOIO AO DISCENTE	82
1.12 AVALIAÇÃO DO CURSO E AÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO AVALIATIVO DO CURSO	83
1.12.1 Funcionamento das Instâncias de Deliberação e Discussão	84
1.12.2 Atendimento extraclasse	85
1.12.3 Educação Inclusiva e Atendimento psicopedagógico	85
1.12.4 Estratégias de nivelamento	89
1.12.5 Estratégias de interdisciplinaridade	89
1.12.6 Estímulos às atividades acadêmicas	91
1.13 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	92
1.14 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO	93
1.14.1 Avaliação do processo ensino-aprendizagem no IFRO	95
1.15 TOTAL DE VAGAS	97
1.15.1 No primeiro ano de implantação	97
1.15.2 Durante o prazo de integralização	97
1.16 PÚBLICO ALVO	97
DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE	98
2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	98
2.1.1 Composição do Núcleo Docente Estruturante	99
2.2 COORDENAÇÃO DO CURSO	100
2.2.1 Identificação do Coordenador do Curso	101
2.2.2 Titulação e Formação do Coordenador do Curso	101
2.2.3 Experiência Profissional de Magistério Superior e de Gestão do Coordenador do Curso	102
2.2.4 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	102
2.2.5 Carga Horária do Coordenador do Curso	102
2.3 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	103
2.4 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	103
2.5 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE	104
2.6 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE – PERCENTUAL DE DOUTORES	105
2.7 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO	105
DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA	107
3.1 INFRAESTRUTURA DO IFRO	107
3.1.1 Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral	107
3.1.2 Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos	107
3.1.3 Sala de Professores	108
3.1.4 Salas de Aula	108
3.1.5 Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática	109
3.1.6 Livros da Bibliografia Básica	109
3.1.7 Livros da Bibliografia Complementar	110
3.1.8 Plano de Atualização Tecnológica, Serviços e Manutenção dos	110

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Equipamentos	
3.2 INFRAESTRUTURA PARA OFERTA DO CURSO NO IFRO	111
3.2.1 Infraestrutura e Recursos Específicos para EaD no IFRO	111
3.3 INFRAESTRUTURA DOS PARCEIROS	118
3.4 INFRAESTRUTURA – IFSUL	118
3.5 INFRAESTRUTURA – IFRN	123
3.6 INFRAESTRUTURA – IFCE	126
3.7 INFRAESTRUTURA – IFMT	132
3.8 INFRAESTRUTURA – IFMA	135
4. DOS REQUISITOS LEGAIS	136
4.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO	136
4.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA	136
4.3 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	136
4.4 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	138
4.5 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	139
4.6 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	139
4.7 CARGA HORÁRIA MÍNIMA	139
4.8 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO	139
4.8 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	139
4.8.1 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no IFRO	142
4.8.2 Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física no IFRO	142
4.8.3 Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Visual	143
4.8.4 Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Auditiva	143
4.8.5 Do oferecimento da Disciplina de Libras	144
4.8.6 Informações acadêmicas	145
4.8.7 Políticas de educação ambiental	145
5 DOS TEMAS GERAIS E DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	147
5.1 DA INFRAESTRUTURA DO CAMPUS	147
5.1.1 Da Infraestrutura de Segurança	148
5.1.2 Da Área de Convivência	149
5.1.3 Da Biblioteca	149
5.1.3.1. Do Espaço Físico da Biblioteca	150
5.1.3.2. Dos Serviços Oferecidos na Biblioteca	150
5.1.3.3. Do Horário de Funcionamento da Biblioteca	150
5.1.4 Dos Espaços para Eventos	151
5.1.5 Das Instalações Sanitária	151
5.2. DA ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO	151
5.3. DOS SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	152
5.4. DA DIRETORIA DE ENSINO	152
5.4.1 Do Departamento de Apoio ao Ensino	153
5.4.2 Da Coordenação de Assistência ao Educando	153
5.4.3 Da Coordenação de Registros Acadêmicos	153
5.4.4 Da Coordenação de Biblioteca	154
5.5 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO	154
5.6 DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	155
5.7 DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	155
5.8 DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	156
6 REFERÊNCIAS	157
APÊNDICE A REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO	160
APÊNDICE B REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	167
APÊNDICE C REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	173

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Dados gerais do IFRO (Reitoria)	13
Quadro 2: Reitor e Pró-Reitores do IFRO	13
Quadro 3: Dados gerais do <i>Campus</i>	13
Quadro 4: Diretor-Geral e Diretor de Ensino	13
Quadro 5: Dados gerais do curso	14
Quadro 6: Dados econômicos e sociais de Rondônia	19
Quadro 7: Dados econômicos do município de Porto Velho	20
Quadro 8: Regime de Matrícula	37
Quadro 9: Duração do curso	22
Quadro 10: Componentes de formação	58
Quadro 11 – Matriz curricular	61
Quadro 12 – Total de vagas no primeiro ano de implantação	97
Quadro 13 – Total de vagas durante o prazo de integralização	97
Quadro 14: Núcleo Docente Estruturante	99
Quadro 15: Titulação do coordenador do curso	101
Quadro 16: Experiência Profissional do Coordenador do Curso	102
Quadro 17: Carga horária do Coordenador do Curso	102
Quadro 18: Titulação do corpo docente	103
Quadro 19: Descrição de gabinetes para docentes	107
Quadro 20: Espaço de trabalho para a coordenação de curso e serviços acadêmicos	107
Quadro 21: Descrição da sala de professores	108
Quadro 22 - Quantificação e descrição dos ambientes de formação	111
Quadro 23: Recursos de Estúdio	113
Quadro 24: Polos da Universidade Aberta do Brasil em Rondônia	115
Quadro 25: Estrutura voltada ao curso disponível para professores e coordenadores	118
Quadro 26: Estrutura voltada ao curso disponível para professores e coordenadores	121
Quadro 27: Descrição do Laboratório 1 de informática.	125
Quadro 28: Descrição do Laboratório 2 de informática	126
Quadro 29: Infraestrutura do IFCE	126
Quadro 30: Infraestrutura Administrativa do Campus Cuiabá- Bela Vista	132
Quadro 31: Estrutura física do <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte	148

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Figura 1: Distribuição territorial das unidades do IFRO em 2017	16
Figura 2: Área de Formação Docente	21
Figura 3: Tipo de Formação Docente	22
Figura 4: Titulação Docente do Campus Porto Velho Zona Norte	22
Figura 5: Adequação da Formação Docente	23
Figura 6 Adequação da Formação Docente	24
Figura 7: Adequação da Formação Docente	24
Figura 8 Formação de Professores da educação básica	28
Figura 9 Tipo de Formação Docente	31
Figura 10 Docentes por Disciplina	32
Figura 11 Gabinetes individuais	130

APRESENTAÇÃO

A presente proposta de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) **Curso Superior Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância leva em consideração os desafios da educação superior e da Educação a Distância (EaD) diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se constitui como promotora do conhecimento e do saber técnico e tecnológico, e também como instância voltada para atender às necessidades educativas da sociedade.

Os princípios norteadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se constitui não apenas como uma instância reflexiva da sociedade e do mundo do trabalho, mas e principalmente como um espaço de transformação.

Nesta perspectiva O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), em parceria, no âmbito de suas atribuições e responsabilidade social no campo do ensino, pesquisa e extensão apresentam o **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância, com o objetivo de contribuir com a formação e aperfeiçoamento de professores da Rede Federal, Estadual e Municipal de educação básica, destes estados, que possuem graduação plena, porém não são Licenciados, para que possam ser favorecidos na formação docente e no conteúdo do desenvolvimento da prática educativa. O presente projeto, elaborado em rede,

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

pode ser ofertado pelas Instituições parceiras em conjunto, otimizando recursos humanos e financeiros e/ou como oferta individual com recursos próprios.

O presente projeto, elaborado em rede, busca colaborar no cumprimento das finalidades e dos objetivos do Institutos Federais “ofertar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” e pode ser ofertado pelas Instituições parceiras em conjunto, otimizando recursos humanos e financeiros e/ou como oferta individual com recursos próprios.

O presente Curso tem como objetivo geral possibilitar a formação, superior, do profissional docente, para o exercício do magistério na Rede Federal, Estadual e Municipal de Educação Básica e Educação Profissional com conhecimentos pedagógicos.

Neste **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância o Campus Porto Velho Zona Norte apresenta a versão institucional com base na estrutura comum elaborada em rede e com os elementos de especificidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Este Projeto Pedagógico, em suas macro e microestruturas, deverá servir como instrumento norteador no processo de formação e aperfeiçoamento de professores da Rede Federal com foco nas necessidades da Educação Profissional e para o exercício da docência, sem desprezar as demandas da região e da população local. Uma proposta em rede pressupõe que os cursos oferecidos em seus diversos Campi e instituições ofertantes devem ter a mesma estrutura pedagógica norteadora por um PPC, em uma conjugação que reflete os aspectos macros da Rede Federal, e considera as especificidades de cada região, neste caso o Estado de Rondônia.

O campo de atuação do **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância atende a Resolução CNE/CP nº 2/2015, como passamos a descrever a seguir.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

O Curso de **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, é oferecido na modalidade a distância, e em caráter de cooperação entre Institutos, em rede, tem seu currículo estruturado no regime anual, sendo, os estágios supervisionados e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), incluído ao longo dos anos.

O curso, ofertados a portadores de diplomas de curso superior, formados em cursos relacionados à habilitação pretendida, possui carga horária superior a mínima apontada na legislação – 1.640 horas de efetivo trabalho acadêmico.

No âmbito desta proposta foram contemplados no currículo conteúdo da área de conhecimento e/ou interdisciplinares, conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A estrutura curricular do curso visa desenvolver, nos estudantes, competências e habilidades didático-pedagógicas, no exercício da atuação docente, através do aprendizado na perspectiva da interface e da transversalidade com vista à formação da cidadania universal e da formação profissional.

Aliada a essa vertente, na formação deste profissional, primamos pela integração dos conhecimentos viabilizados pelas atividades de formação que serão desenvolvidos ao longo do curso e pelo Seminário de Final de Curso, onde todos os estudantes apresentarão o resultado de seus trabalhos práticos e de investigação, os quais deverão ter como princípio norteador a multidisciplinaridade.

A estrutura curricular se desdobra em unidades curriculares que se propõem a responder as questões, para além dos entendimentos de senso comum. Fará parte, perpassando todo o currículo, um conjunto de conteúdos que são fundamentais.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE
I. DADOS PRELIMINARES DO CURSO E DA IES
1 DADOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA (REITORIA)

Quadro 1: Dados gerais do IFRO (Reitoria)

NOME	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	SIGLA	IFRO
CNPJ	10.817.343/0005-20		
LEI	11.892, de 29 de dezembro de 2008		
LOGRADOURO	Av. Sete de Setembro	Nº	2090
BAIRRO	Nossa Senhora das Graças	CIDADE	Porto Velho
ESTADO	Rondônia	CEP	76.804-124
E-MAIL		FONE	(69) 2182-9600

2 DADOS DOS DIRIGENTES LIGADOS A REITORIA

Quadro 2: Reitor e Pró-Reitores do IFRO

REITOR	Uberlando Tiburtino Leite
PRÓ-REITORA DE ENSINO	Moisés José Rosa Sousa
PRÓ-REITOR DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	Gilmar Alves Lima Júnior
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO	Maria Goreth Araújo Reis
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO	Dauster Souza Pereira
PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos

3 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO – CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

 Quadro 3: Dados gerais do *Campus*

CAMPUS	Porto Velho Zona Norte		
LOGRADOURO	Avenida Governador Jorge Teixeira	Nº	3.146
BAIRRO	Setor Industrial	CIDADE	Porto Velho
ESTADO	Rondônia	CEP	76.821-002
E-MAIL	campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br	FONE	(69) 2182-3801
CAIXA POSTAL	-	CEL.	-

4 DADOS DOS DIRIGENTES DA UNIDADE DE ENSINO - CAMPUS

Quadro 4: Diretor-Geral e Diretor de Ensino

DIRETOR-GERAL	Miguel Fabrício Zamberlan
DIRETOR DE ENSINO	Samuel dos Santos Junio

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

5 DADOS GERAIS DO CURSO A SER IMPLANTADO

Quadro 5: Dados gerais do curso

NOME DO CURSO	Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - em rede
MODALIDADE	A Distância
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146 – Setor Industrial – Porto Velho - RO
NÚMERO DE VAGAS PRETENDIDAS	50 vagas, por polo/campus, ofertante, ampliável, conforme demanda da região
TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	Independente de Turno – Curso na modalidade à Distância
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1.640 horas
TEMPO MÍNIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	2 anos
TEMPO MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	4 anos
REGIME DE MATRÍCULA	anual

6 INSTITUIÇÕES OFERTANTES – ATUANDO DE FORMA COLABORATIVA, EM REDE

- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul)
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)

7 VIGÊNCIA

O **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância passará a vigor a partir de 2018/1. Durante a sua vigência, este projeto será avaliado com periodicidade anual pelas instâncias colegiadas, de cada Instituição ofertante, sob a mediação do Coordenador de Curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO IFRO

1 DADOS INSTITUCIONAIS

1.1 BREVE HISTÓRICO DO IFRO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A referida lei reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nacionalmente, a Instituição faz parte de uma rede federal de educação profissional, científica e tecnológica centenária, que teve sua origem no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, por meio do qual foram criadas 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, atuando na educação básica e superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade. Regionalmente, é resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época em fase de implantação, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, com 15 (quinze) anos de existência. A fusão originou uma Reitoria, com a previsão de funcionamento de 5 *campi*: Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena e um *Campus* Avançado em Cacoal. Em 2014, o IFRO já possuía em sua estrutura administrativa, a Reitoria, 7 (sete) *Campi* e 25 (vinte e cinco) polos de Educação a Distância. (PDI, 2018-2022, p.22).

Ainda de acordo com o PDI (2018-2022, p.23) o IFRO possui 09 (nove) campi presenciais, implantados em municípios estratégicos do estado. Mas o processo de expansão e interiorização do IFRO se faz também através da criação e implantação de polos de apoio presencial da Educação a Distância (EaD), conforme disposição na Figura 01.



CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Figura 01 – Distribuição territorial das unidades do IFRO, em 2017



Fonte: ASCOM – Ano 2017

São 23 (vinte e três) polos de EaD em parceria com 22 (vinte e dois) municípios do Estado. Além de 176 polos de EaD em parceria com o Governo do Estado de Rondônia. Conforme dados do sistema SISTEC de 11/10/2017, o IFRO estava com 50 cursos e 16.223 matrículas totais em todos os níveis de ensino, destas 7.235 na EaD.

1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFRO

1.2.1 Missão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, tem como Missão, promover educação científica e tecnológica de excelência no Estado de Rondônia voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

1.2.2 Visão

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

1.2.3 Valores

Nas suas atividades, o IFRO valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito à diversidade, à transparência, à excelência e à determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão e atos consonantes com os preceitos da ética pessoal e profissional, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental.

1.3 BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *Campus* Avançado pela Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010. No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, deu-se início às atividades de planejamento e implantação do *Campus*, oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *Campus* que surgira.

Com uma estrutura voltada à Educação a Distância (EaD), o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por sua conversão de Avançado para Regular, assume, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD no *Campus* e Polos Regionais do IFRO. Passou a oferecer, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), os Cursos Técnicos em Administração, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Reabilitação de Dependentes Químicos, Eventos, Logística, Segurança do Trabalho e Agente Comunitário de Saúde. Além destes, ofereceu também os cursos do Programa Profucionário:

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Técnicos em Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar. O *Campus* já alcança mais de 4.000 alunos.

Com início das atividades próprias em 2013, passou a ofertar os cursos presenciais Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças, além do Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Além disso, com a instalação dos estúdios de produção de educação a distância, iniciaram-se os primeiros cursos nesta modalidade: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças, ainda em 2013.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *Campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação e ainda utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender as mais diversas regiões do Estado, criando condições às comunidades para a inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho.

1.4 DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO

O Estado de Rondônia, situado na Região Norte do país, faz divisa ao norte com o Estado do Amazonas, ao leste do Estado do Mato Grosso, ao sul da República da Bolívia e a oeste do Estado do Acre e se insere na área de abrangência da Amazônia Legal – porção ocidental. Até 1981 era território brasileiro e foi transformado em Estado a partir de janeiro de 1982. Rondônia possui dois terços de sua área cobertos pela Floresta Amazônica. Tem uma área de aproximadamente 240 mil km, que corresponde a 2,8% da superfície do Brasil. A capital, Porto Velho, está localizada ao norte do Estado, na margem direita do Rio Madeira. O Estado apresenta um relevo pouco acidentado, com pequenas depressões e elevações, e o clima predominante é tropical úmido, com chuvas abundantes.

A vegetação é uma transição do cerrado para a floresta tropical, com florestas de várzeas, campos inundáveis e campos limpos. O cerrado recobre os pontos mais

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

altos do território – a chapada dos Parecis e a serra dos Pacaás, onde há um Parque Nacional.

O rio Madeira, maior afluente do rio Amazonas, atravessa Rondônia ao noroeste. É navegável o ano todo no trecho entre Porto Velho e o rio Amazonas. É utilizado para o escoamento da Zona Franca de Manaus e para o abastecimento da capital amazonense. O segundo sistema hídrico em importância no Estado é formado pelos rios Ji-Paraná-Machado e seus afluentes e drena boa parte da região oriental, desembocando no rio-Madeira no extremo norte do Estado.

A economia rondoniense é baseada no extrativismo vegetal e na agropecuária, que justifica grande parte de sua imigração. A mineração de cassiterita e o garimpo de ouro, que já foram importantes na economia estadual, estão estabilizados e, atualmente, está prosperando a exploração de pedras ornamentais (granito). Também há se desenvolvido o turismo autossustentável (ecoturismo).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho Zona Norte possui limite de atuação circunscrito ao Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Quadro 6: Dados econômicos e sociais de Rondônia

População	1.562.409 (2010)
Produto interno bruto (pib)	R\$ 7,5 bilhões (2010)
Renda <i>per capita</i>	R\$ 17,636 (2010)
Principais atividades econômicas	Serviços, indústrias, turismo e Agropecuária
Índice de desenvolvimento humano (IDH)	0,736 – alto (PNUD, 2010)
Coeficiente de GINI	0,47
Esperança de vida ao nascer	74,1 anos (2010)
Mortalidade infantil (antes de completar 1 ano)	15,5 por mil nascidos vivos

Fonte: IBGE, 2012

Constata-se pelos dados publicados pelos governos estaduais e federais, o Estado de Rondônia, desde a sua criação, está em desenvolvimento. Isso é, sobretudo, um reflexo do que acontece em seus municípios. No quadro 7, apresenta-se o crescimento econômico de Porto Velho.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Quadro 7: Dados econômicos do município de Porto Velho

Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	R\$ 1.612.015,00
Pib a preços correntes	R\$ 9.775.421,00
Pib <i>per capita</i> a preços correntes	R\$ 22.081,33
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	R\$ 325.844,00
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	R\$ 1.883.401,00
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	R\$ 5.954.167,00

Fonte: IBGE, 2012

Além de sua tendência para o agronegócio, para a indústria, para o comércio e para o turismo, o Município tem demonstrado ser um fértil seleiro de desenvolvimento tecnológico. Com o crescimento dos negócios em todas as áreas, a região requer e anseia por profissionais que sejam capazes de modernizar os sistemas de controle da informação nas indústrias, no comércio, na cidade, no campo e em todos os setores envolvidos direta e indiretamente com o desenvolvimento do Estado e do Município, sejam públicos ou privados.

DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

1.1 CONTEXTO EDUCACIONAL

1.1.1 Os dados locais voltados ao propósito do curso

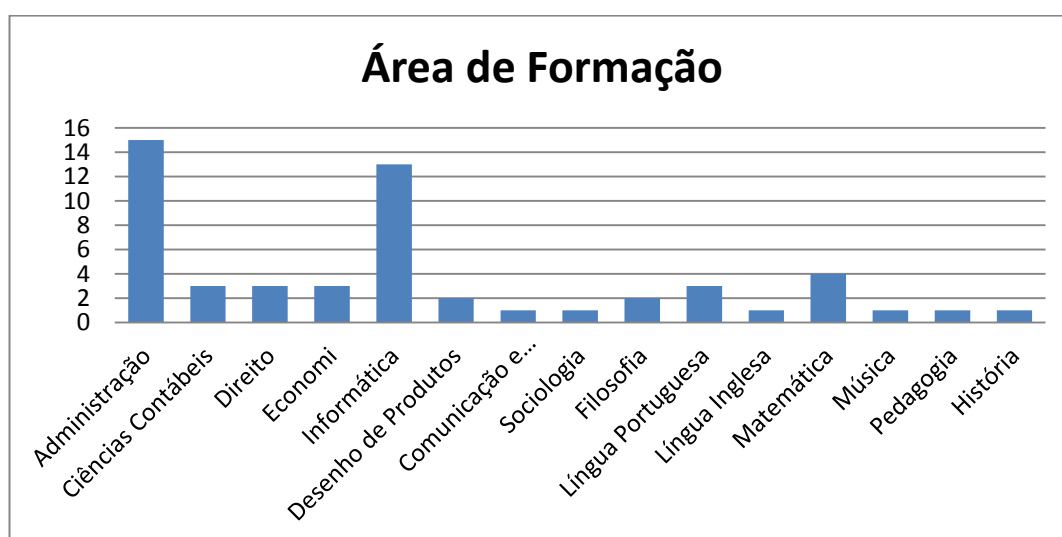
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – *Campus* Porto Velho Zona Norte, possui como atuação dois campus um circunscrito ao município de Porto Velho, situado na Microrregião de Porto Velho, no Estado de Rondônia e outro que alcança todo o estado por intermédio da EaD.

Como se trata de curso de formação pedagógica para graduados não licenciados, não há necessidade de apresentação de dados populacionais sobre educação básica (educação infantil, ensinos fundamental e médio), mas de dados locais e regionais voltados ao propósito do curso – mapeamento dos profissionais graduados bacharéis e tecnólogos que atuam no magistério da educação profissional técnica e tecnológica que demandam por formação pedagógica.

Dessa forma os dados gerais estão apresentados no item Justificativa do Curso, os dados regionais dispostos no item Justificativa do Curso no IFRO, e neste apresenta-se os dados locais referentes ao *Campus* Porto Velho Zona Norte.

Atualmente, o *Campus* Porto Velho Zona Norte conta com 54 profissionais no quadro docente em áreas diversas como disposto na Figura2:

Figura 2: Área de Formação Docente

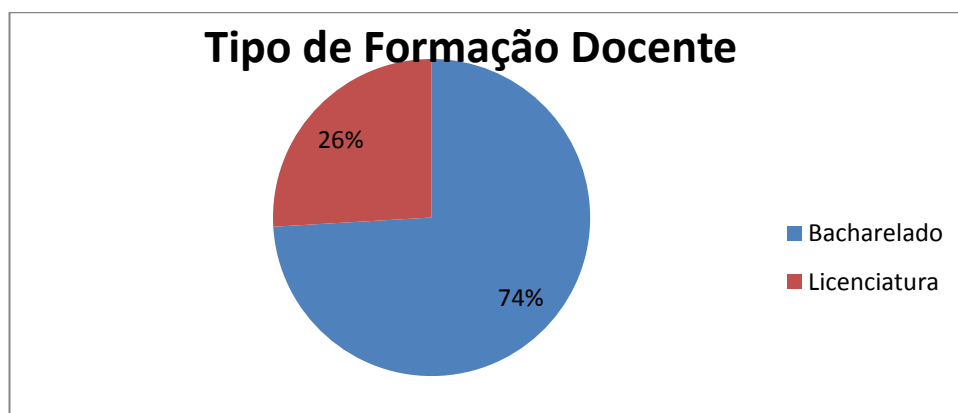


Fonte: Departamento de Apoio ao Ensino/IFRO, 2018

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Destes profissionais 40 são bacharéis e 14 são licenciados conforme disposição no Figura 03:

Figura 03: Tipo de Formação Docente



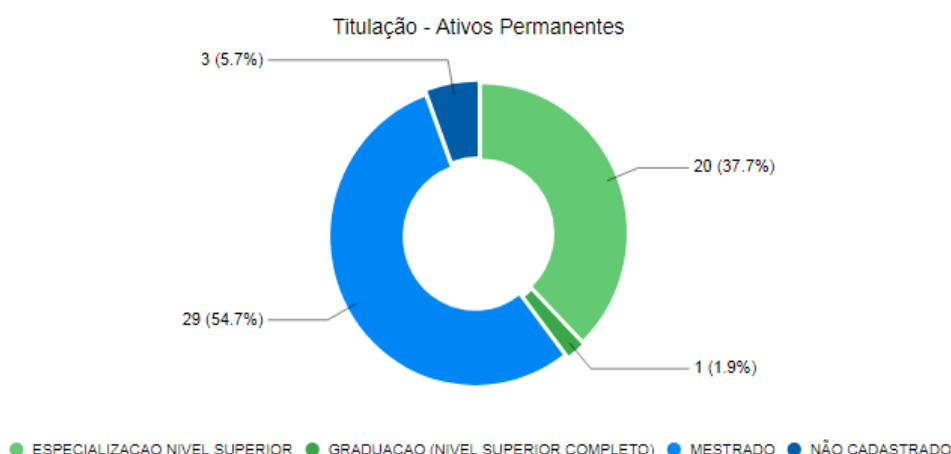
Fonte: Departamento de Apoio ao Ensino/IFRO, 2018

Os dados gerais referentes ao Câmpus Porto Velho Zona Norte indicam que os professores, cerca de 74%, não possuem formação pedagógica.

Com a expansão dos Institutos Federais de Educação (IFET), crescem, também, as exigências por conhecimentos mais profundos e ampliados em nível de mestrado e doutorado. Os docentes optam por cursar a pós-graduação em suas áreas específicas de formação inicial.

De acordo com o Painel do IFRO 29% dos docente possuem a titulação de mestre conforme demonstrado no Figura 04, em relevo:

Figura 04: Titulação Docente do Campus Porto Velho Zona Norte



Fonte: <http://painel.ifro.edu.br/pentaho/plugin/painel/api/dgpdcente>

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Esse aspecto, contribuir para o aperfeiçoamento da formação técnica e científica, mas não fomenta ou promove a formação pedagógica, aquela dedicada aos conhecimentos didáticos – como, por exemplo, preparar, conduzir uma aula, planejar as avaliações, manter um bom relacionamento com os estudantes, entre outras (OLIVEIRA, 2016).

Assim, estes dados informam que a formação docente tem demanda certa e que o **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância a ser ofertado pelo IFRO - *Campus* Porto Velho, deverá suprir a necessidade existente por professores licenciados na área.

1.1.2 Demanda pelo Curso IFRO

Os dados do INEP apresentam significativa distorção na qualificação docente, que provocou o lançamento da Política Nacional de Formação de Professores, de acordo com o MEC tem-se a seguinte linha de adequação na formação docente.

Figura 05: Indicador de Adequação Docente

DIAGNÓSTICO	
  	
Indicador de Adequação da Formação Docente (INEP): qualificação de cada docente responsável por cada docência foi classificada de acordo com as normas legais em cinco categorias	
1	Licenciatura na mesma disciplina que leciona, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído.
2	Bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica.
3	Licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona.
4	Outra formação superior não considerada nas categorias anteriores.
5	Não possui curso superior completo.

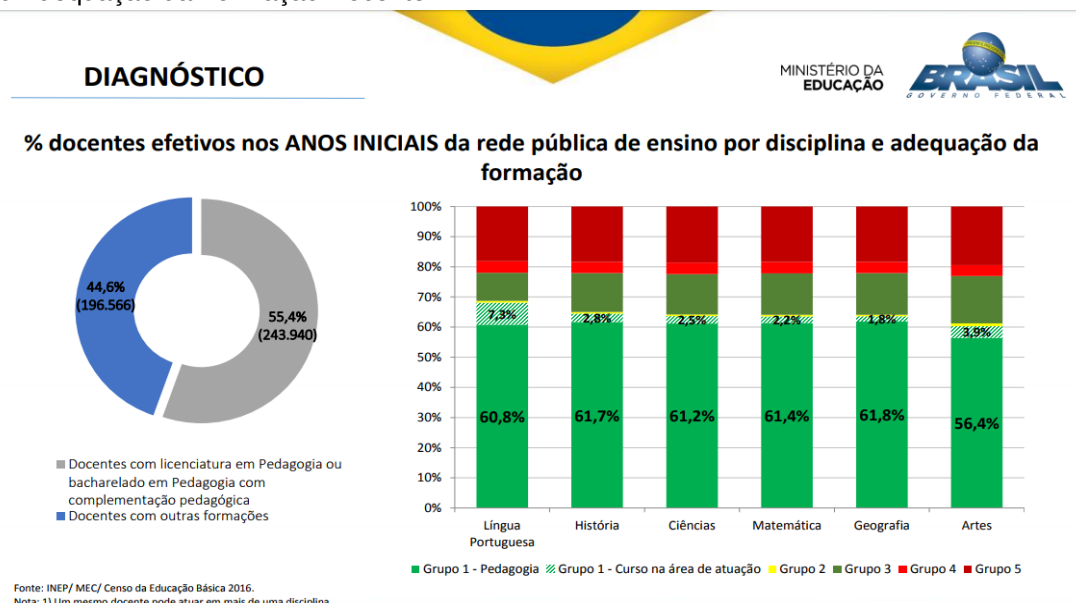
Fonte: INEP/MEC -2017

Nos termos do Censo da Educação Básica do INEP/MEC – 2017 há uma discrepância na formação dos professores o que exige uma complementação

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

pedagógica.

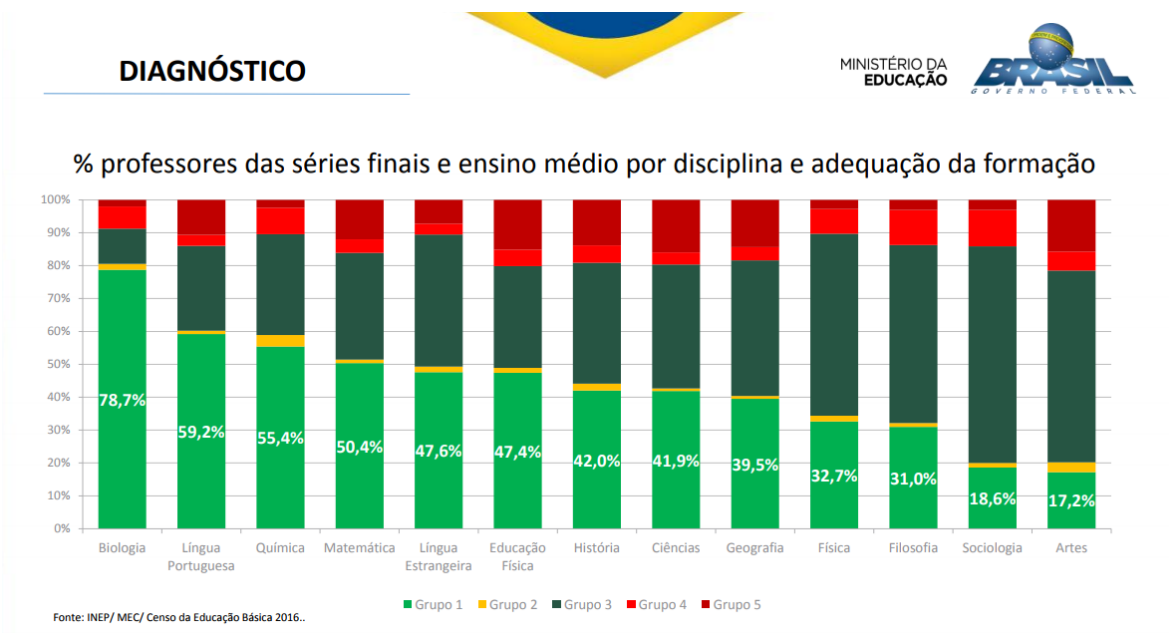
Figura 6: Adequação da Formação Docente



Fonte: INEP/MEC -2017

Ainda o Censo da Educação Básica do INEP/MEC – 2016 apresenta discrepância na formação dos professores nos anos finais e no ensino médio..

Figura 7: Adequação da Formação Docente



Fonte: INEP/MEC -2017

Em atenção a previsão legal que institui a rede federal de educação, é uma

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

das finalidades dos institutos federais “ cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”.

Nota-se, assim, a relevância do IF ao observarmos sua missão e, conseqüentemente, seus desafios, entre os quais a formação docente é um dos mais significativos:

A formação continuada do docente se insere, nesse cenário, como uma necessidade inerente à própria natureza dinâmica e contraditória do fazer pedagógico. Assim, a formação deve aproximar-se dessa prática e da multiplicidade de aspectos contraditórios que a caracteriza. Ou seja, o modelo de formação do professor não deve ser restrito à aquisição de conteúdos específicos relativos ao ensino, mas integrando a complexidade da práxis pedagógica. (SANTOS *et al*, 2012, p.26)

Deve-se priorizar a formação dos docentes dos cursos profissionalizantes – que formam profissionais para atuar diretamente no mundo do trabalho, em nível técnico e tecnológico –, porque a docência, como profissão, contém em seu arcabouço habilidades e competências essenciais à prática docente, considerando que

Nas práticas docentes estão contidos elementos extremamente importantes, tais como a problematização, a intencionalidade para encontrar soluções, a experimentação metodológica, o enfrentamento de situações de ensino complexas, as tentativas mais radicais, mais ricas e mais sugestivas de uma didática inovadora, que ainda não está configurada teoricamente. (PIMENTA, 2000, p. 37).

De acordo com as referidas DCN, é indispensável haver um conjunto de competências para a atuação profissional da docência em qualquer etapa ou modalidade da educação básica, na qual se encontra a EPT. Nessa perspectiva, a formação de professores nos Institutos Federais também se torna uma prioridade.

Além disso, com a oferta do **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância os mais longínquos lugares poderão ter acesso a esta graduação importante para a formação de professores. E isso será feito com qualidade, haja vista que o Instituto Federal de Rondônia, campus zona norte, tem se destacado na

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

oferta de educação a distância no estado.

Diante dessas considerações, a ampliação dos espaços de formação constitui-se como desafio. Entre esses espaços, destacamos: os incentivos da pesquisa sobre a própria prática, a ampliação das discussões sobre a formação docente nos programas de formação pedagógica, a ampliação da formação continuada institucional e a instituição de uma política de formação continuada para a docência no ensino superior e na educação profissional nos IFs.

1.1.3 Da Justificativa do Curso

A ampliação do acesso e a procura pela universalização da educação básica no Brasil são elementos de um processo, necessário, de ampliação de direitos constitucionais e sociais. Este processo, de caráter irreversível, caracteriza o desenvolvimento de uma sociedade que deve primar pela formação integral do homem, identificando seu processo histórico como perfil, relevante, da identidade de um povo.

Ao apresentar um programa de formação pedagógica de professores não licenciados, voltado, principalmente, para a Educação Básica Pública, para profissionais portadores de diplomas de educação superior, em diversas unidades da federação, por meio dos Institutos Federais, vislumbramos integrar um esforço nacional, em rede de contribuição, em prol da melhoria da qualidade do ensino e valorização do magistério.

A valorização e o investimento na formação continuada de docentes são fatores imperativos e fundamentais para a melhoria do sistema educacional brasileiro. Temos um grande desafio: o de investir na qualidade da educação básica do Brasil vislumbrando uma escola de acesso a todos, inclusiva, laica, de qualidade, em que os alunos, ávidos por conhecimentos, possam desenvolver habilidades e competências que os auxiliem nos enfrentamentos cotidianos da sociedade, no mundo do trabalho, no ambiente social e familiar, exercendo a cidadania de forma

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

consciente, ética e criteriosa.

A formação de professores, para atuar na educação básica, segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) 9.394/96, se dá “ [...] em nível superior, em curso de licenciatura plena [...].” Neste trecho o legislador traduz que para exercício da profissão do magistério, no ensino básico, é necessário curso de licenciatura.

Outrossim, dentro das prerrogativas de atuação e, ainda, das formas de oferta desta formação, a Lei 12.056/ 2009, complementa o artigo 62 da LDB, destacando que a “ [...] União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.” Enfatizando que na formação continuada e na capacitação dos profissionais do magistério “ [...] poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.”

No Brasil, os programas de formação de docentes são requeridos pela grande demanda por formação de professores em diferentes áreas do conhecimento, em todas as regiões e unidades da federação, em particular, os programas especiais de formação pedagógica de docentes para a educação básica e para a educação profissional e tecnológica.

De modo específico, possibilitar a profissionais não licenciados da educação profissional e tecnológica, portadores de diplomas de curso superior, uma formação pedagógica, não é apenas uma forma de legitimar o seu trabalho docente, que já está sendo desenvolvido, mas é qualificar a experiência desses profissionais, agregando saberes científicos e pedagógicos a esse fazer, de modo a proporcionar o domínio de novas habilidades para a atuação na docência.

Entende-se que um processo de formação pedagógica de professores para a educação profissional e tecnológica deva integrar as políticas atuais para a formação continuada do docente, sustentando-se numa base comum de referência nacional (orientações, diretrizes e condições legais e administrativas) que permita, aos sistemas de ensino e às instituições responsáveis por essa formação docente, a viabilização de um processo formativo integrado às demais ações que conduzam à superação de precariedade da realidade educacional.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Na estruturação do **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância retivemos especial atenção: aos princípios constitucionais e legais; a diversidade sociocultural e regional do país; a organização federativa do Brasil, a pluralidade de ideias de concepções pedagógicas, a competência das Instituições de ensino e dos docentes para a gestão democrática.

Nesta ótica, percebendo as dimensões continentais do nosso país, e, as especificidades que fazem com que, cada região, desponte em riquezas de ordem cultural, social e histórica, aptas a serem “compartilhadas” com professores “em formação” de todo o Brasil, contribuindo de forma singular neste processo, pela riqueza de experiências, vislumbramos um Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, que une, pelo viés tecnológico, a experiência de profissionais vinculados a educação pública, federal e de qualidade interessados em participar “em rede” da formação dos professores das escolas públicas dos estados do Rio Grande do Sul, Maranhão, Rondônia, Rio Grande do Norte, Ceará e Mato Grosso.

Neste estudo, para a apresentação da oferta deste curso, nos baseamos nos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) no que tange a formação dos docentes para educação básica. Baseados no censo 2016 apontam que dos 2.196.397 professores, em exercício na educação básica pública, há 6.043 que possuem apenas o ensino fundamental, 488.064 o ensino médio e 95.401 não possuem licenciatura. Um cenário, no mínimo preocupante, no que tange a educação pública do Brasil.

A figura, apresentada a seguir, retirada do relatório da Política Nacional de formação docente, publicado no portal do MEC, traduz o retrato deste cenário no Brasil.

Figura 8: Formação de Professores da educação básica

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

CENÁRIO						
Censo 2016 - Formação dos professores na Educação Básica						
	TOTAL	Fundamental	Médio	Total	Superior C/licenciatura S/licenciatura	
Brasil	2.196.397	6.043	488.064	1.702.290	1.606.889	95.401
Educação Básica – Brasil Total						
	Matrículas		Estabelecimentos		Docentes	
	48.817.479		186.081		2.196.397	

Fonte: apresentação política nacional de formação de professores – MEC - 2017

Ao lançar estes dados o Ministério assinala que a qualidade das aprendizagens depende da qualidade do trabalho do professor, sendo assim Evidências mostram que, entre os fatores que podem ser controlados pela política educacional, o professor é o que tem maior peso na determinação do desempenho dos alunos. No delineamento desta política entendem-se que o MEC acolhe os princípios estabelecidos na constituição federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Plano Nacional de Educação (PNE), em particular as metas 15 e 16, e na resolução 2/2015 e destaca: regime de colaboração (União, redes de ensino, Instituições Formadoras), visão sistêmica, articulação instituição formadora e escolas de educação básica, domínio dos conhecimentos previstos na bncc, articulação teoria e prática, interdisciplinaridade, interculturalidade e inovação e formação humana integral.

A atividade em parceria cooperativa é uma tendência da educação que emerge da organização, em rede, na sociedade digital. Este modelo de organização, como destaca Dias (2013, p. 5), “[...] contribui de forma decisiva para a diluição das barreiras de natureza geográfica e sociais, e promove [...] o desenvolvimento das novas práticas de interação entre os indivíduos, e entre estes e os contextos de aprendizagem e conhecimento.” Esta tendência cresce apoiada nas “[...] facilidades que as tecnologias disponibilizam para construir uma experiência de educação e

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

comunicação aberta e global, que tem o seu maior impacto nas formas emergentes de interação social nas redes de conhecimento [...]”. (DIAS, 2013, p. 5)

Deste modo, estas parcerias, sob a forma de redes colaborativas, podem se configurar em espaços de mediação social e cognitiva diminuindo as barreiras de tempo e espaço, espaços em que a distância se dilui na “[...] proximidade virtual e do envolvimento colaborativo [...]”. (p.6). O avanço tecnológico possibilitou uma nova realidade educacional: o ensino mediado pelo computador. A oferta de Educação a Distância apoiada por Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) tem se expandido rapidamente como resposta à crescente necessidade de formação continuada, resultante das transformações dos meios e modos de produção.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), cientes da sua expertise na área da formação de professores e na área tecnológica, do seu compromisso em atender a sociedade ao oportunizar condições de acesso à educação, no que tange a todas as possibilidades de aprendizagem em detrimento da produção do conhecimento, e do seu compromisso com uma educação pública e de qualidade unem forças para, em mais uma tarefa colaborativa, atender as demandas da sociedade.

1.1.3.1 Da Justificativa do Curso no IFRO

Os Institutos Federais trazem inovações nas dimensões política, institucional e pedagógica que os habilitam para um papel estratégico na formulação das políticas de educação. Em sua essência, os Institutos Federais devem exercer, ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

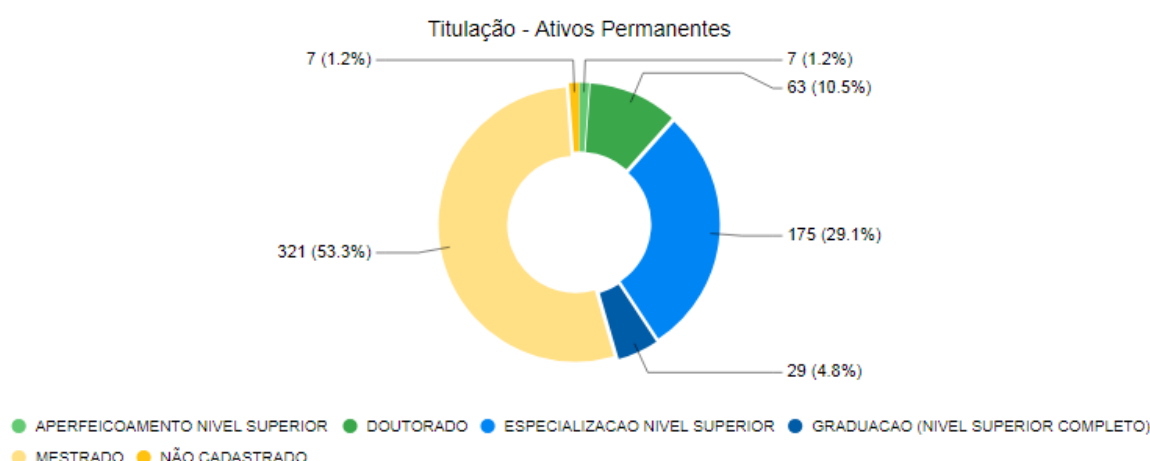
professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Os cursos de graduação EaD permitem a formação e qualificação profissional e aliam-se à finalidade de democratização do ensino, buscando um melhor atendimento das condições de tempo-espaço dos sujeitos do ato de aprender. Assim, ofertar cursos que confirmem competências para o exercício da docência é um dos objetivos dos IFRO.

A educação a distância com a incorporação das tecnologias da informação e comunicação flexibiliza as relações entre tempo e espaço, propicia interação entre pessoas e destas com as informações disponibilizadas e com as tecnologias em uso, amplia o acesso às informações hipermidiáticas continuamente atualizadas, emprega mecanismos de busca e seleção de informações, permite o registro de processos e produtos, a recuperação, articulação e reformulação da informação, favorece a mediação pedagógica em processos síncronos e assíncronos, cria espaços de representação e produção de conhecimento (ALMEIDA, 2009, p.65).

Aliado a esta concepção, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2018-2022, p.125) do IFRO indica a oferta de cursos na modalidade a distância como atividade regular, de acordo com o objetivo estratégico de “Ampliação e Fortalecimento da EaD”.

Considerando os dados advindos do Painel do IFRO os profissionais, em sua maioria, não possuem formação pedagógica, conforme demonstrado no gráfico 7, em relevo:

Figura 9 Tipo de Formação Docente



Fonte: <http://painel.ifro.edu.br/pentaho/plugin/painel/api/dgpdocente>

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Então, sendo os Institutos Federais entidade habilitada para a formulação das políticas de educação, realizar a formação pedagógica é patente. Em sua essência, os Institutos Federais devem exercer e ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

Entendemos que os professores das áreas técnicas, em sua maioria, possuem formação de bacharel, tornando-se um desafio maior ainda para a EPT, conforme podemos observar em Rehen (2013, p. 21):

As reflexões sobre a defasagem da formação que os professores vêm tradicionalmente recebendo, distanciada das novas capacidades para fazer aprender; d) a recorrente falta de formação pedagógica dos que militam na educação profissional no Brasil, lastreada na falsa crença de que basta saber fazer ou conhecer certa profissão, para ter a capacidade de ensinar; e) os poucos cursos oferecidos, no Brasil, voltados à formação de professores de educação profissional; f) a desatualização do aparato legal para a formação de professores dessa modalidade de ensino, estimulando práticas aligeiradas de “formação”, além da permanência histórica, na área, do amadorismo docente.

Em face dos diversos problemas e dificuldades enfrentadas pela EPT, podemos observar que a formação dos professores torna-se um de seus gargalos. Em suma, os IFs possuem, em seu quadro de professores, dois perfis: os licenciados, habilitados para lecionar as disciplinas voltadas à formação geral do núcleo básico; e os bacharéis e tecnólogos, responsáveis pelas disciplinas específicas da formação profissional do curso.

A formação dos professores que atuam na rede de educação profissional e tecnológica é um desafio que está posto no atual cenário educacional brasileiro. De acordo com Shiroma (2011), a construção da formação inicial e continuada para o professor da EPT traz desafios políticos, epistemológicos e pedagógicos, na medida em que demanda fundamentos teórico-metodológicos, desenvolvimento de pesquisas, criação e consolidação de práticas de ensino-aprendizagem que possam, efetivamente, resgatar essa proposição do mero campo das boas intenções e torná-la uma realidade concreta na educação brasileira.

Conforme podemos verificar na afirmação de Rehen (2013), para cumprir o

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

seu papel, o docente da EPT necessita preencher os seguintes requisitos:

- i) conhecimento aprofundado, experiência e visão crítica dos fazeres profissionais do mundo do trabalho, das tendências processuais, dos usos tecnológicos envolvidos com a profissão a ser aprendida pelos alunos; ii) domínio pedagógico para fazer jovens e adultos aprenderem, levando-os a constituir competências a partir da escola e no contexto do trabalho, iii) domínio de seu campo específico do saber, para fazer escolhas relevantes de conteúdos e realizar a sua transposição em situação de aprendizagem para o trabalho e a vida cidadã (REHEM 2013, p. 80).

Entendemos que os professores bacharéis podem até possuir conhecimentos e experiência acerca de seu campo específico de formação e tendências profissionais do mundo do trabalho, mas não possuem o domínio pedagógico, proveniente de uma formação pedagógica sistemática, que os capacita a formar sujeitos os quais, além de dominarem um conhecimento técnico, também sejam capazes de compreender as relações sociais e de se posicionarem diante da realidade.

Podemos destacar que o professor com uma formação tecnicista ou tradicional torna-se reproduzidor de um ensino técnico em que se deve ter cuidado ao pensar na própria prática; dentro dessa formação não crítica, tanto professor como aluno não são motivados a questionar suas ações. É preciso sair dessas amarras do pensamento não crítico e reconstruir a criticidade e a reflexão sobre a teoria e a prática pedagógica, tomando o conceito de professor pesquisador como fundamento de formação (KINCHELOE, 1997).

Desta forma, os professores do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) dos IFs – que atuam na educação básica e no ensino superior – poderão desenvolver sua profissionalidade em programas de formação continuada; porém, uma formação que realmente desenvolva os saberes profissionais para a EPT vai depender da sua relação com o contexto social e a função ética e política que assumem enquanto sujeitos da comunidade na qual se inserem e atuam.

A perspectiva do **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância é justamente integrar as expertises dos parceiros para uma proposta robusta e sustentável. E o IFRO apresenta esta expertise.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Por meio da EaD o IFRO/Campus Porto Velho Zona Norte alcança mais de 25 municípios, em oito campi do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena, Jaru, Guajará-Mirim) além de 17 polos externos nas cidades de Alta Floresta do Oeste, Buritis, Cerejeiras, Candeias do Jamari, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Extrema, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia, Nova Mamoré, Ouro Preto D'Oeste, Presidente Médici, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé.

Concluimos que a EPT possui características particulares e, por isso, atentar-se a elas e investir na formação do corpo docente é extremamente necessário, se o objetivo for modernizar o ensino médio e a educação profissional, bem como contribuir para o desenvolvimento tecnológico do país.

Assim, a oferta do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância por intermédio do Campus Porto Velho Zona Norte amplia a atuação do IFRO em Rondônia e na Região Norte e se apresenta como uma instituição pública significativa na promoção da educação no contexto amazônico.

1.1.3.2 Legislação – Diretrizes Curriculares

O curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância é gerido pelos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) em conformidade com a legislação que fundamenta a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.pelos seguintes referenciais legais:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, art.205;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-9394/96, art.3º inciso VII art.9º 13, 43, 61, 62, 64, 65 e 67;

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014, especialmente os objetivos e metas, relativas à formação profissional inicial para docente da Educação Básica;
- Resolução CNE/CP nº2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores de educação básica de nível superior.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, e resolução Resolução CP 05/2006 (fala sobre estágio no curso de Pedagogia) nos itens que permanecem vigentes, e Resolução 07/2015.

Assim a formação é permeada por estudos teórico-práticos, de investigação e reflexão crítica. Nesta ótica, percebendo as dimensões continentais do nosso país, e, as especificidades que fazem com que, cada região, desponte em riquezas de ordem cultural, social e histórica, aptas a serem “compartilhada” com professores “em formação” de todo o Brasil, contribuindo de forma singular neste processo, pela riqueza de experiências, vislumbramos um curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância que une, pelo viés tecnológico, a experiência de profissionais vinculados a educação pública, federal e de qualidade interessados em participar “em rede” da formação dos professores das escolas públicas dos estados do Rio Grande do Sul, Maranhão, Rondônia, Rio Grande do Norte, Ceará e Mato Grosso.

1.1.3.3 Breve Histórico Da EaD

No Brasil, as primeiras experiências em EaD são datadas no início do século

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

XX. Contemporaneamente, a EaD conquistou aprovação legal para sua efetivação com a LDB, que determina, em seu artigo 80, a perspectiva de uso orgânico da EaD em todos os níveis e modalidades de ensino.

A partir das diretrizes traçadas pela LDB, a EaD foi regulamentada pelos Decretos nº2.494 e nº2.56/1998. No entanto, ambos foram revogados pelo Decreto nº 5.154/2004, e depois pelo Decreto nº5.622/2005, sendo a EaD mormente regida pelo Decreto nº9.057/2017.

1.1.4 Formas de acesso ao curso

Para ingressar Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** - em rede, na modalidade Distância -os candidatos deverão ter concluído Curso de graduação/ou equivalente.

O processo seletivo para ingresso no Curso dar-se-á por processo seletivo público.

1.1.4.1 Regime De Matrícula

Quadro 08: Regime de Matrícula

Regime do Curso	Anual
Regime de Matrícula	Anual
Regime de Ingresso	Anual
Turno de Oferta	Independente de Turno – Curso na modalidade à Distância
Número de vagas	50 vagas, por polo/campus, ofertante, ampliável, conforme demanda da região

1.1.4.2 Duração

Quadro 09: Duração do Curso

Duração do Curso	2 anos
Prazo máximo de integralização	4 anos
Carga horária em atividades acadêmicas	1.020 horas

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Estágio Profissional Supervisionado	300 horas
Atividades Complementares	200 horas
Trabalho de Conclusão de Curso	120 horas
<u>Carga horária total do Curso</u>	1.640 horas

1.1.4.3 Critérios Para Validação De Conhecimentos E Experiências Profissionais Anteriores

Em consonância com as finalidades e princípios da Educação Superior expressos na LDB nº 9394/96, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- Em qualificações profissionais e ou, ainda, estudos regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Superior;
- em Cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos Superiores de Graduação, mediante avaliação do estudante;
- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regido operacionalmente na Organização Didática de cada uma das Instituições parceiras, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim. A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados por cada Instituição.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado, deste trabalho, deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) NO ÂMBITO DO CURSO

1.2.1 Políticas de Ensino para Formação Inicial e Continuada

A Formação Inicial e Continuada, com previsão de oferta pelos Institutos Federais no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é um processo de ensino e aprendizagem voltado à formação de trabalhadores para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho, para a elevação de escolaridade e para aprimoramento, aprofundamento e atualização profissional, segundo a regulamentação específica do IFRO. Os cursos podem resultar de iniciativas da

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

instituição, de atendimento a programas e projetos específicos ou de acordos ou convênios firmados entre o Instituto e outras entidades, tais como instituições públicas, empresas privadas, fundações, ONGs, entre outras.

A autonomia sobre a criação de cursos pelos Institutos se estende à Formação Inicial e Continuada. Os itinerários formativos devem desenvolver aptidões para a vida produtiva e social, de modo a promover a inclusão produtiva e a ampliação de conhecimentos nas diversas áreas.

Os cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada se diferenciam entre si, portanto, pela carga horária e pela forma como se integram nas experiências do público-alvo, como ponto de partida em uma qualificação ou como ampliação de conhecimentos e experiências já desenvolvidos.

1.2.2 Políticas de Ensino para Cursos de Extensão

Os cursos de extensão se integram nas ações gerais de extensão e possuem natureza semelhante à dos cursos de Formação Continuada, dos quais se diferem apenas por sua carga horária, que parte de 4 horas e é inferior a 40 horas. Esses cursos também devem ser ofertados com um projeto pedagógico previamente definido, para atendimento a demandas específicas internas e externas ao IFRO.

Portanto, tais cursos são voltados para profissionais que já possuem experiências e formação profissional prévia, como forma de superação de lacunas de conhecimento que interferem no cotidiano dos trabalhadores ou pessoas, em geral da comunidade. Sua oferta, na forma de minicursos, é bastante apropriada em eventos. Nestas e em outras situações, responde rapidamente às demandas que surgem.

1.2.3 Políticas de Ensino para Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Graduação

As políticas definidas para o ensino da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estão pautadas:

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- Em um paradigma que supere a sobreposição entre campos do conhecimento e campos da profissionalização;
 - Na investigação científica, a fim de promover o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação tecnológica, firmando o compromisso com a democratização das conquistas e benefícios da produção do conhecimento, na perspectiva da cidadania e da inclusão;
 - No fortalecimento da relação entre a EPT e a Educação Básica, introduzindo o jovem no universo temático do mundo do trabalho/ciência/tecnologia e na cultura, dimensões indissociáveis;
 - Na aproximação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à EPT (PROEJA).
- Para isso, teremos que superar os seguintes desafios: Inclusão Social: dimensionando a EPT a partir do reconhecimento de demanda que resulta da exclusão dos processos de formação de milhares de pessoas;
- Inclusão Produtiva: estabelecendo a EPT em um espaço mais amplo e que não atenda somente as demandas das representações de setores da produção mais elaborada;
 - Reconhecimento de conexões intrínsecas entre Educação Básica e Superior, entre formação humana, científica, cultural e profissionalização e entre Educação Geral e Profissional;
 - Estruturação de cursos com itinerário formativo articulados com uma sistemática de certificação que favoreça a mobilidade e o desenvolvimento profissional;
 - Oferta de cursos respeitando as diversidades e peculiaridades regionais, tendo como foco a formação de um homem reflexivo, crítico, criativo e comprometido com o social;
 - Promoção, no processo de ensino e aprendizagem, de um conjunto de habilidades e competências, que propicie a construção do conhecimento, visando à transformação da realidade;
 - Integração entre teoria e prática de forma significativa, por meio de organização curricular que contemple intervenções e vivência que oportunize a inter-

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

relação dos conhecimentos teóricos e práticos essenciais, favorecendo a formação profissional e a autonomia do aluno;

- Articulação das demandas sociais do mundo do trabalho nos currículos de educação profissional, com a oferta de cursos organizados com margem de flexibilização para as especificidades locais;
- Articulação dos princípios e proposições contidas no projeto pedagógico com a gestão institucional e com os processos de acompanhamentos e avaliação continuada da formação efetivada;
- Entendimento do trabalho como princípio educativo.

Para o enfrentamento destes desafios, o IFRO envolverá todos os setores relacionados para o estudo da realidade em que os *campi* estão inseridos, levantando as demandas e possibilidades por meio de observatório do mundo de trabalho, que embasarão a tomada de decisão sobre as ofertas e direcionarão para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos que possibilitem ao estudante o atingimento de seus objetivos.

O ensino no Instituto Federal de Rondônia deve ser desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos, tendo se sempre em vista a formação global do educando associada às especificidades do curso aplicado e à valorização das peculiaridades regionais.

1.2.4 Políticas de extensão

As atividades de extensão compreendem uma das três bases de condução dos processos formativos nos Institutos Federais, integradas ao ensino e pesquisa. Sua previsão formal está contida na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, distribuída nas finalidades e objetivos institucionais. Segundo o artigo 6º, as finalidades mais específicas e diretas dos Institutos Federais, no âmbito da extensão, envolvem:

- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O desenvolvimento da extensão, segundo consta nos objetivos institucionais, notadamente no artigo 7º, inciso IV, da mesma Lei, deve estar “[...] de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”. Os objetivos das atividades de extensão devem estar voltados para o desenvolvimento da sociedade, a interação entre servidores, docentes e comunidade externa, a articulação entre o IFRO e outras instituições, empresas e entidades, a integração com o ensino e a pesquisa, a produção tecnológica e difusão cultural, a indução do desenvolvimento regional, a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, o atendimento prioritário em favor da inclusão social e o incentivo à geração de negócios e produtos inovadores.

1.2.5 Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação

O principal objetivo da política institucional de pesquisa é fomentar projetos e bolsas de pesquisa para servidores, alunos e pesquisadores parceiros para desenvolverem projetos em áreas de atuação do IFRO, como uma atividade indissociável do processo de ensino e aprendizagem. Junto com o ensino e a extensão, a pesquisa e inovação tecnológica foram os eixos formativos para os alunos que ingressam no IFRO. As temáticas desenvolvidas têm relação com os conteúdos trabalhados nos currículos dos cursos e advém de demandas da sociedade. Como resultado, o IFRO forma profissionais capazes de identificar problemas, propor soluções, possíveis soluções e executar propostas inovadoras em seu ambiente de trabalho e produção.

A Pós-graduação é hoje ofertada na modalidade *Lato Sensu*, com cursos de 360 horas, em diversas áreas de conhecimento. O planejamento é para que, no

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

período de 2018 a 2022, sejam ofertados cursos de mestrado profissional nas áreas de maior concentração de cursos, docentes e produção científica, além do alinhamento com as demandas locais. O ensino continuado possibilita ao Instituto Federal de Rondônia a avaliação constante da oferta do Curso de Pedagogia em relação à integração dos profissionais ao mercado de trabalho.

O principal objetivo do acompanhamento do egresso é a possibilidade de fomentar a educação continuada deste profissional, possibilitando e estimulando o acesso aos programas de verticalização do Ensino, na sua área de formação.

Desta forma, o Instituto Federal poderá reservar percentual de vagas em programas de pós-graduação, na forma e quantitativo previsto em edital específico, para egressos do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados** - a Distância - em rede.

1.2.6 Ações para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFRSul), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), parceiros desta proposta, respeitada sua organização acadêmica, contempla, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão garantindo efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância (PPC).

Pautados em uma concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz a práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições de educação, através:

- a) Da integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural vislumbrando o pleno exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;
- b) da construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;
- c) da disponibilização de acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional;
- d) de dinâmicas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento cognitivo por meio de visão ampla do processo formativo, em diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;
- e) de um processo pedagógico em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;
- f) do uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos envolvidos no processo;
- g) à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso,

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

- h) da consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;
- i) da aprendizagem e do desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

1.3 OBJETIVOS DO CURSO

1.3.1 Objetivo geral do curso

O Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância tem como objetivo geral, ofertar formação pedagógica, para profissionais graduados, não licenciados, capacitando-os para o exercício do magistério na Educação Profissional.

1.3.2 Objetivos específicos do curso

- Instrumentalizar o profissional da Educação Profissional e Tecnológica, em sua área de atuação e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos;
- Possibilitar o aprofundamento de saberes disciplinares básicos para a atuação profissional do educador;
- Potencializar situações para a compreensão de saberes metodológicos relacionados aos diferentes saberes;

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- Aprofundar o conhecimento sobre a complexidade da educação no contexto sociocultural;
- Desenvolver atitudes investigativas que conduzam à realização da pesquisa educacional;
- Compreender a educação de jovens e adultos;
- Compreender as políticas de inclusão no contexto do trabalho educativo como reconhecimento e valorização da diversidade;
- Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional de modo abrangente e flexível, possibilitando que a formação esteja em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais;
- Formar um profissional capaz de agir nas mais diferentes modalidades de ensino na busca de soluções dos problemas complexos da realidade educacional de forma preventiva (evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros), favorecendo a reflexão crítica acerca dos valores éticos que devem permear o pensar e o agir profissional;
- Utilizar o conhecimento sobre a legislação que rege sua atividade profissional.
- Melhorar, de modo satisfatório, a qualidade do ensino;
- Gerenciar o próprio desenvolvimento profissional;
- Difundir os valores estéticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática;
- Propiciar o protagonismo crítico para a construção do conhecimento

1.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O perfil profissional do egresso do Curso de **Formação Pedagógica para**

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância contempla o domínio dos saberes docentes que incluem conhecimentos teóricos e práticos no campo da educação e dos conhecimentos que irão mediar sua atividade nas instituições escolares e não-escolares, no âmbito da Educação Profissional. Um profissional capaz de criar e produzir propostas educativas, no universo da educação profissional, em diferentes realidades escolares, trabalhando coletivamente, elaborando e mediando a construção de materiais didáticos apropriados às realidades nas quais estiver inserido.

Um profissional com uma postura política e ética, que estimule a difusão e a construção do conhecimento, possibilitando aos seus alunos condições de descoberta (ou redescoberta) do prazer de aprender.

A tarefa do educador, licenciado na educação profissional, é extremamente complexa, exigindo decisões imediatas e ações, muitas vezes, imprevisíveis. É importante que ele aprenda a observar, a formular questões e hipótese e a selecionar os instrumentos e dados que o ajudem a elucidar seus problemas e a encontrar caminhos alternativos na sua prática pedagógica.

1.4.1 Das Competências e Habilidades Gerais do Egresso

A proposta pedagógica do **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância, com base nas Diretrizes Curriculares, estrutura-se para que o estudante venha a consolidar, ao longo de sua formação, as capacidades de:

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens no universo da educação profissional;
- Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da educação profissional;

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área técnico/tecnológica, educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e medidas que visem superar a exclusão social;
- Organizar o trabalho pedagógico, planejando-o e avaliando-o numa visão integrada com os demais membros envolvidos no processo educativo;
- Realizar atividades de planejamento didático-pedagógico pautado em valores como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso;

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- Articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica
- Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Compreender a realidade em que se insere o processo educativo e desenvolver formas de intervenção a partir do conhecimento dos aspectos filosóficos, sociais, antropológicos, históricos, econômicos, políticos e culturais que a configuram e a condicionam.

1.4.2 Mercado de trabalho e perfil profissional

O **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância no âmbito desta proposta visa desenvolver, nos estudantes, competências e habilidades didático-pedagógicas, no exercício da atuação docente, por meio do aprendizado na perspectiva da interface e da transversalidade com vista à formação da cidadania universal e da formação profissional.

Essa formação contempla o domínio dos saberes docentes que incluem conhecimentos teóricos e práticos no campo da educação e dos conhecimentos que irão mediar sua atividade nas instituições escolares e não-escolares, no âmbito da Educação Profissional.

O curso habilita o egresso a atuar como docente na Educação Profissional e Tecnológica no Eixo Tecnológico do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que tenha aderência ao seu curso de graduação original, tendo por finalidade contribuir com a formação pedagógica de professores da Rede Federal, Estadual e Municipal que atuam na Educação Profissional, graduados, não licenciados, em exercício na profissão docente.

1.4.3 Título

Após a integralização da carga horária total do Curso, incluindo prática como

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

componente curricular, atividades complementares, estágio supervisionado e TCC, o estudante receberá o diploma de **Licenciado na Educação Profissional e Tecnológica**, com habilitação para docência no eixo tecnológico do catálogo nacional de cursos técnicos, que tenha aderência ao seu curso de graduação original.

1.5 ESTRUTURA CURRICULAR

A concepção de um curso de graduação a distância tem peculiaridades que a distinguem da modalidade presencial. Assim, por suas características, a Educação a Distância, supõe um tipo de ensino em que o foco está em cada estudante e não na turma. Este estudante deve ser considerado como um sujeito do seu aprendizado, desenvolvendo autonomia e independência em relação ao professor, que o orienta no sentido do “aprender a aprender e aprender a fazer”.

Os materiais didáticos devem ser pensados e produzidos dentro das especificidades da Educação a Distância e da realidade do estudante para o qual o material está sendo elaborado. No entanto, não se pode deixar de ter em conta, o avanço dos meios informáticos e digitais, sobretudo como uma tecnologia que facilita, em grande medida, a comunicação, a troca e a aquisição de informação. É neste sentido que, mesmo investindo em materiais impressos, não se pode abrir mão de projetar também a elaboração de materiais para web, ou a utilização de mídias digitais, como o CD-ROM e de elementos interativos que garantam a participação, a aprendizagem, a permanência e o êxito acadêmico.

O material a ser utilizado ao longo do curso, será elaborado em parceria, pelos seis Institutos parceiros e disponibilizado em diversos formatos, de acordo com a necessidade contemplando os Guias do Curso e Manual do Cursista, Guia Didático das Disciplinas (por período), Caderno Didático das Disciplinas (por período). Faremos uso, ainda, dos materiais já produzidos no âmbito da Educação à Distância, através de vários fomentos, e disponibilizados em seus repositórios, bem como os produzidos nos cursos já ofertados pelas instituições parceiras da rede.

A Educação a Distância vem apontando para a necessidade do estudo

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

colaborativo e/ou cooperativo. O uso das tecnologias de informação e comunicação vem desempenhando papel fundamental, porém, nos espaços em que, ainda, não é possível usá-las, há que se propor alternativas dentro dos modelos tradicionais de tutoria e material impresso.

A presença e disponibilidade do tutor/orientador têm sido importantes não somente como elemento motivador, mas também, e por isso mesmo, como estratégia de diminuição da evasão. Um papel que a tutoria vem sendo chamada a desempenhar é o de espaço de articulação e suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento.

A rotina do curso envolve estratégias que devem ser perseguidas pela equipe que o constitui:

- Será disponibilizado um calendário acadêmico com datas de início e fim das disciplinas e dos semestres.
- Todas as disciplinas devem ser apresentadas no AVA, divididas em semanas, de acordo com o calendário. Antes da disponibilização para os alunos o professor responsável pela elaboração da disciplina, que poderá ser de qualquer uma das instituições ofertantes, fará uma reunião on-line com tutores presenciais e a distância delineando todos os procedimentos que devem ser adotados pela equipe.
- No AVA deverá ter um espaço comum, uma comunidade de aprendizagem, em rede, entre professores/acadêmicos, acadêmicos/tutores e acadêmicos/acadêmicos, sob os princípios da cooperação, respeito e autonomia, de modo a alcançar os objetivos propostos.
- A relação dialógica, base da Comunidade de Aprendizagem, seja presencial ou mediada pelas tecnologias, deverá ser exercício permanentemente praticado por todos os participantes, num processo de desenvolvimento capaz de conduzir os diferentes sujeitos aprendizes a uma unidade de ação, tornando-os engajados na

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

tessitura desta rede real e virtual de todos os envolvidos no curso. O desafio maior do curso é a produção de um novo conhecimento, a pesquisa constitui-se como dimensão de aprendizagem, considerados os indivíduos na sua inserção sociocultural.

- Os procedimentos metodológicos específicos (leituras/atividades/participação nos fóruns de discussão/ consultas a Banco de Dados e endereços selecionados) serão adotados de acordo com a natureza do objeto de estudo de cada disciplina. As comunicações, ao longo do curso, serão mediatizadas: no ambiente Internet, via correio eletrônico, fóruns de discussão, emails, whatsapp, entre outros, com plantão de docentes e tutores, on-line e nos polos, em horários previamente estabelecidos.
- Considerando a natureza singular da interação presencial, os Encontros Presenciais, com objetivo integrativo na produção de conhecimento, serão obrigatórios e realizados ao longo do curso, buscando oportunizar as vivências próprias para consolidação da Comunidade de Aprendizagem em rede. O professor poderá participar destes encontros presencialmente ou mediados pela tecnologia via videoconferência.
- Cada disciplina deverá propor suas atividades a distância, privilegiando a troca de informações e experiências entre os participantes, com o objetivo de construir uma rede colaborativa de aprendizagem. Para tanto, as atividades serão instigadoras, desafiando os participantes a resolverem, coletivamente, questões-problema relacionadas à prática pedagógica. Os participantes deverão fazer uso dos espaços coletivos do Ambiente Virtual de Aprendizagem para interagir dialogicamente.
- Os acadêmicos poderão se dirigir ao polo presencial, sempre que acharem necessário, onde encontrarão laboratórios de informática conectados à internet, biblioteca setorial, para que possam executar as atividades propostas pelos professores auxiliados pelos tutores

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

presenciais.

- Ao fim de cada disciplina, o aluno terá um período denominado de **refazer** em que ele terá oportunidade de recuperar, ao longo do período, de forma paralela atividades e conteúdo sem aproveitamento total.

1.5.1 Política de Formação Integral do Estudante

O Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede - implementa, na sua organização curricular, temas como ética, meio ambiente e questões socioambientais, inclusão social, relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

É entendimento deste que a estratégia formativa para este fim compreende a oferta da disciplina de Libras e que Seminário Integrador e Estudos Curriculares são meios para o desenvolvimento a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita.

Percebemos o processo de formação dos profissionais do magistério como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação.

1.5.2 Flexibilidade Curricular

O **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância - implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação educacional, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra-institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em atividades complementares, programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, estágios não obrigatórios, tutorias acadêmicas, dentre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao Curso, experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos acadêmicos com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

1.5.3 Articulação da Teoria com a Prática

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, o Curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os estudantes atuam.

Nesse sentido, a prática figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais, com ênfase no domínio dos princípios didáticos-pedagógicos indispensáveis ao ofício docente.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

No Curso o curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância, a prática como componente curricular, correspondendo às disciplinas do Núcleo de Estudos Básicos e Estudos Integradores.

1.5.4 Interdisciplinaridade e Função Social

O Curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância prevê a organização do currículo por projetos Iniciação Científica e Tecnológica – Projeto de Pesquisa e Extensão concebidos como um instrumento que cria possibilidades de mudanças concretas na realidade escolar, ou seja, ele imprime no contexto condições para efetivamente transformar a vivência de acadêmicos, professores e a comunidade em patamares que emancipa as pessoas.

Dessa forma para efetivar esses projetos se faz necessário que sua prática ocorra desde o primeiro semestre do curso com uma perduração que ultrapasse os limites da escola, bem como pós-curso de pedagogia para os que se inserem nessa inferência. Assim, concordamos que a pesquisa-ação, tipo colaborativa, em que professores, acadêmicos e a comunidade escolar construam juntos, soluções para os problemas é um dos caminhos que pode criar possibilidades de intervenção direta e eficaz no espaço e cotidiano da escola e da sala de aula.

1.5.5 Curricularização da Extensão

Extensão é o processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional (CONIF/FORPROEXT: Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, 2013).

Neste sentido, a Curricularização da Extensão consiste na inclusão de

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

atividades de extensão no currículo dos Cursos de Graduação, integradas com o ensino e a pesquisa, sob a perspectiva de uma transformação social por meio das ações de acadêmicos orientadas por professores e com possível colaboração de técnicos administrativos em educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), junto à comunidade externa aos Câmpus, nas regiões onde eles atuam e onde for possível sua realização.

A inclusão desse componente curricular fundamenta-se no Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014, Meta 12, Estratégia 12.7, onde se lê: “no mínimo 10% total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Desta forma, para aferição da carga horária mínima das atividades de extensão, com fins de Curricularização, deve-se considerar o conjunto de componentes curriculares do curso, exceto, a fim de se evitar redundância, os componentes estágio, trabalho de conclusão de curso e atividades acadêmico-científico-culturais.

Assim, verifica-se que a somatória da carga horária relevante para fim da Curricularização compreende 1020 horas (conforme demonstrado no tópico Matriz Curricular). Desta forma, destaca-se que a carga horária mínima a ser executada dentro do processo formativo do aluno é de 102 (10% de 1020) horas de Extensão Curricularizada.

Neste sentido, ressalta-se que as disciplinas de Seminário Integrador e Estudos Curriculares I e II destinam-se a fazer a síntese dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso. A somatória da carga horária das duas disciplinas totalizam 60 horas. Nestas disciplinas, os trabalhos serão conduzidos sempre levando em consideração a busca de soluções ou contribuições para atender a comunidade interna e externa, promovendo o desenvolvimento de atividades de Extensão. Nessas disciplinas os trabalhos poderão contar com o auxílio de um professor especializado no tema pré-determinando, entretanto, este terá a característica de coorientador.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Por fim, em atendimento a referida estratégia, destaca-se que além das disciplinas anteriormente mencionadas, o curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância irá ofertar e operacionalizar a curricularização da extensão ao longo das demais disciplinas do curso, individualmente ou em parceria, devendo a dinamização da mesma estar prevista no planejamento individual dos docentes.

1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES DO CURSO

1.6.1 Especificação dos componentes curriculares

Quadro 10: Componentes de formação

NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS (1)		
Componente curricular	Carga Horária (60 minutos)	ANO
Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	90	1º
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho	90	1º
Didática Geral	90	1º
Didática na educação profissional e tecnológica	90	1º
Metodologias e Estratégias de Ensino	90	1º
Processos Educativos e de Gestão	90	1º
Organização e Gestão da Educação	60	1º
Libras	60	1º
Educação Profissional	90	2º
Educação de Jovens e Adultos	90	2º
Educação especial na perspectiva inclusiva	60	2º
Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	60	2º
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS (2)		
Estágios Supervisionados		
Estágio Supervisionado na Educação Profissional e Tecnológica	300	1 e 2º
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES (3)		
Seminário integrador e estudos curriculares	60	1º e 2º

1.6.2 Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil desejado do egresso

A estrutura curricular foi elaborada com disciplinas que integram o curso como parte essencial do Projeto Pedagógico. Essa estrutura expressa a sugestão institucional de currículo e integra a proposta em Rede de cumprimento de disciplinas para a integralização do curso pelo aluno, no tempo definido neste Projeto Pedagógico.

A otimização do corpo docente traz uma prática interdisciplinar ao curso, mais vivenciada, e não somente teorizada. A organização da estrutura das disciplinas que serão oferecidas busca inter-relacionar, contrastar, complementar e ampliar os conhecimentos a serem formados pelo egresso.

O curso apresenta estrutura curricular e conteúdos programáticos previamente definidos que serão estudados de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar para atender à formação do perfil do profissional.

1.6.3 Coerência dos conteúdos curriculares face às diretrizes curriculares nacionais

A estrutura curricular do curso observa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura). Nessa direção, o currículo do curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância está constituído por um conjunto de conhecimentos, competências, habilidades e atitudes, identificados em cada um dos Eixos Curriculares, apresentados no texto do Projeto, para o trabalho pedagógico, preservando a sua articulação, busca mecanismos capazes de lhe permitir um grau de flexibilidade, possibilitando ao aluno desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos, criando-se condições de tempo para pesquisas bibliográficas e auto aprendizagem, por meio de adequado planejamento das cargas horárias.

Ainda, em consonância com esse propósito, busca-se oportunizar a

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

flexibilização por meio da implementação curricular das Atividades Complementares de interesse individual e coletivo e da relação.

As disciplinas estão organizadas na matriz curricular de modo a atender os interesses das políticas nacionais para a educação superior e também para adequar o curso às exigências regionais.

O curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância trabalha com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Para a formação é importante ressaltar que o conhecimento adquirido é o referencial para a organização da vida e do trabalho. Os estudos e conhecimento devem servir como principal base de promoção, com equidade, do exercício pleno da cidadania, assim observa-se a distribuição da carga horária da disciplina entre as atividades teóricas e práticas especificadas na Matriz.

1.6.4 Matriz curricular do curso

Na organização curricular do o curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância são observados princípios como flexibilidade, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização, necessários para o desenvolvimento de um bom currículo que reflita na qualidade dos egressos. A seguir, é apresentada a Matriz Curricular do curso composta por 2 (dois) períodos letivos anuais e carga horária obrigatória de 1.640 horas, que totalizam 1.020 horas teóricas e prática profissional, atividades complementar de 200 (duzentas), trabalho de conclusão de curso 120 (cento e vinte) horas, estágio curricular 300 (trezentas) horas.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE
Quadro 11 – Matriz curricular

MEC/SETEC						
			Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	A PARTIR DE 2018		
			MATRIZ CURRICULAR Nº	Em rede: IFSul, IFMA, IFRO, IFRN, IFMT e IFCE		
02 ANOS		CÓDIGO	DISCIPLINAS	Carga Horária		
				T	P	
	1º ANO		Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância (1)	60	30	
			Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho (1)	90	-	
			Didática Geral	50	40	
			Didática na educação profissional e tecnológica	50	40	
			Metodologias e Estratégias de Ensino (1) T/P	50	40	
			Processos educativos e de gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho (2)	90	-	
			Organização e Gestão da Educação (1)	60	-	
			Libras (1)	30	30	
			Seminário integrador e estudos curriculares I (3)	-	30	
		TOTAL 1º ANO			480	210
				690		
	2º ANO		Educação Profissional	45	45	
			Educação de Jovens e Adultos (1)	45	45	
			Educação Especial na perspectiva Inclusiva (1)	30	30	
			Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT (2)	30	30	
			Seminário integrador e estudos curriculares II (3)	-	30	
		SUBTOTAL			150	180
					330	
		Estágio				
			Estágio Supervisionado	-	300	
		TOTAL 2º ANO			150	480
				630		
	CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS (A)			1.020		
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (B)			120		
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES (C)			200		
ESTÁGIO (D)			300			
CARGA HORÁRIA TOTAL (A+B+C+D)			1.640			

A matriz curricular do o curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância, apresentada neste projeto, considera como base as diretrizes propostas pelo MEC. Na composição desse currículo, a formação que aplica os conhecimentos básicos e a formação humana, que proporciona ao egresso uma dimensão social, caminham juntos e se

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

complementam.

Ainda a Matriz Curricular contempla o Seminário Integrador de Estudos Curriculares que articula teoria e prática, bem como articula a produção de conhecimento e sua função social, contemplando a concepção multidisciplinar de educação.

1.6.5 Ementário

1º ANO

DISCIPLINA: Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	
Vigência: a partir de 2018	Período letivo: primeiro ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Concepções e tendências pedagógicas. Modelos educacionais em EaD. Mídias de comunicação. Metodologias Ativas. Ambientes virtuais de aprendizagem. Tecnologias assistivas. Ferramentas e estratégias de ensino com base da Web. Mineração de Dados em EaD. Mídias, Programas e Aplicativos. Ensino e Tecnologia da Informação e Comunicação. Acervo Virtual.	
Bibliografia Básica BEHAR, Patrícia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2009. CARNEIRO, Mára Lúcia Fernandes. Instrumentalização para o ensino a distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. MILL, Daniel. Escritos sobre educação - Desafios e possibilidades para ensinar e aprender com as tecnologias emergentes. São Paulo: Paulus, 2017.	
Bibliografia Complementar BUENO, J. L. P; PACÍFICO, J. M; PRETTO, N. L. Tecnologias na educação: políticas, práticas e formação docente. Florianópolis: Pandion, 2015. CARVALHO, R. N. de. Ambiente Virtual de Aprendizagem: Fóruns de discussão numa perspectiva sociointeracionista, 2010. CASTRO, Leandro Nunes de; FERRARI, Daniel Gomes. Introdução à Mineração de Dados: conceitos básicos, algoritmos e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2016. DEMO, P. Conhecimento e Aprendizagem na Nova Mídia. Brasília: Editora Plano, 2001. LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. MORAN, José Manuel. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica, Papyrus, 21ª ed, 2013.	

DISCIPLINA: Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação e do Trabalho	
Vigência: a partir de 2018	Período letivo: primeiro ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Estado, Sociedade, Educação e Economia Capitalista. Educação e Trabalho em uma perspectiva Emancipatória. Introdução às teorias filosóficas da educação à luz dos autores clássicos e contemporâneos. Filosofia e prática docente. Evolução histórica da educação e do trabalho. A educação e o Trabalho no contexto histórico-cultural brasileiro. Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos no Brasil Contemporâneo.	
Bibliografia Básica FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 2015.	



CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

FRANCISCO FILHO, G. A educação brasileira no contexto histórico. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2001.
MANACORDA, M. A. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar

LIMA, J. C. F.; NEVES, L. W. (Orgs.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
NAGLE, J. Educação e sociedade na primeira República. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.
OLIVEIRA, D. A. Educação Básica, gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
PONCE, A. Educação e luta de classes. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Ver. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2011.

DISCIPLINA: Didática Geral	
Vigência: a partir de 2018	Período letivo: primeiro ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Didática: Conceito, histórico e tendências pedagógicas; A didática na formação docente e no processo de ensino-aprendizagem: tendências pedagógicas e a evolução histórica; A função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem. O planejamento em seus diversos níveis: metodologias de ensino; recursos didáticos e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.	
Bibliografia Básica ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs.). Filosofia da práxis e didática da educação profissional. Campinas: Autores Associados. 2011. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2008. VEIGA, I. P. A. (Org). Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. Campinas: Papirus, 2006.	
Bibliografia Complementar COMÊNIO, J. A. A Didática Magna. São Paulo: Martins Fontes, 2002. FAZENDA, I. (orgs). Didática e Interdisciplinaridade. 17.ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. GADOTTI, M. R., J. e. (orgs). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas. São Paulo: Cortez, 2000. LUCKESI, C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2005 ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.	

DISCIPLINA: Didática na educação profissional e tecnológica	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: 1º ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Didática na e para a educação profissional. A organização curricular e o ciclo didático na EPT. Pesquisa, inovação tecnológica e Extensão como princípios educativos. Integração curricular, interdisciplinaridade e o processo de ensino-aprendizagem em espaços escolares e não escolares. Didática e práxis pedagógica na EPT.	
Bibliografia Básica ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e didática da educação profissional. Campinas: Autores Associados. 2011. ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. CUNHA, Daisy Moreira; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Formação/profissionalização de	



CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas. Belo Horizonte: PUC/Minas, 2013.

Bibliografia Complementar

AUXILIADORA, Maria; OLIVEIRA, Monteiro. Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS. Campinas: São Paulo, 2003.
FRIGOTO Gaudêncio. CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
SOUZA, T. N. de; SILVA, S. C.; BATISTA, E. L. Desafios e perspectivas das Ciências Humanas na Atuação e na Formação docente. São Paulo: Paco Editorial, 2013.
SACRISTÁN, J. Gimeno.; GÓMEZ, A. I. Perez. Compreender e transformar o Ensino. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; MEC/SESu, 2006.

DISCIPLINA: Metodologias e Estratégias de Ensino	
Vigência: a partir de 2018	Período letivo: primeiro ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Teorias dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem. Prática docente, modelos de ensino e processos de formação. O processo de ensino e de aprendizagem e o professor como mediador. Dificuldades de aprendizagem e processos avaliativos.	
Bibliografia Básica LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem. 1ª São Paulo: Cortez, 2011. NÓVOA, A.(org.) Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução de Ernani F. da Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.	
Bibliografia Complementar AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J.D.; HANESIAN, H. Psicologia educativa: um ponto de vista cognoscitivo. 2. Ed. México: Trillas, 1983. GIORDAN, Andre; DE VECCHI, Gerárd. As origens do saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos. Porto Alegre: ARTMED, 1996 MOREIRA, Marco Antonio. Aprendizagem significativa. Porto Alegre: Ed. do autor, 2006. OLIVEIRA, J. B. A; CHADWICK, C. Aprender e ensinar. 5.ed. São Paulo: Global, 2002. NUÑEZ, I. B; Ramalho, B. L. (Org.). Fundamentos do ensino aprendizagem das ciências naturais e da matemática: o novo ensino médio. Porto Alegre: Sulina, 2004.	

DISCIPLINA: Processos educativos e de gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	
Vigência: a partir de 2018	Período letivo: primeiro ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Concepções de Teorias Educacionais e suas interfaces na gestão de processos pedagógicos. Ações educativas em diferentes instituições e grupos sociais, revelando seus condicionantes sócio-políticos e seus processos de Resolução de Problemas.	
Bibliografia Básica PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escolar pública. 3. ed., 2. impr.. São Paulo: Ática. 2001. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. 3. ed., rev. e ampl.. Goiânia: Alternativa. 2001. LÜCK, Heloisa. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.	



CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Bibliografia Complementar

CHARLOT, B.. Da relação com o saber. Porto Alegre, Artes Médicas: 2000.
LÜCK, H. Planejamento em orientação educacional. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
PADILHA, R . P. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo:Cortez; instituto Paulo Freire, 2001.
VEIGA, I. P. (org). Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. 13. ed. Campinas: Papirus, 2001.

DISCIPLINA: Organização e Gestão da Educação

Vigência: a partir de 2018

Período letivo: primeiro ano

Carga horária total: 60 h

Código:

Ementa: Políticas Públicas e Financiamento da Educação; Gestão democrática em espaços escolares e não-escolares; A organização da educação básica brasileira no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Sistema(s) de ensino: a visão teórica e o marco legal. O planejamento e financiamento educacional em âmbito federal, estadual e municipal. Avaliação institucional. Formação docente no âmbito das políticas de formação no Brasil.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, J. M. L. de A. **A educação como política pública:** polêmicas de nosso tempo. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
SAVIANI, D. Da **Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação:** por uma outra Política Educacional. São Paulo: Autores Associados, 2002.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, J. M. V.; QUEIROZ, M. A. de Q.; AZEVEDO, M. A. de; MORAIS, P. S. de. **O papel dos conselhos para a criação do Sistema Nacional de Educação.** Brasília: Liber Livro, 2009.
AUXILIADORA, M.; OLIVEIRA, M. **Políticas públicas para o ensino profissional:** o processo de desmantelamento dos CEFETS. Campinas, SP: Papirus, 2003.
AZEVEDO, J. M. L. de A. **A educação como política pública:** polêmicas de nosso tempo. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. D. A. et al. **Pontos e contrapontos da política educacional:** uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livro, 2008.
FERREIRA, N. S. C. **Gestão da educação:** impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006.

DISCIPLINA: Libras – Língua Brasileira de Sinais

Vigência: a partir de 2018

Período letivo: primeiro ano

Carga horária total: 60 h

Código:

Ementa: Noções básicas sobre a educação de surdos e sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Compreensão de semelhanças e diferença entre LIBRAS e Português. Introdução à gramática da Língua Brasileira de Sinais.

Bibliografia Básica

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é comunicação. São Paulo: Brasiliense, 2006 – (Coleção Primeiros Passos).
FELIPE, Tanya Amara. LIBRAS em contexto. Rio de Janeiro: MEC/SEESP - FENEIS, 2001.
QUADROS, Rocine Muller, KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.



CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Bibliografia Complementar

BUENO, José Geraldo Silveira. A educação do deficiente auditivo no Brasil: situação atual e perspectivas. Em Aberto, Brasília, DF, ano 13, nº 60, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. O que é linguística. São Paulo: Brasiliense, 1998 – (Coleção Primeiros Passos).

SKLIAR, C. (org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos. Vol.II. Porto Alegre: Mediação, 1999.

MOURA, M. C. de. O surdo: Caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DISCIPLINA: Seminário integrador e estudos curriculares I	
Vigência: a partir de 2018	Período letivo: primeiro ano
Carga horária total: 30 h	Código:
Ementa: Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no primeiro ano da Licenciatura. Teorização do refletir sobre trajetórias pessoais, vivências de formação profissional realizadas durante o curso e do fazer pedagógico sobre temáticas da realidade escolar. Articulação das diferentes áreas do conhecimento e diferenciados saberes oriundos da práxis pedagógica.	
Bibliografia Básica	
BOLÍVAR, Antonio. O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p. 12-15.	
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005	
PASSEGGI, M.C.; BARSOSA, T. M. Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente. São Paulo/ Natal: Paulus/EDUFRN, 2008b. p.153-179.	
Bibliografia Complementar	
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Ed.Atlas, 2008	
GOODSON, Ivor. A arte de contar a própria história. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p.20-21.	
IMBERNÓN, Francesc. Aprender com as histórias de vida. In: Pátio, Ano XI nº 43 - Histórias de vida e aprendizagem - ago/out, 2007, p.08- 11.	
MEIRIEU, Philippe. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: ARTMED, 2006	
MORETTO, Vasco Pedro. Construtivismo: a produção do conhecimento em aula. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.	

2º ANO

DISCIPLINA: Educação Profissional	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: segundo ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Educação e trabalho. Sujeitos da Educação Profissional. Trajetória histórica da educação profissional no Brasil; Pressupostos teórico-metodológicos da educação profissional e tecnológica. O trabalho como princípio educativo. Políticas de educação profissional no Brasil; Integração da educação profissional com a educação básica. Currículo, Transdisciplinaridade e Educação Tecnológica. Fundamentos para a Formação de Professores no Ensino Tecnológico. Trabalho Pedagógico e Político no Ensino Tecnológico.	
Bibliografia Básica	
ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). Filosofia da práxis e didática da educação	



CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

profissional. Campinas: Autores Associados. 2011.
FRIGOTO Gaudêncio. CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
MOLL, Jaqueline e Colaboradores. (Org.). Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2009.

Bibliografia Complementar

BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. Tecnologia e Interação. Coletânea Educação e Tecnologia – CEFET-PR. Curitiba, 1998.
FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação No Brasil de Hoje in: Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. LIMA, Júlio César França (org.) Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
MARX, Karl. Textos sobre Educação e Ensino. Campinas, SP: Navegando, 2011.
MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
MOURA, Dante Henrique. (Org.). Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional. Campinas: Mercado de Letras, 2014.4.
MOURA, Dante Henrique (org.). Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas. Natal: IFRN, 2016. 240 p. il.

DISCIPLINA: Educação de Jovens e Adultos	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: segundo ano
Carga horária total: 90 h	Código:
Ementa: Fundamentos históricos e políticos da EJA. Sujeitos da EJA: Identidade do educador e do educando da EJA. Concepções Teóricas e Práticas. Pressupostos teóricos da EJA. Metodologias e estratégias de ensino. Estratégias político-didático-pedagógicas. Diversidade e Cidadania. Alfabetização e Inclusão Social. Educação e Trabalho na perspectiva de empoderamento e emancipação. Currículo, Direitos Humanos e Economia. Projeto de Intervenção Social.	
Bibliografia Básica FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970. GADOTTI, Moacir; ROMÃO José E. (Orgs.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. ARROYO, Miguel G. Currículo, Território Em Disputa. Petrópolis: Vozes, 2012.	
Bibliografia Complementar GERALDI, João Wanderley. (Org.) O Texto na Sala de Aula. São Paulo: Ática, 2003. KAUFMAN, Ana M e Rodriguez, Maria Helena. Escola, leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. Soares, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Soares, Magda. Alfabetização em processo . 12ª ed. São Paulo: Cortez, 1998. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.	

DISCIPLINA: Educação Especial na perspectiva Inclusiva	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: segundo ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: Assegurar os direitos de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos na escola; A Educação Especial como estratégia de inclusão escolar de crianças, jovens e adultos; O papel do Pedagogo na escola inclusiva; compreender e desenvolver estratégias de inclusão de crianças, jovens e adultos, com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual, no cotidiano da sala de aula e na Sala de Recursos Multifuncional.	
Bibliografia Básica BRASIL. Declaração de Salamanca e de ação sobre necessidades educativas especiais.	



CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Brasília: UNESCO, 1994.
DOMINGUES, C. A. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará, 2010.
JUNKES, Amélia de Oliveira. Formação de professores e condições de atuação em educação especial. Florianópolis: Insular, 2006.

Bibliografia Complementar

MANTOAN, M. T. E. (org). Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2003
MAZZOTTA, José Marcos da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
MILANEZ, Simone Ghedini Costa. Deficiência intelectual: conhecimentos para uma prática educacional inclusiva. In: OLIVEIRA, A. A. S., OMOTE, S.; GIROTO, R. M. (Org.). Inclusão escolar: as contribuições da educação especial. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Fundepe, 2008, p. 45-63.
MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: ARTMED, 2003.
SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

DISCIPLINA: Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: segundo ano
Carga horária total: 60 h	Código:
Ementa: O currículo como construção social e cultural. Teorias curriculares. O projeto pedagógico-curricular. Temas atuais e currículo. O processo curricular na perspectiva da integração da educação básica com a educação profissional. Concepções e princípios do currículo integrado. A organização do currículo integrado. O currículo integrado e a prática docente por meio de projetos interdisciplinares.	
Bibliografia Básica FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. ; RAMOS, M. (Orgs.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.). Teorias de currículo. São Paulo: Cortez Editora, 2011. MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs). Currículo, cultura e sociedade. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.	
Bibliografia Complementar ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2013. COSTA, M. V. (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.	



CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

DISCIPLINA: Seminário Integrador e Estudos Curriculares II	
Vigência: a partir de 2019	Período letivo: segundo ano
Carga horária total: 30 h	Código:
Ementa: Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no segundo ano da Licenciatura. Teorização do refletir sobre trajetórias pessoais, vivências de formação profissional realizadas durante o curso e do fazer pedagógico sobre temáticas da realidade escolar. Articulação das diferentes áreas do conhecimento e diferenciados saberes oriundos da práxis pedagógica.	
Bibliografia Básica BOLÍVAR, Antonio. O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p. 12-15. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005 PASSEGGI, M.C.; BARSOSA, T. M. Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente. São Paulo/ Natal: Paulus/EDUFRN, 2008b. p.153-179.	
Bibliografia Complementar GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Ed. Atlas, 2008 GOODSON, Ivor. A arte de contar a própria história. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p.20-21. IMBERNÓN, Francesc. Aprender com as histórias de vida. In: Pátio, Ano XI nº 43 - Histórias de vida e aprendizagem - ago/out, 2007, p.08- 11. MEIRIEU, Philippe. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: ARTMED, 2006 MORETTO, Vasco Pedro. Construtivismo: a produção do conhecimento em aula. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.	

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado na Educação Profissional e Tecnológica - na área de Formação I	
Vigência: a partir de 2018	Período letivo: primeiro e segundo ano
Carga horária total: 300 h	Código:
Ementa: Construção e fortalecimento da identidade docente por meio da inserção no cotidiano escolar da Educação Profissional na área específica de formação acadêmica, possibilitando a articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos, e dos saberes da experiência na formação profissional.	
Bibliografia Básica BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia. Resolução CNE/CP 1/2006. Brasília, DF: MEC/SESU, 2006. Disponível em: Acesso em: 08/10/2017. KUENZER, A. Z. Trabalho Pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In: Ferreira, N.; Aguiar, M. (Org.). Para onde vão a orientação e a supervisão educacional? Campinas: Papyrus, 2002. Pg 47-78. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2010.	
Bibliografia Complementar EVANGELISTA, Olinda. Curso de pedagogia: propostas em disputa. Exposição realizada no 1o Encontro Catarinense de Estudantes de Pedagogia. Mesa-Redonda com Helena de Freitas (ANFOPE) e Beatriz Luce (CNE). UFSC, 2007. Disponível em: Acesso em 08/10/2017 SACRISTÁN, José Gimeno. O Currículo. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001. MORAES, M. C. O paradigma Educacional Emergente. São Paulo: Papyrus, 1997. PAQUALLY, L. (e Orgs.). Formando Professores Profissionais. São Paulo: Artmed Editora, 2001.	

1.7 METODOLOGIA

A concepção de um curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância tem peculiaridades que a distinguem da modalidade presencial. Assim, por suas características, a Educação a Distância, supõe um tipo de ensino em que o foco está em cada estudante e não na turma. Este estudante deve ser considerado como um sujeito do seu aprendizado, desenvolvendo autonomia e independência em relação ao professor, que o orienta no sentido do “aprender a aprender e aprender a fazer”.

Nesta perspectiva os materiais didáticos devem ser pensados e produzidos dentro das especificidades da Educação a Distância e da realidade do estudante para o qual o material está sendo elaborado. No entanto, não se pode deixar de ter em conta, o avanço dos meios informáticos e digitais, sobretudo como uma tecnologia que facilita, em grande medida, a comunicação, a troca e a aquisição de informação. É neste sentido que, mesmo investindo em materiais impressos, não se pode abrir mão de projetar também a elaboração de materiais para web, ou a utilização de mídias digitais, como o CD-ROM e de elementos interativos que garantam a participação, a aprendizagem, a permanência e o êxito acadêmico.

O material a ser utilizado ao longo do curso, será elaborado em parceria, pelos seis Institutos e disponibilizado em diversos formatos, de acordo com a necessidade contemplando os Guias do Curso e Manual do Cursista, Guia Didático das Disciplinas (por período), Caderno Didático das Disciplinas (por período). Faremos uso, ainda, dos materiais já produzidos no âmbito da Educação à Distância, através de vários fomentos, e disponibilizados em seus repositórios, bem como os produzidos nos cursos já ofertados pelas instituições parceiras da rede.

A Educação a Distância vem apontando para a necessidade do estudo colaborativo e/ou cooperativo. O uso das tecnologias de informação e comunicação vem desempenhando papel fundamental, porém, nos espaços em que, ainda, não é possível usá-las, há que se propor alternativas dentro dos modelos tradicionais de tutoria e material impresso. A presença e disponibilidade do tutor/orientador têm sido importantes não somente como elemento motivador, mas também, e por isso

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

mesmo, como estratégia de diminuição da evasão. Um papel que a tutoria vem sendo chamada a desempenhar é o de espaço de articulação e suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento.

A rotina do curso envolve estratégias que devem ser perseguidas pela equipe que o constitui:

- Será disponibilizado um calendário acadêmico com datas de início e fim das disciplinas e dos semestres.
- Todas as disciplinas devem ser apresentadas no AVA, divididas em semanas, de acordo com o calendário. Antes da disponibilização para os alunos o professor responsável pela elaboração da disciplina, que poderá ser de qualquer uma das instituições ofertantes, fará uma reunião on-line com tutores presenciais e a distância delineando todos os procedimentos que devem ser adotados pela equipe.
- No AVA deverá ter um espaço comum, uma comunidade de aprendizagem, em rede, entre professores/acadêmicos, acadêmicos/tutores e acadêmicos/acadêmicos, sob os princípios da cooperação, respeito e autonomia, de modo a alcançar os objetivos propostos.
- A relação dialógica, base da Comunidade de Aprendizagem, seja presencial ou mediada pelas tecnologias, deverá ser exercício permanentemente praticado por todos os participantes, num processo de desenvolvimento capaz de conduzir os diferentes sujeitos aprendizes a uma unidade de ação, tornando-os engajados na tessitura desta rede real e virtual de todos os envolvidos no curso. O desafio maior do curso é a produção de um novo conhecimento, a pesquisa constitui-se como dimensão de aprendizagem, considerados os indivíduos na sua inserção sociocultural.
- Os procedimentos metodológicos específicos (leituras/atividades/participação nos fóruns de discussão/ consultas a Banco de Dados e

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

endereços selecionados) serão adotados de acordo com a natureza do objeto de estudo de cada disciplina. As comunicações, ao longo do curso, serão mediatizadas: no ambiente Internet, via correio eletrônico, fóruns de discussão, emails, whatsApp, entre outros, com plantão de docentes e tutores, on-line e nos polos, em horários previamente estabelecidos.

- Considerando a natureza singular da interação presencial, os Encontros Presenciais, com objetivo integrativo na produção de conhecimento, serão obrigatórios e realizados ao longo do curso, buscando oportunizar as vivências próprias para consolidação da Comunidade de Aprendizagem em rede. O professor poderá participar destes encontros presencialmente ou mediados pela tecnologia via videoconferência.
- Cada disciplina deverá propor suas atividades a distância, privilegiando a troca de informações e experiências entre os participantes, com o objetivo de construir uma rede colaborativa de aprendizagem. Para tanto, as atividades serão instigadoras, desafiando os participantes a resolverem, coletivamente, questões-problema relacionadas à prática pedagógica. Os participantes deverão fazer uso dos espaços coletivos do Ambiente Virtual de Aprendizagem para interagir dialogicamente.
- Os acadêmicos poderão se dirigir ao polo presencial, sempre que acharem necessário, onde encontrarão laboratórios de informática conectados à internet, biblioteca setorial, para que possam executar as atividades propostas pelos professores auxiliados pelos tutores presenciais.
- Ao fim de cada disciplina, o aluno terá um período denominado de **refazer** em que ele terá oportunidade de recuperar, ao longo do período, de forma paralela atividades e conteúdo sem aproveitamento total. Além deste período far-se-á uso das políticas de permanência e êxito instituídas pelos IFs.

1.7.1 Sistema de Tutoria

O Sistema Tutorial de apoio pedagógico consistente e contínuo é uma ferramenta que possibilitará a operacionalização do curso, de forma a atender os acadêmicos nas modalidades individual e coletiva, incluindo a tutoria presencial e a distância, cuja metodologia de trabalho oportuniza a constituição de redes de educadores, conectando professores – tutores – acadêmicos – coordenação.

Por sua característica de ligação constante com os acadêmicos, o tutor é quem poderá responder com exatidão sobre o desempenho, as características, as dificuldades, desafios e progressos de cada um deles. O Curso contará com duas modalidades de tutoria: presencial e a distância.

A presença e disponibilidade do tutor têm sido importantes não somente como elemento motivador, mas também, como estratégia de diminuição da evasão. Um papel importante da tutoria é o de articulação e suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento.

1.7.2 Tutoria Presencial

Esse tipo de tutoria é muito importante. É o espaço em que pode ocorrer, com mais frequência, o contato pessoal do tutor com o acadêmico. Na modalidade presencial, o tutor será presença constante, tanto nos Polos Presenciais, quanto nas instituições em que o acadêmico irá estagiar, orientando-o sempre a refletir, investigar, questionar a sua ação docente, ao mesmo tempo em que irá propor ações para a transformação da prática pedagógica em pontos considerados estranguladores do processo. Cada curso terá um tutor presencial no polo.

Os tutores presenciais devem se reunir com os acadêmicos, no começo do curso, para que sejam efetivadas as apresentações iniciais para a troca de endereços, telefones, e-mails e, ainda, a explicação da atuação da tutoria no processo de ensino e de aprendizagem. Deverá disponibilizar horários de atendimento, 20 horas semanais no polo, para atendimento presencial e/ou on-line.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Este processo estimula o intercâmbio de experiências, construções coletivas e individuais de conhecimentos, além de permitir o confronto de ideias nas mais variadas atividades que serão desenvolvidas ao longo do curso. Os encontros presenciais devem ser organizados pelos tutores presenciais, com auxílio do professor. Este momento, preferencialmente, será planejado em grupo para que as atividades possam ter critérios semelhantes.

Os encontros presenciais representam momentos de acompanhamento dos acadêmicos e, neles será possível:

- Discussões sobre os conteúdos das disciplinas;
- Elaboração de planejamento dos momentos de estudo em grupo, propostos pelo professor-formador;
- Orientações e sugestões quanto às leituras que deverão ser feitas, auxiliando-os em suas dúvidas (resolvendo ou encaminhando-os para resoluções);
- Acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos acadêmicos, bem como a elaboração do TCC, de Relatórios, e outros procedimentos;
- Proposição de formas auxiliares de estudo;
- Orientação aos acadêmicos sobre a importância da pesquisa científica;
- Favorecimento de troca de experiências e conhecimentos em atividades de grupos;
- Incentivo de debates e produções individuais e coletivas **além o acompanhamento presencial;**
- Acompanhar o aluno, da sua localidade de atuação, no ambiente virtual, verificando os acessos, apoiando os alunos na sua organização pessoal para os estudos e se comunicando continuamente com o professor e tutores virtuais, sendo um parceiro integrado à proposta de cada disciplina e do curso. O acompanhamento geral no ambiente virtual ser responsabilidade dos Tutores a Distância.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- Acompanhar os alunos no AVA, verificando acessos, monitorando atividades em curso, se comunicando via ambiente, e-mail, WhatsApp, dentre outros meios disponível, a fim de verificar ausências e dificuldades nas atividades;

1.7.3 Tutoria à Distância

Os tutores a distância farão o acompanhamento das atividades dos cursistas, utilizando o AVA do curso, para esclarecer dúvidas e prestar outras informações. O desafio da tutoria a distância é o de responder prontamente as dúvidas e solicitações dos acadêmicos.

São atribuições dos tutores a distância:

- Acompanhar os acadêmicos em todas as disciplinas do período;
- Orientar o acadêmico para estudo a distância, incentivando a autonomia da aprendizagem;
- Registrar o progresso, as dificuldades e os resultados obtidos;
- Orientar, com clareza, o acadêmico que apresentar dificuldade para navegar pelo ambiente virtual ou a entender a metodologia adotada no curso;
- Discutir, com o auxílio do Professor Formador de cada disciplina, os conteúdos de cada disciplina;
- Acompanhar a avaliação da aprendizagem dos acadêmicos, bem como a elaboração do TCC, de Relatórios, e outros procedimentos;
- Dar suporte ao acadêmico que esteja tendo dificuldades em acompanhar os conteúdos;
- Propor estratégias de estudo;
- Orientar os acadêmicos sobre a importância da pesquisa científica;
- Incentivar debates e produções individuais e coletivas;

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- Auxiliar o professor na correção de avaliações quando solicitado;
- Representar o professor nos fóruns quando solicitado;
- Fazer um mapeamento, com a finalidade de acompanhamento, dos acessos dos alunos, com vistas a agir preventivamente nos mecanismos que podem desencadear em evasão.
- Promover o sentimento de pertencimento do aluno no curso por meio de propostas de atividades integradoras e comunicação mediada por tecnologia;
- Promover um ambiente igualitário e seguro para as manifestações, incentivando a aprendizagem colaborativa, o tratamento igual a todos os participantes, de modo dialógico, inclusivo e sem formalidades;
- Engendrar feedback construtivo, em linguagem dialógica e interativa, analisando cuidadosamente as respostas individuais, com comentários objetivos referendados nos critérios de avaliação, pontuando considerações sobre como melhorar a produção;
- Criar um pronunciamento marcadamente pessoal mantendo regularidade de contato tendo como objetivo a promoção da autonomia do aluno.

1.7.4 Material Didático

O curso disponibilizará, ao estudante, materiais importantes para a sua trajetória acadêmica:

- **Guia do Curso** – material que informa sobre os objetivos, metas e estrutura acadêmica do curso. Nele é encontrado os objetivos e metas, a estrutura curricular, as ementas das disciplinas e a orientação de estudo; sobre a metodologia; sobre o corpo docente; sobre critérios e

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

sistemas de avaliação, calendário das atividades presenciais, direitos e deveres dos acadêmicos e outros aspectos gerais sobre o curso.

- **Guia Didático das Disciplinas** – organizado e disponibilizado por período - conterá todo o conteúdo e as atividades das disciplinas a serem cursadas, no período, bem como o cronograma das atividades de aprendizagem de cada período. A apresentação deste material deve ser clara e direta, observando a linguagem específica da EaD. A apresentação do conteúdo deve fazer referência a outras fontes de informação, em especial, ao livro-texto para o aprofundamento de estudos, sugerindo a indicação de obras já disponíveis para a pesquisa em bibliotecas virtuais e/ou físicas.
- **Material didático**, utilizado em cada disciplina, será disponibilizado em diferentes formatos e suportes, garantindo múltiplas alternativas de acesso à informação, além de estar disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), será compilado em dispositivo de armazenamento – CD-rom, pen-drive, HD (enviados pelo Correio) e carregado em nuvem compartilhada com os polos.
- **AVA do curso**, todos os cursistas terão acesso a este espaço que conterá, dentre outros recursos, fóruns, chats e múltiplos espaços de interação entre professor, tutores e colegas. Um ambiente de troca de experiências, esclarecimento de dúvidas, se comportando como um local em que
- **Softwares, vídeos educativos, livros, Biblioteca Virtual, e periódicos** estarão disponíveis nas bibliotecas dos polos e em espaços virtuais.
- **Referatário/Repositório de Materiais Digitais Pedagógicos** – Desenvolvido pelos parceiros, em rede, este espaço aglutina materiais produzidos, disponíveis nas áreas das disciplinas do curso. Este ambiente visa instrumentar o aluno no desenvolvimento de sua formação.

1.7.5 Concepção do curso e abordagens pedagógicas

O curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância tem como objetivo a formação de profissionais docentes capacitados ao exercício do magistério e possibilitar a articulação entre os conteúdos teóricos e instrumentais do currículo, de modo que o acadêmico desenvolva a “práxis” criadora no fazer pedagógico, exercendo seu papel como agente transformador do mundo em que vivem.

Para este fim, as metodologias propostas visam ao rigor, à solidez e à integração dos conhecimentos teóricos e práticos, voltados para a formação do profissional e do cidadão. O objetivo é levar os alunos a aprender a aprender que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade.

A construção de um projeto apoiado em relações democráticas previstas na concepção do curso fica garantida nas metodologias participativas e integradoras, tais como trabalhos em grupos e aulas dialogadas.

As pesquisas e os seminários levam a formação de profissionais que possam também produzir novos conhecimentos, aliando a teoria à prática por meio da observação e da análise da realidade educacional brasileira.

A concepção do curso contempla o indivíduo na condição pós-moderna, envidando a formação do conhecimento, aprendendo a lidar com o avanço da ciência, da tecnologia de forma integral e a olhar para o novo ser humano de forma holística e complexa.

Essa visão da educação, que tem por objetivo despertar a consciência do ser humano e sua relação com o mundo que o cerceia, é contemplada por intermédio das metodologias que favoreçam não apenas o saber, mas o saber pensar e o intervir.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Em um curso em Rede serão consideradas Orientações Gerais para a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso.

Considerando como parâmetro do fazer pedagógico o atendimento a formação das competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações.

1.7.6 Transversalidade no currículo

Para falar de transversalidade no currículo é importante antes falar de temas transversais com perspectiva para aqueles que nortearam as discussões nas Diretrizes Curriculares Nacionais. A Ética, o Meio Ambiente, a Pluralidade Cultural, os Direitos Humanos, a Saúde, a Diversidade, o Trabalho e o Consumo são alguns dos temas que estão contemplados no currículo. Outros temas em razão de sua atualidade e importância social, cultural e humanística deverão permear o currículo deste curso por intermédio da participação dos discentes em seminários, cursos, minicursos, debates, palestra, projetos de pesquisa e extensão e em outros eventos que poderão ser aproveitados para computar até 200 (duzentas) horas de atividades complementares a serem integralizadas ao longo do curso.

Os temas transversais tratados ao longo do curso, depois de receberem o devido e necessário tratamento pedagógico, servirão como apoio na formação de um egresso que, além dos saberes específicos, também seja capaz de desenvolver competências e habilidades humanísticas, sociais, culturais e ambientais.

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e de aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Nessa perspectiva, constitui-se como uma atividade acadêmico-pedagógica, intencionalmente planejada, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

A matriz curricular do o curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância contempla o Estágio Supervisionado, de caráter obrigatório, integrando a carga horária mínima estabelecida para o Curso, a ser realizando em Instituições de Ensino Profissionalizante tendo em vista a proposta de formação e a natureza da área de atuação profissional do egresso, cujas atividades demandam o desenvolvimento de competências técnicas e didáticas na atuação junto à docência na Educação Profissional e Tecnológica.

O Estágio Supervisionado terá duração mínima de 300 horas realizado ao longo do curso. A modalidade operacional do Estágio Supervisionado no Curso encontra-se descrita no Regulamento de Estágio do Curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância. (Anexo I)

1.8.1 Estágio não obrigatório

No Curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em caráter opcional e acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios, não obrigatórios, encontra-se normatizada no regulamento de estágio de cada Instituição Ofertante.

1.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância prevê o aproveitamento de experiências

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

extracurriculares como Atividades Complementares com o objetivo de enriquecer a qualificação acadêmica e profissional dos estudantes. Estas atividades vinculam-se ao “Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular” apontado na Resolução CNE/CP Nº 2/2015 ou ao “Núcleo de Estudos Integradores”, conforme Res. CNE/CP Nº 1/2006, e objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática, além de estimular a educação continuada dos egressos do curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância.

Cumprindo com a função de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no Curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

Para integralizar as 200h, o estudante deverá executar pelo menos cinco diferentes atividades descritas no anexo II deste documento. A atribuição de valores correspondente a atividade de formação do estudante associado ao nível de dificuldade da atividade desenvolvida como atividades complementares do o curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância.

1.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Considerando a concepção curricular do curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de Curso que se configura como trabalho monográfico sob a forma de artigo.

Para assegurar a consolidação dos referidos princípios, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática de cada Instituição Parceira, e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do o curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

modalidade a Distância. (anexo III)

1.11 APOIO AO DISCENTE

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), parceiros desta proposta, possuem diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida acadêmica.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
- Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas:

- Plantão de Tutoria;
- Oficinas especiais para complementação de estudos;

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- Ambientes de acesso e aprofundamento de conteúdos curriculares.

No âmbito do IFRO o apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos de acordo com a necessidade de cada aluno.

O aluno conta com o atendimento da Coordenação de Registros Acadêmicos no que compete a ela e também com o apoio do coordenador do curso que está a sua disposição em horários pré-fixados em murais e disponíveis no site da IES.

Além do atendimento direto e geral, o aluno também conta com atendimentos especializados, por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), vinculado à Diretoria de Ensino, atua na promoção, planejamento e execução de políticas voltadas às pessoas com necessidades específicas.

Há também o Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) Desenvolve que possui uma Equipe Multidisciplinar que realiza toda a assistência estudantil tais como prestar informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferecer orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação no âmbito da Instituição e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos.

E no âmbito dos IFs parceiros existe o Núcleo Pedagógico Multidisciplinar (NUPEM) é o principal órgão de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante às suas dificuldades de adaptação e de aprendizagem.

1.12 AVALIAÇÃO DO CURSO E AÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO AVALIATIVO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante, em articulação com o Colegiado de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa, Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede levanta dados sobre a realidade curricular por meio de avaliação docente, feita pelos alunos, reuniões de colegiado de curso, acompanhamento do rendimento, permanência e êxito dos estudantes.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

1.12.1 Funcionamento das Instâncias de Deliberação e Discussão

As discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
- Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;

- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto);
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão consultivo e deliberativo para ações e políticas institucionais referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

1.12.2 Atendimento extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado por meio do Sistema Tutorial de apoio pedagógico consistente e contínuo é uma ferramenta que possibilitará a operacionalização do curso, de forma a atender os acadêmicos nas modalidades individual e coletiva, incluindo a tutoria presencial e a distância, cuja metodologia de trabalho oportuniza a constituição de redes de educadores, conectando professores – tutores – acadêmicos – coordenação.

Por sua característica de ligação constante com os acadêmicos, o tutor é quem poderá responder com exatidão sobre o desempenho, as características, as dificuldades, desafios e progressos de cada um deles. O Curso contará com duas modalidades de tutoria: presencial e a distância.

1.12.3 Educação Inclusiva e Atendimento psicopedagógico

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Dessa forma, com base na Política de Inclusão e Acessibilidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), o curso o curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

I - Pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidar o direito das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, físico motora, múltiplas deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, promovendo sua emancipação e inclusão nos sistemas de ensino e nos demais espaços sociais, sendo o Núcleo de Apoio as Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador destas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do Câmpus.

II - gênero e diversidade sexual: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades, temas que fazem parte desta política.

III – diversidade étnica: dar ênfase nas ações afirmativas para a inclusão da população negra e da comunidade indígena,

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

valorizando e promovendo a diversidade de culturas no âmbito institucional.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, constituiu-se a Política de Inclusão e Acessibilidade, no sentido de promover ações com vistas à preparação para o acesso, condições para o ingresso a permanência e êxito do estudante.

Dessa forma, na especificidade da Pessoa com Deficiência, curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede, considera o regramento jurídico acerca dos direitos das Pessoas com deficiência, instituído na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, na Lei 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida, no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado.

Cabe salientar a Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, preconiza em seu art. 27 que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Prevê ainda o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia, com adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

aprendizagem em instituições de ensino, como também, assegurando o planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva.

Em consonância com os aspectos legais citados acima, destaca-se a preconização pelas flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação compreensiva, adequados ao desenvolvimento dos alunos, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória.

O corpo discente deste e de outros cursos mantidos pela IFRO conta com o os seguintes serviços:

- Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e ao Departamento de Apoio do Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação no âmbito da Instituição e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos.
- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), vinculado à Diretoria de Ensino, atua na promoção, planejamento e execução de políticas voltadas às pessoas com necessidades específicas.
- Núcleo Pedagógico Multidisciplinar (NUPEM) O Núcleo Pedagógico Multidisciplinar, vinculado à Diretoria de Ensino, é composto por pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, psicólogos, assistentes sociais, assistentes de alunos, nutricionistas, tradutores e interpretes em Libras, enfermeiros e/ou técnicos de enfermagem, e

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

outros profissionais de áreas afins, atuam interdisciplinarmente nos processos de ensino aprendizagem;

Estes órgãos promovem e executam programas visando à melhoria das condições psicológicas e de desempenho acadêmico do alunado, e desenvolvem ações em conjunto com o propósito de diagnosticar os problemas e de, conseqüentemente, apresentar soluções para eles.

1.12.4 Estratégias de nivelamento

Os cursos e atividades de nivelamento têm por objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica e fazê-lo refletir sobre o que representa a nova vida acadêmica.

Como forma de atender a esses objetivos, o IFRO/ Campus Porto Velho Zona Norte pode oferecer, por meio de projeto, nivelamento compatível com as prioridades identificadas no curso e também levando em conta as necessidades identificadas pelo público. Sempre que forem identificados deficiências na formação do aluno, a Coordenação juntamente com o colegiado do curso poderá sugerir ações como cursos de extensão para suprir essas necessidades.

1.12.5 Estratégias de interdisciplinaridade

Pautados em uma concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz a práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições de educação, por meio da integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural vislumbrando o pleno exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

As estratégias de interdisciplinaridade constituem-se em um repertório de habilidades que contempla a pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos consolidados, na ótica da lei, no exercício da profissão. Todas as atividades do magistério devem estar fundamentadas em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Entre as estratégias de interdisciplinaridade que compõem esta proposta estão:

- A própria dinâmica da práxis pedagógica das aulas;
- Os procedimentos teóricos e metodológicos que implicam na integração de conteúdos e atividades das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular do curso;
- As disciplinas de Seminário integrador e estudos curriculares;
- O Estágio Obrigatório a ser desenvolvido no primeiro ano do curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância integra as dimensões teórico-práticas do currículo e articula de forma interdisciplinar os conteúdos das diferentes disciplinas, por meio de procedimentos de docência nos diversos campos de atuação profissional.

Isso permitirá conceber o conhecimento como unidade na formação, superando as divisões entre as mesmas, entre teoria e prática, entre ensino e pesquisa, considerando-as, a partir da contribuição das ciências, diferentes leituras de que o processo de aprendizagem não se limita aos conteúdos propostos.

O estabelecimento de cadeias de conexões horizontais e verticais entre disciplinas incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si.

A implantação de projetos que visem ações interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares constitui meta importante no processo de

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

ensino e aprendizagem dos cursos de graduação oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

As ações interdisciplinares deverão ser regulamentadas em programas próprios, os quais, além de normas, objetivos e metas, deverão apresentar princípios didáticos e metodológicos do ser e do fazer interdisciplinar.

1.12.6 Estímulos às atividades acadêmicas

A missão do IFRO alicerça-se no desenvolvimento da atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais, cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e aplicando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem e de futuras gerações.

O Instituto Federal de Rondônia oferece educação superior que visa à formação de sujeitos comprometidos com o conhecimento e com a transformação social, cultural, política e econômica do Estado de Rondônia e da Região. Assim, a Instituição tem a responsabilidade social de preparar profissionais éticos e competentes capazes de contribuir para o desenvolvimento regional, o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos. Consoante com a sua missão, o IFRO proporciona muitos estímulos aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e participação em eventos complementares.

Por assim o ser, o IFRO incentiva a participação do estudante em viagens de estudos; em atividades de extensão; monitoria; pesquisa; discussões temáticas; estudos complementares; participação em seminários, encontros, simpósios, conferências e congressos, internos e externos; participação em estudos de casos; projetos de extensão; em publicação de produção científica em instrumentos próprios e em outros periódicos nacionais e internacionais devidamente registrados nos órgãos de indexação e, finalmente, em visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais. Além disso, o IFRO apoia a divulgação de trabalhos de autoria dos seus alunos.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

O aluno recebe incentivo institucional efetivo, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de sua trajetória acadêmica, quanto no que concerne às ações que o estimulam a permanência na Instituição em programas de formação continuada e de pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*.

1.13 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Os desafios da contemporaneidade exigem a capacidade de articular a ação docente com os processos mais amplos da tecnologia e da cibercultura. A partir disso, faz-se necessário refletir acerca da organização e dinâmica dos espaços educativos nas dimensões pedagógicas, administrativas e culturais. Portanto, é necessário proporcionar a formação profissional para atuar no cotidiano da escola, gerindo a dinâmica educativa e sendo o propulsor de projetos que melhorem e transformem a realidade escolar alinhado a esta realidade tecnológica.

Assim, a Educação a Distância é diretriz e meio. Diretriz enquanto condição inerente a Era do Conhecimento mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e como meio para propiciar o acesso ao conhecimento e a formação profissional.

Enfim, a oferta do curso de o curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância, está em consonância com a missão e os objetivos legais definidos para os Institutos Federais.

Portanto, neste curso as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são inerentes a estrutura geral e ao processo ensino-aprendizagem, de modo que a interação homem-máquina é mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação e ainda utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas. Ora, a Educação a Distância expande a prática educacional com a ação dialética entre professor e aluno, fazendo uso dos recursos de comunicação para viabilizar e aperfeiçoar a relação Professor-Aluno-Saber. O uso

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

dos recursos de comunicação, providos pelas diversas mídias (impressa, em vídeo ou digital), tem o viés de potencializar os processos de ensino e de aprendizagem, enriquecendo e ampliando a recepção sensorial do aluno, para assim facilitar a apreensão dos conteúdos e permitir a construção do conhecimento, em espaço de tempo e lugar mais adequados às exigências de disponibilidade do educando.

Os recursos tecnológicos serão utilizados em conjunto pela Rede de parceiros com vistas a unir as expertises em EaD e equipes multidisciplinares dos Institutos Federais, compartilhar e reutilizar os materiais e recursos educacionais já produzidos pelos IFs e relacionados a formação docente, otimizar o esforço de produção de materiais complementares e videoaulas na rede de cooperação entre os ofertantes.

Além disso, *Campus* Porto Velho Zona Norte do IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores e salas de coordenação. Estão disponíveis, neste momento, dois laboratórios de informática equipados com 25 computadores cada um, todos conectados à internet. Além disso, incorpora, de maneira crescente, os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Diversas dependências comuns da IES disponibilizam serviço de wireless aos estudantes. A IES incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

1.14 Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem do Curso

A avaliação, no curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância, é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do aprendiz favorecendo a sua aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa no universo pedagógico, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

dos estudantes, na busca de tomada de decisões favoráveis à continuidade do processo de ensino e de aprendizagem.

O sistema avaliativo será definido em instrumento próprio pela Rede para operacionalização nos IFs parceiros, e naquilo que forem compatíveis observado e aplicado o Regulamento de Organização Acadêmica para os Cursos de Graduação do IFRO.

A avaliação contínua e cumulativa, de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, assume as funções dialógica, diagnóstica, processual, formativa e somativa que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nessa perspectiva, a avaliação dá significado ao trabalho do(a) professor-estudante e docentes e à relação professor-professor-estudante, como ação transformadora e de promoção social em que todos devem ter direito a aprender, refletindo a sua concepção de sociedade, de educação, de ser humano e de cultura.

Avalia-se, portanto, para constatar os conhecimentos dos estudantes em nível conceitual, procedimental e atitudinal, para detectar erros, corrigi-los, não se buscando simplesmente registrar desempenho insatisfatório ao final do processo. Avaliar está relacionado com a busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual. Para tanto, o professor-estudante deve saber o que será trabalhado em ambientes de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdos, e as estratégias que são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo.

Assim, essa avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do professor-estudante ao longo de todo o período letivo, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho, conforme orienta a LDB em vigor e o Projeto Político-Pedagógico da instituição.

Sendo assim, acreditamos ser de suma importância, a utilização de

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

instrumentos diversificados, pelo professor, que possibilite observar o desempenho do professor-estudante nas atividades desenvolvidas durante seu processo formativo.

Partindo destes princípios, destacamos a avaliação do desempenho, no âmbito do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede, será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como participação em fóruns de discussão, elaboração de textos, artigos, sínteses, trabalhos, desenvolvimento de projetos, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática de cada uma das Instituições parceiras e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.

1.14.1 Avaliação do processo ensino-aprendizagem no IFRO

A avaliação de desempenho acadêmico, parte integrante do processo ensino-aprendizagem, é feita semestralmente por disciplina e incide sobre a frequência e o aproveitamento escolar do aluno.

Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados na disciplina, os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades programadas.

O sistema de notação utilizado está descrito no Regulamento da Organização Acadêmica de Graduação. Em todas as avaliações aplicadas, será definido uma nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sempre em números inteiros.

Atendida, em qualquer caso, à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado na disciplina o aluno que obtiver nota de aproveitamento igual ou superior a 60 (sessenta), em consonância com o que está escrito no Regulamento da Organização Acadêmica de Graduação.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Em todo caso, considerando a especificidade de um curso em Rede no qual as disciplinas são ofertadas em parceria com as instituições envolvidas, a estrutura avaliativa será combinada e adequada ao modelo comum.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**1.15 TOTAL DE VAGAS****1.15.1 No primeiro ano de implantação**

Quadro 12 – Total de vagas no primeiro ano de implantação

Regime do Curso	Anual
Regime de Matrícula	Anual
Regime de Ingresso	Anual
Turno de Oferta	Independente de Turno – Curso na modalidade à Distância
Número de vagas	50 vagas, por polo/campus, ofertante, ampliável, conforme demanda da região

1.15.2 Durante o prazo de integralização

Quadro 13 – Total de vagas durante o prazo de integralização

ANO	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO	TOTAL ANUAL
2018	0	0	50	50
2019	0	0	50	50
2020	0	0	50	50
2021	0	0	50	50
TOTAL	0	0	200	200

1.16 PÚBLICO ALVO

Para ingressar no Curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância, os candidatos deverão ter concluído Curso de Graduação ou equivalente: bacharelado ou curso superior de tecnologia, ou seja, que possuem graduação plena, porém não são Licenciados, preferencialmente estarem em efetivo exercício na Rede Federal, Estadual e Municipal de educação básica. O processo seletivo para ingresso no Curso dar-se-á por processo seletivo público de acordo com os critérios especificados no Edital.

DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE

2.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Em consonância com a normatização nacional, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso, vinculado à Coordenação de Curso e demais estruturas hierárquicas, possui atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

É previsto um Núcleo Docente Estruturante para cada curso a ser implantado ou já existente, em consonância com o Regulamento da Organização Acadêmica.

Os Núcleos Docentes Estruturantes no IFRO terão a seguinte constituição:

I - O Coordenador do Curso;

II - 5 (cinco) docentes do curso, eleitos pelos pares no âmbito do Colegiado de Curso;

São características a serem consideradas na escolha dos representantes docentes para o NDE, no todo ou em parte, o exercício de liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Pelo menos 60% de seus membros do NDE devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Todos os membros do NDE devem ter regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral. Os cursos em fase de implantação terão seu NDE instituído por meio de Portaria do Diretor-Geral, mediante indicação e solicitação da Diretoria de Ensino, para atuação durante o primeiro ano do curso.

A renovação parcial dos membros do NDE deverá acontecer a cada 2 (dois) anos. O Colegiado do Curso deve assegurar estratégias de renovação parcial dos

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

integrantes do NDE de modo a garantir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

São competências do NDE:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do nível de formação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais;

V - acompanhar os indicadores de desempenho acadêmico no âmbito do curso;

VI - assessorar o Colegiado do Curso nas ações de planejamento e desenvolvimento do processo ensino aprendizagem no âmbito do curso.

O funcionamento do Núcleo Docente Estruturante e demais disposições atenderá a disposição resolutive em vigor, sendo RESOLUÇÃO Nº 7/REIT - CONSUP/IFRO/2018.

2.1.1 Composição do Núcleo Docente Estruturante

Quadro 14: Núcleo Docente Estruturante

Nº	NOME	FORMAÇÃO BÁSICA	TITULAÇÃO	ÁREA
01	Anabela Aparecida Silva Barbosa	Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Direito	Mestre	Educação
Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2900527189559181				
02	Andreia dos Santos Oliveira	Licenciatura em Língua Portuguesa	Mestre	Educação
Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4520225185356002				
03	Angelina M. De Oliveira Licorio	Bacharelado em Administração e Direito	Mestre	Social Aplicada
Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/5778704270592010				
04	Ariadne Joseane Felix Quintela	Licenciatura em História	Mestre	Educação
Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9098510338701121				
05	Denise Ton Tiussi	Bacharelado em Economia	Mestre	Social

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

				Aplicada
Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1033101348753780				
06	Diego Augusto Doimo	Licenciatura em Filosofia	Mestre	Educação
Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9451331919316917				
07	Ana Claudia Dias Ribeiro	Licenciatura em Língua Portuguesa	Mestre	Educação
http://lattes.cnpq.br/4976640769881483				
08	Miguel Fabrício Zamberlan	Graduação em Tecnologia em Informática	Especialista	Ciência da Computação
Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/8065780652368675				
09	Rafael Nink De Carvalho	Graduação em Matemática e Informática	Mestre	Educação
Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/7380590877571021				
10	Samuel Dos Santos Junior	Graduação em Pedagogia e Administração	Mestre	Social Aplicada
Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/5947565184613653				

A oferta do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede compreende a expansão institucional e está relacionada ao crescimento quantitativo e qualitativo de seu quadro de profissionais. Assim, será necessária a liberação de Concurso Público para provimento de vagas, visando ao pleno atendimento das disciplinas específicas previstas na matriz curricular do curso para, de forma qualificada, ampliar-se a oferta de ensino.

2.2 COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso trabalhará em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e dos professores e conforme as demandas características do curso. A coordenação é realizada por um profissional com disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionados ao curso. O discente pode solicitar o atendimento diretamente ao Coordenador Curso ou mesmo através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O Coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e atender a requisitos de atuação dispostos pelo MEC no Instrumento de Avaliação de

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Reconhecimento de Cursos, que envolvem disponibilidade adequada de tempo à coordenação, boa relação com docentes e discentes e participação nos colegiados afins. As competências do coordenador estão previstas no Regimento Interno do *Campus* Porto Velho Zona Norte.

Para que um docente seja indicado ou se candidate o coordenador de curso, deverá ter experiência profissional, ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, considerando o número de alunos do curso conforme instrumento de avaliação do INEP/MEC, no item 2.4.

2.2.1 Identificação do Coordenador do Curso

A Coordenação do curso será exercida por professor da instituição conforme processo eletivo definido em regulamento específico e que atenda aos critérios e requisitos de experiência e titulação, provisoriamente até que se proceda a eleição a função será exercida pela professora Anabela Aparecida Silva Barbosa.

2.2.2 Titulação e Formação do Coordenador do Curso

A titulação e formação do Coordenador de curso deve apresentar afinidade com o curso. O *curriculum lattes* completo do coordenador do curso fica disponível nos arquivos da Instituição para a devida averiguação e comprovação dos dados apresentados e deve ser arrolada conforme o quadro abaixo e pode ser acessado pelo endereço: <http://lattes.cnpq.br/2900527189559181>.

Quadro 15: Titulação do coordenador do curso

ANO DE INÍCIO E INTEGRALIZAÇÃO	NÍVEL	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO
2015-2017	Mestrado	Mestrado Profissional em Educação Escolar	UNIR
2004-2006	Especialização	Metodologia do Ensino Superior	UNIR
2004-2005	Especialização	Psicopedagogia e Gestão Escolar	Instituto Cuiabano de Educação - ICE
2000 -2004	Graduação	Pedagogia	UNIR

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

2014 -2015	Especialização	Direito Administrativo	Universidade Anhanguera - UNIDERP
2007-2012	Graduação	Direito	UNIR

2.2.3 Experiência Profissional de Magistério Superior e de Gestão do Coordenador do Curso

No quadro abaixo, está demonstrada a experiência do coordenador do curso para fins de comprovação de sua real atuação profissional no magistério superior, bem como em setores de gestão, com experiência no magistérios superior, experiência na gestão e experiência profissional.

Quadro 16: Experiência Profissional do Coordenador do Curso

TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR	TEMPO DE EXPERIÊNCIA EM GESTÃO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
3 ANOS	8 ANOS	17 ANOS

2.2.4 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

Em obediências às políticas de contratação de pessoal e em atendimento às exigências legais, o coordenador do curso desenvolve suas funções em REGIME INTEGRAL de trabalho, com DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, conforme está demonstrado em sua portaria de nomeação.

2.2.5 Carga Horária do Coordenador do Curso

O coordenador do curso trabalha em regime de dedicação exclusiva perfazendo um total de 40 horas semanais distribuídas da seguinte forma:

Quadro 17: Carga horária do Coordenador do Curso

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE HORAS
Aulas presenciais	11 horas

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Coordenação do Curso	25 horas
Tempo dedicado à pesquisa	2 horas
Tempo dedicado à extensão	1 hora
Tempo destinado à capacitação e publicação	1 hora
TOTAL	40 horas semanais

2.3 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

O Corpo Docente para atuar nos cursos da UAB – Professores Formadores e Tutores – será composto, preferencialmente, por professores pertencentes ao quadro de servidores do IFSul, do IFMA, do IFRO, do IFRN, do IFCE e do IFMT, em parceria, conforme quadro 29.

Quadro 18: Titulação do corpo docente

Item	Nome do docente	Titulação	Instituição	Link do lattes
1.	Bárbara Hees Garré	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/8965428715189683
2.	César Costa Machado	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/1466922162176128
3.	Eloisa Maria Wiebusch	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/0335655296150934
4.	Fabiana Zafalon Ferreira	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/4738293642918688
5.	Guilherme Ribeiro Rostas	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/3514196639632121
6.	Laura Brenner de Moraes	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/1362310290702459
7.	Luciane Albernaz de Araújo Freitas	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/8545354133074785
8.	Luís Otoni Meireles Ribeiro	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/5778704270592010
9.	Márcia Helena Sawaia Guimarães Rostas	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/0038767974020696
10.	Maria Carolina Fortes	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/0863111541216391
11.	Maria Regina Rosa Lima	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/7137523289270244
12.	Maria Cristina da Silva Sopenha	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/7038770130425746
13.	Rafael Montoito Teixeira	Doutor	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/8190742787917024
14.	Ricardo Rios Villas Boas	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/6371400939579436
15.	Rosane Bom Hüsken	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/9010739905351220
16.	Sandra da Silva Machado	Mestre	IFSUL	http://lattes.cnpq.br/8533657571069180
17.	Ana Cláudia Gouveia de Sousa	Doutora	IFCE	http://lattes.cnpq.br/2950561246292869
18.	Ana Cláudia Uchôa Araújo	Doutora	IFCE	http://lattes.cnpq.br/2238185129695360
19.	Armênia Chaves Fernandes Vieira	Mestre	IFCE	http://lattes.cnpq.br/0349787189162557
20.	Hobson Almeida Cruz	Especialista	IFCE	http://lattes.cnpq.br/5944180840603118
21.	Igor de Moraes Paim	Doutor	IFCE	http://lattes.cnpq.br/3265972245152553
22.	Marcio Daniel Santos Damasceno	Especialista	IFCE	http://lattes.cnpq.br/0912431441827059
23.	Maria de Lourdes da Silva Neta	Mestre	IFCE	http://lattes.cnpq.br/5301006494209944
24.	André Luís Silva dos Santos	Doutor	IFMA	http://lattes.cnpq.br/8177263015165738
25.	Carolina Pereira Nunes	Mestre	IFMA	http://lattes.cnpq.br/8895313923564938
26.	Debora Ribamar Macedo Ribeiro	Especialista	IFMA	http://lattes.cnpq.br/3934567438072218
27.	Simone Costa Andrade dos Santos	Mestre	IFMA	http://lattes.cnpq.br/9985700735166693
28.	Vania Mondego Ribeiro	Doutor	IFMA	http://lattes.cnpq.br/2802790548107913
29.	Abigail Noadia Barbalho da Silva	Mestre	IFRN	http://lattes.cnpq.br/5737423119459842
30.	Ana Lucia Sarmento Henrique	Doutora	IFRN	http://lattes.cnpq.br/0475297305451211
31.	Artemilson Alves de Lima	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/6247523502996479
32.	Claudia Pereira de Lima Parente	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/1261513624242191
33.	Edneide da Conceição Bezerra	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/3759724967134898
34.	Ernesto Alexandre Tacconi Neto	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/3209679211732958
35.	Gueidson Pessoa de Lima	Mestre	IFRN	http://lattes.cnpq.br/7395066847816154
36.	Helenice Lopes Barbosa	Mestre	IFRN	http://lattes.cnpq.br/7633730741399088
37.	Ivoneide Bezerra de Araujo Santos Marques	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/9947435577598028
38.	Jose Roberto Oliveira dos Santos	Mestre	IFRN	http://lattes.cnpq.br/1649481232106447
39.	Marcio Adriano de Azevedo	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/2689467070016983

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

40.	Marília Gonçalves Borges Silveira	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/7088140269107885
41.	Narla Sathler Musse de Oliveira	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/2477295938118466
42.	Patrícia Carla de Macedo Chagas	Mestre	IFRN	http://lattes.cnpq.br/6019611957789728
43.	Silvia Regina Pereira de Mendonça	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/1645016764489320
44.	Thalita Cunha Motta	Doutor	IFRN	http://lattes.cnpq.br/9872376684254476
45.	Ana Cláudia Dias Ribeiro	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/4976640769881483
46.	Anabela Aparecida Silva Barbosa	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/2900527189559181
47.	Andreia dos Santos Oliveira	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/4520225185356002
48.	Angelina M. De Oliveira Licório	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/5778704270592010
49.	Ariadne Joseane Felix Quintela	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/9098510338701121
50.	Danielli Vacari De Brum	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/1517644776688523
51.	Denise Ton Tiussi	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/1033101348753780
52.	Diego Augusto Doimo	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/9451331919316917
53.	Eulíene Da Silva Gonçalves	Especialista	IFRO	http://lattes.cnpq.br/4941273797552731
54.	Esiomar Andrade Silva Filho	Especialista	IFRO	http://lattes.cnpq.br/3329578620056132
55.	João Batista T. De Aguiar	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/8575663992123444
56.	Jonimar Silva Souza	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/8622996107812924
57.	Lady Day Pereira De Souza	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/5124807480964020
58.	Leticia Carvalho Pivetta Fendt	Doutor	IFRO	http://lattes.cnpq.br/5131655612107506
59.	Miguel Fabrício Zamberlan	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/8065780652368675
60.	Rafael Nink De Carvalho	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/7380590877571021
61.	Samuel Dos Santos Junior	Mestre	IFRO	http://lattes.cnpq.br/5947565184613653
62.	Sergio Francisco Loss Franzin	Doutor	IFRO	http://lattes.cnpq.br/2628467075870671
63.	Silvia Maria dos Santos Stering	Doutor	IFMT	http://lattes.cnpq.br/0248106319118707
64.	Marilane Alves Costa	Mestre	IFMT	http://lattes.cnpq.br/0318763827398618
65.	Constantino Dias da Cruz Neto	Mestre	IFMT	http://lattes.cnpq.br/2123218262414406
66.	Vera Cristina Quadros	Mestre	IFMT	http://lattes.cnpq.br/2844512661950209
67.	Nilce Vieira Campos Ferreira	Doutor	IFMT	http://lattes.cnpq.br/3948893613479712
68.	Maria Anunciata Fernandes	Mestre	IFMT	http://lattes.cnpq.br/9543296685846429
69.	Carlos Andre de Oliveira Camara	Mestre	IFMT	http://lattes.cnpq.br/9026268967785168
70.	Edson Gomes Evangelista	Doutor	IFMT	http://lattes.cnpq.br/7745670578276227
71.	Jorge Alberto LAgo Fonseca	Doutor	IFMT	http://lattes.cnpq.br/1714809318609577

O corpo docente do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados - a Distância - em rede é composto por 60 professores, sendo 30 doutor(es) (42%), 36 mestres (51%) e 5 especialistas (7%).

2.4 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

A equipe docente do curso é constituída por professores com Dedicção Exclusiva e Regime de Trabalho de 40h.

2.5 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

A experiência profissional, fora do magistério, na área de formação, possibilita ao professor uma abordagem mais prática dos conteúdos curriculares ministrados em sala de aula.

Os professores que compõem a parceria do IF Sul, do IFMA, do IFRO, do

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

IFRN, do IFCE e do IFMT possuem larga experiência profissional, na docência na Educação Básica, de Magistério Superior, com nótório saber didático-pedagógico e significativa produção acadêmica como é possível verificar por intermédio de seus respectivos currículos na plataforma Lattes.

2.6. TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE – PERCENTUAL DE DOUTORES

Como se pode observar no item anterior, 93% dos docentes do Curso têm titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* conforme as exigências legais; destes 42% obtém o título de doutor.

2.7 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso de Graduação, no âmbito de cada *Campus*, é um órgão consultivo que poderá deliberar sobre assuntos relativos à ensino e aprendizagem no âmbito do curso, nos termos da Resolução CONSUP/IFRO Nº 7/2018.

Art.29. O Colegiado de Curso será presidido pelo respectivo Coordenador do Curso e, na sua ausência ou impedimento, a presidência será exercida pelo seu substituto legal.

Art.30. Os membros Colegiado de Curso reúnem-se: I - ordinariamente, no início do período letivo e, posteriormente, a cada dois meses, mediante convocação por escrito, por seu presidente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis; II - extraordinariamente, mediante convocação por escrito, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros. Parágrafo único. As convocações para as reuniões ordinárias e extraordinárias e outras comunicações serão encaminhadas por correspondência eletrônica aos membros, acompanhadas da pauta e dos materiais para apreciação, devendo o membro confirmar o recebimento.

Art.31. A reunião do Colegiado de Curso deve iniciar com a presença da maioria

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

simples (cinquenta por cento mais um) dos seus membros, estabelecida como quórum regimental. Art.32. Nas reuniões extraordinárias, somente são discutidos e votados os assuntos que motivaram a convocação, sendo vedadas outras matérias que não aquelas explicitadas na convocação.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA****3.1 INFRAESTRUTURA DO IFRO****3.1.1 Gabinetes de Trabalho para Professores em Tempo Integral**

O *Campus* dispõe de espaço para todos os professores que trabalham 40 horas em regime de dedicação exclusiva. A maior parte desses professores desenvolve outras atividades no *Campus* e, por esse motivo, tem salas que servem para o desenvolvimento das ações específicas dessa outra função e também para o atendimento ao discente. Esses gabinetes possuem especificação de acordo com o quadro 30.

Quadro 19: Descrição de gabinetes para docentes

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	4,70m ²
Mesa(s):	1
Cadeira(s):	2
Armário(s) e arquivo(s):	2
Computador(es):	1
Impressora(a):	Coletiva

3.1.2 Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos

Todos os coordenadores de curso do Campus são lotados no regime integral e possuem gabinetes de trabalho individuais destinados aos trabalhos da coordenação, no qual desenvolve suas ações administrativas, pedagógicas e de atendimento aos professores e alunos.

Quadro 20: Espaço de trabalho para a coordenação de curso e serviços acadêmicos

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	4,70m ²
Mesa(s):	1
Cadeira(s):	3
Armário(s) e arquivo(s):	1

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Computador(es):	1
Impressora(a):	Coletiva

3.1.3 Sala de Professores

O *Campus* conta com duas salas de professores, climatizadas e mobiliada com mesas de trabalho individuais e coletivas, cadeiras, computadores, impressora e armários, conforme especificação do quadro 29.

Quadro 21: Descrição da sala de professores

ITENS	ESPECIFICAÇÃO EM NÚMEROS
Espaço físico em metros quadrados:	140,0m ²
Mesa(s) coletiva(s):	1
Cadeira(s):	4
Armário(s) e arquivo(s):	-
Computador(es):	1
Impressora(a):	1
Mesa(s) e espaço(s) individual(is)	20
Aparelho de televisão:	-
Assento(s) estofado(s) para descanso:	-

3.1.4 Salas de Aula

A Instituição disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula adequadas e confortáveis, com dimensões em torno de 53,19m², com alguma variação, com condições técnicas adequadas para a realização das aulas, com fechamento em vidros temperados, boa iluminação, refrigeração e baixo nível de ruído, revestimento em massa corrida e pintura látex/acrílica. Há em cada sala um projetor multimídia.

Todas as salas de aula são mobiliadas com 44 carteiras escolares individuais, uma mesa orgânica com duas gavetas, uma poltrona giratória com braços, quadros brancos, climatizadas com ar condicionado Split e cortinas tipo persiana.

O IFRO conta com salas de aula padronizadas, com capacidade para 40 alunos e planejadas para oferecer as melhores condições de aprendizagem, atendendo às disposições regulamentares quanto à dimensão, iluminação,

ventilação, mobiliário e limpeza.

3.1.5 Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática

O IFRO coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos, 05 Laboratórios de Informática, com dimensões em torno 240m², com 150 computadores para estudantes e 01 computador por laboratório para o professor, onde todos os equipamentos podem ser utilizados diariamente, das 8h às 22h30min.

Todos os laboratórios contam com o *software Microsoft Office®* e outros, licenciados, a pedido dos professores, sendo prevista a instalação de *softwares* específicos, a critério das necessidades das disciplinas.

Foi implantado um sistema especializado que possibilita ao aluno acompanhar sua situação acadêmica, pela *internet*, permitindo-lhe acesso ao relatório de notas, resultados de avaliação, reserva de livros, (re)matrícula *online*, comprovante de matrícula e outros.

3.1.6 Livros da Bibliografia Básica

A política da biblioteca do *Campus* é adquirir toda a bibliografia básica das disciplinas constantes na matriz curricular dos cursos procurando atualizá-la periodicamente.

O Núcleo Docente Estruturante do curso trabalha também no sentido de recomendar a atualização bibliográfica a fim de manter a qualidade e atualização dos conhecimentos do aluno.

No item do ementário deste projeto, estão esboçadas as obras da bibliografia básica que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do Curso Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância. De acordo com o Projeto Estratégico da Diretoria de

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Educação a Distância do IFRO haverá arcevo virtual para os cursistas, além disso a Rede disponibilizará repositório dos materiais produzidos em diferentes mídias, bem como da literatura correlata de domínio público e do acervo da CAPES.

3.1.7 Livros da Bibliografia Complementar

A bibliografia complementar atua como um acervo complementar na formação dos alunos e é recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pelo coordenador de curso e pelo Núcleo Docente Estruturante com a anuência do Colegiado do Curso.

No item do ementário deste projeto, estão esboçadas as obras da bibliografia complementar que compõem o conjunto de referências exigidas para a formação do egresso do o curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância.

3.1.8 Plano de Atualização Tecnológica, Serviços e Manutenção dos Equipamentos

A escolha de laboratórios e as instalações especiais atendem às necessidades do curso, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo-benefício.

A atualização dos laboratórios varia de acordo com as novas tecnologias, e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de ação do *Campus* e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

No sentido de garantir os serviços nos laboratórios didáticos especializados, é condição primordial que a IES mantenha a existência de um técnico responsável pela manutenção, atendimento à comunidade e assessoramento aos docentes no decorrer de suas aulas práticas, em todos os turnos.

3.2 INFRAESTRUTURA PARA OFERTA DO CURSO NO IFRO

Abaixo são apresentados os espaços de ensino e aprendizagem destinados para o Curso.

Quadro 22: Quantificação e descrição dos ambientes de formação

QTDE.	ESPAÇO FÍSICO	ÁREA M ²	INFRAESTRUTURA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS
5	Salas de Aula	53,19	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de <i>notebook</i> com projetor multimídia.
1	Auditório	211,92	Com 146 lugares <i>notebook</i> , sistema de multimídia, projetor caixas, acústicas e microfones.
1	Biblioteca	107,10	Com espaço de estudos individual e em grupo, equipamentos específicos e acervo bibliográfico e de multimídia.
5	Laboratório de Informática básica	250,00	Com 150 máquinas, multimídia ou TV. <i>Software</i> e projetor

3.2.1 Infraestrutura e Recursos Específicos para EaD no IFRO

Os recursos tecnológicos são imprescindíveis para a realização de qualquer atividade no contexto atual. A tecnologia passou a ser um aliado importantíssimo para todo tipo de tarefa, especialmente na EaD.

Existem equipamentos que favorecem o desenvolvimento de aulas dinâmicas, criativas, interativas e modernas, tais como: aparelhos de projeção multimídia, TVs, computadores, impressoras e outros. Para esse fim possui: Coordenação de

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Educação a Distância, Departamento de Produção de EaD (DEPEaD), Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA), Coordenação de Material e Design Instrucional (CMDI) Coordenação de Produção e Geração Audiovisual (CPGA), coordenação de tutoria e monitoria, coordenação de gestão e polos EaD e os polos de apoio presencial.

- **Coordenação de educação a distância**

A Coordenação de Educação a Distância, vinculada ao Departamento de Apoio ao Ensino, é o setor responsável pela execução das atividades do ensino a distância no campus, realizando, em consonância com o Departamento de Apoio ao Ensino, o planejamento, a organização a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à oferta de cursos nesta modalidade. Articula-se com as diretorias e demais departamentos, sendo responsável pela operacionalização de ambientes de aprendizagem em EaD, bem como pela gestão da produção das diversas mídias educacionais. Conta com as seções de apoio a seguir.

- **Departamento de Produção de EaD (DEPEaD)**

O Departamento de Produção de EaD (DEPEaD) é responsável por organizar, planejar, orientar, desenvolver, adaptar ou produzir e revisar conteúdos multimídia - impressos, audiovisuais ou virtuais - que se apliquem como objetos de aprendizagem, conforme as seguintes competências.

- **Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA)**

A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA) é responsável por elaborar, modelar e gerenciar ambientes virtuais de aprendizagem, desenvolvendo outras atividades inerentes à coordenação. A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (DVAA) é responsável pelo desenvolvimento, inovação e manutenção de tecnologias, infraestruturas e

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD.

- **Coordenação de Material e Design Instrucional (CMDI)**

Esta coordenação possui por finalidade o planejamento, organização, formatação e desenvolvimento de metodologias de ensino, materiais didáticos e atividades pedagógicas para Educação a Distância.

Revisão de Língua e Linguagem: Analisa, revisa e emite parecer quanto aos conteúdos de áreas específicas, assim como à estrutura semântica, morfológica, sintática e estilística.

- **Coordenação de Produção e Geração Audiovisual (CPGA)**

É responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive instalação e renovação de cenários. Além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção.

O Departamento de Produção de EaD se articula com a Coordenação de Apoio ao Ensino para promover materiais que favoreçam o processo ensino-aprendizagem. Possui ainda 02 estúdios e 01 estúdio auditório.

Quadro 23: Recursos de Estúdio

EQUIPAMENTOS	ESPECIFICAÇÃO
Câmeras	4 Filmadoras FULLHD
Ilha de edição	Computador para edição de vídeos e animações, vídeos dinâmicos.
Lousa Digital	Quadro Interativo digital
Intérprete	LIBRAS AO VIVO
Notebook	4 aparelhos de notebook para uso em ambientes interno

Obs: O mesmo equipamento em cada estúdio.

A CPGA é responsável em manter o fluxo mantendo todas as atividades relacionadas a produção audiovisual como por exemplo todo material didático diagramado, como postagens no ambiente virtual dando esse suporte e apoio aos professores. O auditório está em fase de finalização.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- **Coordenação de Gestão de Polos EaD**

Gerencia os polos quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos Campi e coordenadores de polos.

- **Coordenação de Tutoria e Monitoria**

Coordena, acompanha, orienta, avalia as atividades dos tutores e monitores, articulando as atividades desses profissionais junto aos demais setores do Campus.

- **Polos de Apoio Presencial**

Para implantar o curso de Formação Pedagógica pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) via financiamento da CAPES o IFRO deve utilizar polos já credenciados junto a própria CAPES. Para a oferta em esforço próprio o IFRO pode utilizar os Polos de Apoio Presencial (PAPs) do IFRO/Campus Porto Velho Zona Norte.

1) Polos UAB: O Polo UAB é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de Educação a Distância - EaD, de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior - IES.

Os polos UAB podem ser tipificados como efetivo ou associado.

I) Polo Efetivo - quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal.

II) Polo Associado - quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente localiza-se em um campus de uma IES. Os Polos UAB apresentam

a) Espaços gerais do Polo UAB

- Sala para coordenação do Polo UAB (obrigatório);
- Sala para secretaria do Polo UAB (obrigatório);
- Sala de reunião (opcional);

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- Banheiros (ao menos um feminino e outro masculino) com acessibilidade, conforme o que demanda as Leis 10 908, de 19 de dezembro de 2000 e 11 982, de 2009;
- b) Espaços de apoio do Polo UAB (obrigatório)
 - Laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada);
 - Biblioteca física, com espaço para estudos;
- c) Espaços acadêmicos
 - Sala multiuso - para realização de aula(s), tutoria, prova(s), vídeo/webconferência(s) etc.;
 - Laboratório pedagógico (quando couber);

Para implantar o Curso **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede**, na modalidade a Distância pela UAB via financiamento da CAPES o IFRO deve utilizar polos já credenciados conforme disposto no Quadro .

Quadro 24: Polos da Universidade Aberta do Brasil em Rondônia

UF	Nome do polo	Endereço
RO	ARIQUEMES - SETOR INSTITUCIONAL	Avenida Tancredo Neves / 3450 / Campo Universitario Ariquemes/ Setor Institucional / Ariquemes / 76872848
RO	BURITIS - SETOR 1	Av Ayrton Senna / 971 / Centro Tecnológico de Formação/ Centro / Buritis / 76880000
RO	CHUPINGUAIA - CENTRO	Silvana Gonçalves / 1492 / / Centro / Chupinguaia / 76990000
RO	JÍ-PARANA - JARDIM DOS IMIGRANTES	Rua Rio Amazonas / 351 / Campus da UNIR - Universidade Federal de Rondônia/ Jardim dos Imigrantes / Jí-Paraná / 76900726
RO	NOVA MAMORE - CIDADE NOVA	Rua Raimundo Fernandes / 2888 / / Cidade Nova / Nova Mamoré / 76857000
RO	PORTO VELHO - CENTRO	Rua José do Patrocínio / 512 / entre ruas Rogério Weber com Euclides da Cunha/ Centro / Porto Velho / 76801050
RO	ROLIM DE MOURA - CIDADE ALTA	Avenida São Paulo / 4679 / Escola Estadual Tancredo de Almeida - Anexo I/ Beira Rio / Rolim de Moura / 76940000

Fonte: CAPES/2018 disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/12-01-2018-polos-uab-ativos-Rondonia.pdf>

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Os espaços acadêmicos podem estar situados em outros locais, a partir de convênios com outras instituições, porém, há a obrigatoriedade de pelo menos uma sala de aula/multiuso nas instalações do polo;

Tratando-se de um polo associado, é admitida utilização compartilhada da secretaria acadêmica, biblioteca e demais ambientes, com exceção da sala da coordenação do polo, ambiente obrigatório e exclusivo.

Todos os espaços obrigatórios devem estar localizados no endereço sede do polo, podendo os demais espaços estarem em locais distintos, desde que exista Termo de Cessão de Uso, assinado pelo proprietário do espaço, indicando os dias e horários de uso prioritário pelo polo UAB.

Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por:

- I. Computadores em número adequado para atender o quantitativo que alunos (as) que se pretende atender no Polo;
- II. Conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo;
- III. Ferramentas pedagógicas tais como data-show; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

2) Polos de Apoio Presencial (PAPs) são polos com infraestrutura do IFRO/Campus Porto Velho Zona Norte para atender os alunos de municípios e distritos adjacentes. São unidades administrativas e pedagógicas que devem oferecer uma estrutura mínima para receber tutores, professores, coordenadores de polo, assistentes e, especialmente, alunos do curso. Para tanto, se constituem em um espaço privilegiado de acolhimento, desenvolvimento de atividades curriculares, interação entre professor-aluno, aluno-aluno e demais sujeitos, bem como para contribuir em um atendimento personalizado, quando necessário ou solicitado pelo aluno.

Para ofertar o suporte necessário, o polo de apoio presencial conta com uma equipe de acompanhamento, a saber:

- a) Coordenador de Polo: acompanha e coordena as atividades de polo;

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- b) Tutor Presencial: responsável pelo apoio pedagógico e administrativo, acompanha os estudantes durante a transmissão da aula, aplicando as atividades passadas pelo Professor Formador e estabelecendo contato com o Professor Assistente. Contabiliza e registra notas e faltas;
- c) Tutor Presencial Assistente Técnico: responsável pela abertura das salas, testagem e suporte técnico, manutenção e guarda dos equipamentos do polo.

Destarte, cada Polo de Apoio Presencial possui infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para propiciar um suporte adequado aos alunos na realização das atividades, conforme a modalidade de oferta onde acontecem os momentos presenciais, o acompanhamento e orientação de estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais.

3.3 INFRAESTRUTURA DOS PARCEIROS

Neste seção cada IF indicou sua infraestrutura básica para realização do curso. No caso dos polos de apoio presencial estes só podem funcionar e ofertar o curso em tela se atender os critérios de credenciamento para polos UAB da CAPES, portanto a infraestrutura de cada polo é apresentada junto a CAPES em documento específico. A mais os recursos que serão compartilhados no desenvolvimento do curso comporão documento externo caracterizado por um Termo de Cooperação Técnica entre os IFs parceiros, juntamente com Parecer Técnico e Caracterização de Interesse Recíproco que oficializam a parceria e determina as responsabilidades de cada instituição na realização do projeto.

3.4 INFRAESTRUTURA – IFSUL

A Coordenadoria de Produção de Tecnologia Educacional (CPTE) e o Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias (DETE) estão localizados no prédio da Reitoria do IFSul, na rua Gonçalves Chaves, nº 3218, em Pelotas – RS, ocupando oito salas descritas no item 14.1, situadas no térreo e terceiro pavimento, atendido por dois elevadores e duas escadas para saídas de emergência.

- **Instalações e Equipamentos oferecidos aos Professores e Estudantes**
 - **Estrutura voltada ao curso disponível para professores e coordenadores**

Quadro 25: Estrutura voltada ao curso disponível para professores e coordenadores

Identificação	Área (m²)
Sala 313 – espaço para coordenação e administração da CPTE	15,91
Sala 312 – espaço de trabalho dos designers instrucionais para reuniões, planejamentos, junto aos autores/conteudistas e diversas equipes de produção de materiais didáticos; espaço de atendimento da tutoria de cursos oferecidos a distância.	54,26

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Sala 311 - espaço de produção e manutenção de material didático e ambientes de aprendizagem, contando com equipes de design gráfico, de hipermídia e de tecnologia da informação.	64,28
Estúdio de áudio - espaço para captura e edição de vídeos	38,48
Estúdio de vídeo - espaço para a captura e edição de áudios	95,63
Sala 315 - espaço da chefia do Departamento de Educação a Distância (DETE), da coordenação de Projetos Especiais (COPEs) e das coordenações sistêmicas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Rede e-Tec Brasil (e-Tec)	25,00
Sala 316 - sala das coordenações de cursos sistêmicos EaD e das equipes multidisciplinares da EaD.	65,00
TOTAL	378,56

- **Sala 313 – sala para coordenação e administração da CPTE:**

Equipamentos: sala com dois (02) desktops, impressora laser P&B, um (01) scanner de mesa, telefone, mesas de trabalho e de reuniões.

- **Sala 312 – espaço de trabalho dos designers instrucionais e tutoria de cursos ofertados:**

Equipamentos: sala com dez (10) desktops para monitoria, dezesseis (16) notebooks para equipes de designers instrucionais e autores/conteudistas; duas (02) lousas digitais, dois (02) projetores multimídia.

Destaques: sala com duas (02) mesas amplas de reunião e trabalho colaborativo, com dois (02) televisores LCD (monitores) de 40" FULL HD 1080, rede lógica cabeada e wi fi.

- **Sala 311 - espaço de produção e manutenção de material didático e ambientes de aprendizagem:**

Equipamentos: sala com amplo espaço que possibilita e facilita o trabalho colaborativo, conjunto das equipes de produção de material didático e manutenção dos ambientes de aprendizagem, telefone, 19 desktops e notebooks (PCs e Apple), televisor LCD (monitores) de 50" FULL HD 1080, televisor LCD (monitores) de 47"

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

FULL HD 1080, rede lógica cabeada e wi fi.

Destaques: sistemas de gerenciamento da produção educacional próprios.

- **Estúdio de vídeo:**

Um estúdio de vídeo com 3 cenários (cenário com TV, fundo infinito ou chroma key) e painéis móveis em chroma key, permitindo variações de composição de cena, com isolamento acústico adequado e equipamentos, como câmeras profissionais de vídeo, iluminação suspensa, teleprompter, tripés, dollys para travelling, mesas de áudio, vídeo e streaming, além de microfones e outros equipamentos necessários à captura de vídeo aulas. Anexo a esta sala há outra para guarda de materiais e outra para edição não linear de vídeos, com 5 ilhas de edição de última geração, equipadas com software Adobe e periféricos adequados ao uso.

- **Estúdio de vídeo:**

Um estúdio de áudio e web conferência, com opção de chroma key, isolamento acústico adequado e equipamentos necessários à captura de áudio e transmissão de videoconferências, como microfones, câmeras, mesas de áudio, vídeo e streaming, tripés, pop filters e teleprompter, além de uma sala anexa a esta com 3 ilhas de edição de áudio e vídeo.

- **Sala 315 – sala para chefia departamento (DETE) e coordenação geral COPES, UAB e e-Tec:**

Equipamentos: sala com seis (06) desktops, um (01) scanner de mesa, telefone, mesas de trabalho e de reuniões.

- **Sala 316 – sala para coordenações de cursos sistêmicos EaD e suas equipes multidisciplinares:**

Equipamentos: sala com quinze (15) notebooks, um (01) scanner de mesa, telefone, mesas de trabalho e de reuniões.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Destaques: projetor multimídia e quadro magnético com lousa interativa (e-Beam)

- **Estrutura mínima voltada ao curso disponível nos campi/polos de apoio presencial**

Quadro 26: Estrutura voltada ao curso disponível para professores e coordenadores

Identificação	Área (m²)
Sala de Aula Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.	75,00
Sala de videoconferência com 40 cadeiras, equipamento de videoconferência, computador e televisor.	75,00
Auditório com 100 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones.	200,00
Biblioteca com espaço de estudos individual e em grupo, e acervo bibliográfico e de multimídia específicos	250,00
Laboratório de Informática Com 10 máquinas, softwares e projetor multimídia.	90,00
Laboratório de Estudos de Informática Com computadores, para apoio ao desenvolvimento de trabalhos por professor-estudantes	80,00
TOTAL	770,00

- **Laboratórios de informática:**

Os polos de apoio presencial, em especial, os campi do IFSul, contam com, no mínimo, dois laboratórios de informática. Os mesmos contêm, no mínimo, dez computadores desktop com kit multimídia e acesso à internet. As salas possuem projetor multimídia e superfície de projeção adequada.

- **Infraestrutura de Acessibilidade**

O prédio da reitoria onde se localiza a DETE/CPTE/UAB/e-Tec é atendido por dois elevadores e rampas de acesso a cadeirantes para acesso ao térreo e elevadores.

Os campi/polos de apoio presencial do IFSul possuem condições de acessibilidades previstas as duas instalações, com rampas de acesso, sanitários e bebedouros adaptados.

Nos campi para a acessibilidade existem sanitários próprios, com portas

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

amplas e com barras adequadas. Existem vagas para os automóveis de deficientes físicos que estão determinadas em local de fácil acesso, no estacionamento.

Atendendo o que determina a Lei Federal No. 10.098/2000 e a Portaria MEC N.º 1.679/1999, citamos os seguintes itens:

- a) Rampas com corrimãos e elevador que permitam o acesso do estudante com deficiência física aos espaços de uso coletivo da instituição;
- b) Rampas com corrimãos e elevador que permitam o acesso do estudante com deficiência física as salas de aula/laboratórios da instituição;
- c) Reservas de vagas em estacionamento interno para pessoas com necessidades especiais;
- d) Banheiros adaptados com portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- f) Lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;
- g) Telefones públicos instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas

- **Infraestrutura de laboratórios específicos à Área do Curso**

- **Laboratórios de informática específicos**

Os polos de apoio presencial, em especial, os campi do IFSP, contam com, no mínimo, dois laboratórios de informática específicos. Os mesmos contêm, no mínimo, dez computadores desktop com kit multimídia e acesso a internet. As salas possuem projetor multimídia e superfície de projeção adequada.

- **Brinquedoteca**

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Está prevista a aquisição de kits de brinquedos, softwares educativos, para a sala da brinquedoteca. Os polos de apoio presencial, em especial, os campi do IF Sul, contam em sua maioria com kits de robótica educacional para o desenvolvimento de atividades lúdicas e educacionais. Os polos de apoio presencial pertencentes a Universidade Aberta do Brasil (UAB), em sua maioria, já desenvolvem cursos de licenciatura com outras instituições públicas e já dispõe de brinquedoteca.

3.5 INFRAESTRUTURA – IFRN

- **Instalações, Equipamentos E Tecnologia**

O IFRN goza de plenos direitos para ofertar cursos de pós-graduação *latu sensu* na modalidade à distância concedidos pela Portaria de autorização nº 871, de 07 de abril de 2006, do Ministério da Educação. Ademais, aliada à sua experiência em EaD, na produção de teleaulas para o curso à distância do Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania - Proitec, dispõe de infraestrutura física para realização de cursos na modalidade à distância, compreendendo:

- a) três laboratórios de Informática;
- b) provedor de Internet;
- c) Rednet;
- d) três auditórios equipados para videoconferência;
- e) um estúdio de produção multimídia;
- f) videoteca;
- g) biblioteca
- h) uma sala de treinamento;
- i) uma sala de reuniões e estudo;
- j) uma sala de produção de material multimídia;
- k) uma sala de coordenação.

As experiências de educação à distância mostram que o processo de ensino e aprendizagem são mais ricos quando podem contar com polos de atendimento. Um indicador importante é a queda nos índices de evasão quando se dispõe desses

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

ambientes de estudo, onde podem contar com uma infraestrutura de atendimento e local para estudos, além de orientação e apoio efetivo dos tutores. Assim, os polos estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a entidade executora e deverão, portanto, funcionar como laboratórios pedagógicos com equipamentos que serão utilizados ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem, nos polos, serão realizadas aulas presenciais ou via videoconferência, videoaulas, tutoria presencial, estudos individuais ou em grupo, avaliações presenciais de conteúdo e institucionais. Para dar suporte a esse processo ensino-aprendizagem a infraestrutura dos polos deverá contar com computadores com acesso a Internet banda larga e webcam (assessório que permitirá ao educando não apenas a assistir às videoconferências, mas também a interagir com os orientadores à distância), além de telefone ou outros meios que venham a ser necessários para que possa ocorrer a tutoria à distância.

- **Instalações Em Geral E Salas De Aula**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte apresenta, em todos os seus *campi*, infraestrutura arquitetônica que proporciona acesso facilitador aos portadores de necessidades especiais, em conformidade com a Portaria Ministerial 1.679/99, procurando sempre renovar os antigos espaços, com reformas, que possibilitem esse acesso.

As atividades acadêmicas do IFRN são desenvolvidas em 21 *campi*, cujos prédios possuem ampla área livre. Diversos são os espaços de aprendizagem: salas de aula, laboratórios específicos, ampla circulação, centro de convivência, pátio de alimentação, biblioteca, complexo desportivo e de lazer, assim como estacionamento próprio.

Os laboratórios de Informática são devidamente equipados com microcomputadores, ligados em rede e à rede mundial de computadores com a manutenção sistemática e periódica. Os microcomputadores dos laboratórios de uso geral possuem os softwares necessários ao desenvolvimento do curso e o acesso é

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

facultado para realização de trabalhos.

As salas de aula disponibilizadas para a realização do curso são dotadas de quadros de lousa brancos, tela para projeções por meio de retroprojetor e projetor multimídia, computador conectado à rede mundial de computadores (Internet). Espaço físico adequado para o funcionamento das aulas do curso de especialização, devido às salas disporem de boa ventilação e iluminação.

- **Biblioteca**

A Biblioteca deverá operar com um sistema completamente informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 14 (catorze) dias para o aluno e 21 (vinte e um) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Deverão estar disponíveis para consulta e empréstimo, numa proporção de 6 (seis) alunos por exemplar, no mínimo, 3 (três) dos títulos constantes na bibliografia básica e 2 (dois) dos títulos constantes na bibliografia complementar das disciplinas que compõem o curso, com uma média de 5 exemplares por título.

- **Laboratórios Específicos**

Quadro 27: Descrição do Laboratório 1 de informática.

Laboratório: de Informática	Área (m ²)	m ² por bancada	m ² por aluno
	64	2,7	1,6
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
31 bancadas com 31 cadeiras, incluindo a do professor..			

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)	
Qtde.	Especificações
30	Computadores completos (gabinete, monitor, estabilizador, mouse e teclado)
5	Estabilizadores de 5KVA
1	Switch gerenciável
1	Rack de parede fechado

Quadro 28: Descrição do Laboratório 2 de informática.

Laboratório: Prático de estudos	Área (m ²)	m ² por bancada	m ² por aluno
	64	2,7	1,6
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)			
31 bancadas/mesas e 31 cadeiras.			
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
30	Computadores completos (gabinete, monitor, estabilizador, mouse e teclado)		
5	Estabilizadores de 5KVA		
1	Switch gerenciável		
1	Rack de parede fechado		

3.6 INFRAESTRUTURA – IFCE

Atualmente o Campus Fortaleza tem sua estrutura acomodada em 7 terrenos, dos quais destacamos o terreno localizado na av. 13 de maio 1281, esse abriga grande parte dos cursos e área administrativa do campus, contíguo ao campus principal temos um que acolhe um estacionamento, garagem de veículos oficiais e pró reitoria de gestão de pessoas do IFCE. Contíguo ainda se encontra um terreno alugado que é utilizado pelo setor de patrimônio, outro terreno no mesmo bairro é alugado para atender as demandas do setor de almoxarifado.

Tem-se ainda uma unidade de ensino de artes no bairro Aldeota que abriga atividades do setor de artes plásticas do IFCE, ressalta-se que estes cursos estão em vias de transferência para a unidade da Avenida 13 de maio para parte de um prédio já construído – ficando a unidade no bairro Aldeota a disposição do Polo de Inovação do IF.

Quadro 29: Infraestrutura do IFCE

TERRENO	(m ²)	SITUAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO
PRINCIPAL	28.485	PRÓPRIO	CAMPUS FORTALEZA
ANEXO ALDEOTA	1.992	PRÓPRIO	CAMPUS FORTALEZA

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

1. PRO REITORIA GESTÃO PESSOAS	759	PRÓPRIO	REITORIA
2. ESTACIONAMENTO AV. EXPEDICIONÁRIOS	781	PRÓPRIO	CAMPUS FORTALEZA
3. GARAGEM VEÍCULOS	869	PRÓPRIO	CAMPUS FORTALEZA
4. DEPÓSITO PATRIMÔNIO	604	ALUGADO	CAMPUS FORTALEZA
TOTAL TERRENOS	33.490		
1. ÁREA CONSTRUÍDA	(M ²)	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO	
2. PRINCIPAL	25.324	0,89	
3. ANEXO ALDEOTA	898	0,45	
4. PRO REITORIA GESTÃO PESSOAS	484	0,64	
5. ESTACIONAMENTO AV. EXPEDICIONÁRIOS	18	0,02	
6. GARAGEM VEÍCULOS	662	0,76	
7. DEPÓSITO PATRIMÔNIO	604	1,00	
8. TOTAL TERRENOS	27.990	0,84	

Assim, o campus de Fortaleza dispõe de 90 (noventa) salas de aula com área média de 50m², preparadas para 36 alunos. Todas atendem aos padrões de qualidade na acessibilidade, limpeza, iluminação, acústica e ventilação, das quais 30 (trinta) possuem sistema de refrigeração. Possui também 80 laboratórios nas áreas de Artes, Turismo, Construção Civil, Indústria, Química, Licenciaturas e Telemática, além de sala de videoconferência e audiovisual, unidade gráfica, biblioteca, incubadora de empresas, espaço de artes, complexo poliesportivo.

O campus dispõe de: 10 (dez) salas reservadas aos professores, com estrutura adequada para o bom desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão; 07 (sete) salas de coordenação com a finalidade de atendimentos aos alunos; 1 (uma) sala para atendimento coletivo e 2 (dois) ambientes para atendimento individual realizados por profissionais da área de Assistente Social e Psicologia; 91 (noventa e um) banheiros, incluindo os adaptados para pessoas deficientes e dois vestiários masculinos e dois vestiários femininos; 01 (uma) biblioteca, com área de 470m², 48 cabines individuais e um salão para estudo coletivo; O campus de Fortaleza dispõe de 19 (dezenove) laboratórios de informática equipados com projetores multimídia, que permitem o acesso à internet, software atualizados de acordo com as necessidades das disciplinas, espaços adequados que atendem as condições de: limpeza, iluminação, ventilação, segurança,

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

acessibilidade e conservação.

Para atender as demandas de suporte de informática, o campus dispõe de uma Coordenadoria de Tecnologia da Informação, com o seguinte quadro: 03 técnicos de TI, 01 Analista de TI, 01 técnico administrativo e 14 alunos bolsistas dos cursos afins. Além disso, o campus tem o programa auxílio formação, em que alunos do próprio curso ajudam na manutenção dos laboratórios de tecnologia.

O campus Fortaleza ainda dispõe de 02 (dois) auditórios. Sendo um com área de 362m² com capacidade para 304 pessoas e outro com 174m² com capacidade para 120 pessoas. Os auditórios possuem sistema de refrigeração e equipamentos de multimídia.

Na área do esporte, a unidade dispõe de uma moderna e aperfeiçoada estrutura de 5000 m² de área construída, compreendendo campo de futebol society, quadra poliesportiva coberta, piscina (10x12 m), salas de musculação, de fisioterapia e de avaliação física, cinco salas de aula (duas convencionais e três para ginástica), pista de cooper (260 m), galeria de banheiros e vestiários, além de área de convivência, terraço e setor administrativo.

- **Salas de professores**

As instalações para professores são divididas em salas de professores coletivas e gabinetes locados nos laboratórios acadêmicos (ensino – pesquisa e extensão). Neste tópico serão abordadas as salas coletivas de professores.

Em sua totalidade estão localizadas nos próprios departamentos acadêmicos e sua infraestrutura física é formada por uma grande sala, geralmente com uma mesa para atender às necessidades dos professores e para as reuniões realizadas. Algumas possuem infraestrutura de informática para auxiliar o trabalho dos professores.

Os blocos I, II e bloco didático não possuem salas de professores, pois são blocos que predominam laboratórios, diretorias e pós-graduações. Já o bloco IV, que é o bloco central, não possui sala coletiva de professores pois é um bloco

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

compartilhado e é usado para diversos fins de todos os cursos de graduação, técnico e integrado. No bloco IX, encontram-se o almoxarifado e algumas coordenadorias, que dispensa a existência de salas.

- **Espaço para atendimento ao discente**

O Instituto Federal recomenda que o atendimento aos alunos, sejam realizados junto às coordenações dos cursos e departamentos acadêmicos, portanto esse procedimento normalmente é realizado em sala destinada para tal e que pertença ao complexo da coordenação de curso e departamento acadêmico. É comum também o atendimento ao aluno nas dependências dos diversos laboratórios didáticos e bem como monitoria.

O setor social da direção de extensão também dispõe de espaços específicos para atendimento psicológico e acompanhamento pelo serviço social resguardando a privacidade e sigilo necessários.

- **Coordenações**

O Instituto Federal possui 735,6 m² de coordenações, que são compatíveis com sua demanda acadêmica, as coordenações de cursos geralmente se encontram dentro dos departamentos e atendem a mais de um curso. As coordenações de cursos a distância não estão localizadas em departamentos, em sua maioria localizam-se no primeiro pavimento do bloco I e estão adequadas a plena utilização, possuem boas instalações e satisfazem os requisitos analisados.

As coordenações dos cursos presenciais localizam-se nos blocos específicos de cada curso, possuem boas instalações físicas e atendem corretamente as necessidades acadêmicas.

As demais coordenações, que administram as questões acadêmicas do instituto em um modo geral, estão localizadas principalmente no primeiro pavimento do bloco I, estão adequadas aos requisitos analisados, porém possuem acessibilidade dificultada pela distância do elevador.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- **Biblioteca: infraestrutura física**

A biblioteca Engenheiro Waldyr Diogo de Siqueira, fundada em 8 de dezembro de 1968, está localizada próximo ao pátio central e possui uma área de 736m², onde há espaço para estudo coletivo que contempla 40 pessoas e espaço para estudo individual com 50 cabines, além de uma sala de multimídia com computadores que possui o serviço de dois bolsistas e um servidor. Possui também espaço satisfatório para os técnicos administrativos internos

Figura11 Gabinetes individuais.



Fonte: IFCE/Campus Fortaleza

As instalações do acervo estão com espaço físico adequado para a demanda de livros e há plano de expansão física para esse espaço. No demais, as instalações atendem satisfatoriamente aos requisitos de limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acústica e acessibilidade, que é feito por meio de um elevador no bloco central que dá acesso ao primeiro pavimento da biblioteca, que tem um servidor de prontidão para atender a essa demanda.

- **Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços**

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Cada laboratório dentro do Instituto Federal é destinado a um serviço específico e fica sob a responsabilidade de professores da área de cada departamento.

No bloco I, há apenas dois laboratórios no primeiro pavimento, denominados LIT e LIAED. No pavimento térreo do bloco II, há a cozinha quente e fria; a metalografia e ensaios mecânicos; o LMD, LATAM e LIT. Já no primeiro pavimento do mesmo bloco, há os laboratórios de física, os laboratórios de eletrônica, redes I, GCEM, fotônica e PDS. No bloco da indústria (bloco III), há quatro laboratórios, denominados de LMT 2, refrigeração, máquinas operacionais I e II. Há um grande número de laboratórios no bloco V, divididos no térreo, primeiro pavimento e segundo pavimento. Seus nomes estão a seguir: LAME, LIE, LCEI, LEPI, LIERP, LARI, LPE 2, LEAD, LE, LEMAG, LPE, LIR, LEME, LABOMICRO e LIEAT.

No bloco da construção civil (bloco VI), há o laboratório de saneamento ambiental, o de geologia, o LMCC, o LMS, o de hidráulica e os laboratórios de topografia e cartografia. No pavimento superior, há todos os laboratórios existentes (CAD 1, CAD 2 e LERCA). Há os laboratórios situados no pavimento térreo do bloco da química (bloco VII). No bloco de Artes, há laboratórios específicos para a área.

No primeiro pavimento do bloco didático há os laboratórios CAD 3 e LATAM. No segundo pavimento do mesmo bloco, há mais dois laboratórios denominados LAPADA e LAPISCO.

- **Espaços de convivência e de alimentação**

O Instituto Federal conta com seis áreas de convivência, todas com bom estado de conservação, boa iluminação, ventilação e limpeza e atendem as necessidades do IFCE. Além disso, buscando cada vez mais proporcionar bem-estar ao público a instituição vem envidando esforços para promover medidas de paisagismo no sentido de harmonizar os espaços interno e externo, congregando as diversas atividades, de maneira harmônica.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

3.7 INFRAESTRUTURA – IFMT

O Departamento de Educação a Distância (DeaD) é um componente da Pró-Reitoria de Ensino que é responsável pela gestão das políticas de educação a distância na instituição. Sob suas orientações estão os projetos pedagógicos dos campi que utilizam a modalidade EaD como recurso, bem como a gestão dos programas governamentais com base nessa modalidade.

Atualmente, o IFMT oferta cursos superiores semipresenciais focados na formação de professores por meio do Programa UAB do Ministério da Educação, e tem como parceiros a CAPES, as prefeituras municipais e o Governo do Estado.

Há também a oferta de cursos técnicos à distância no Programa e-Tec Brasil, especificamente na ação Profuncionário. Estes cursos atendem à demanda específica de formação profissional para trabalhadores dos sistemas educacionais públicos dos municípios e do estado de Mato Grosso.

Estas experiências qualificam o IFMT a dispor sua infraestrutura profissional e de gestão em prol das ações de um curso em rede, nos moldes propostos neste projeto. Também está agregado ao processo o campus que ofertará sua infraestrutura acadêmica e pedagógica para o desenvolvimento do projeto. O campus Cuiabá-Bela Vista do IFMT foi escolhido para essa missão em virtude de atuar na área de formação de professores em seus cursos de licenciatura, presenciais e a distância, conquistando destaque entre os campi do IFMT. Este campus dispõe de salas e equipamentos próprios para atendimento às necessidades de cursos a distância, considerando que já realiza a gestão de um curso de licenciatura e duas especializações voltadas à formação docente.

Assim sendo, o Campus Cuiabá Bela Vista dispõe de professores e recursos tecnológicos necessários para dar suporte na infraestrutura dos cursos.

- **Estrutura de Apoio ao Curso no Campus**

Quadro 30: Infraestrutura Administrativa do Campus Cuiabá- Bela Vista



CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

AMBIENTE	QTDE.	DESCRIÇÃO
Auditório	01	Sala com capacidade para 90 lugares.
Banheiros	10	05 Masculino e 05 Feminino.
Biblioteca setorial	01	Salão contendo 5 aparelhos de ar-condicionado, 1 armário, 2 armários guarda-volumes, 1 bebedouro, 6 cadeiras giratórias, 40 cadeiras para estudo, 1 carrinho para livros, 11 microcomputadores, 20 estantes, 1 estante expositora, 1 gaveteiro pequeno, 1 mapoteca, 1 mesa em L, 2 mesas coletivas para computadores, 1 mesa pequena, 4 mesas para computador, 9 mesas para estudo, 1 aparelho de TV, 1.318 títulos distribuídos em 2.661 exemplares.
Coordenação de Curso	01	Sala com 2 Estantes MDF 2 portas grandes, 2 cadeiras de Escritório giratórias cor verde, 4 cadeiras de Escritório cor verde, 2 gaveteiras com 3 gavetas, 3 Mesas para escritório em L, 1 mesa para reunião em MDF, 1 Rack para 03 computadores, 1 Armário MDF 2 portas pequeno, 02 condicionadores de ar split marca Springer 18.000 BTUs, 04 Computadores com monitores LCD e periféricos, 07 equipamentos de Data show, 2 gabinetes de CPU, 01 bebedouro com garrafão de 20 L, 1 bancada divisória em L para atendimento ao público. 2 linhas telefônicas com aparelhos, rede com hub para internet, 1 impressora a laser Brother HL-5350 DN.
Direção-geral	01	Sala com 1 Longarina 3 lugares, 1 Mesa em MDF para escritório, 1 Impressora HP Laser Jet 1320, 3 Microcomputadores com monitores periféricos, 1 cadeira para escritório, 1 poltrona executiva para escritório, 4 cadeiras giratórias, 1 mesa para reunião, 1 mesa em L grande para escritório, 1 ar-condicionado Springer 18.000 BTUs, 1 estante em MDF de duas portas, 1 suporte para CPU em MDF, 1 estabilizador de energia.
Departamento de Ensino	01	Sala com 2 mesas em MDF em L, 4 cadeiras de Escritório cor verde, 1 condicionador de ar split marca Springer 18.000 BTUs, 2 Computadores com monitores LCD e periféricos, 1 armário porta-arquivos, 1 linha telefônica.
Departamento de Administração e Planejamento	01	Sala com 3 armários de aço, 1 prateleira em MDF, 1 longarina com 3 cadeiras, 6 cadeiras de escritório giratórias cor verde, 4 cadeiras de Escritório cor verde, 1 notebook, 2 Mesas para escritório em L, 4 mesas retangulares, 2 condicionadores de ar split marca Springer 18.000 BTUs, 4 Computadores com monitores LCD e periféricos, 1 linha telefônica com aparelho, rede wireless para internet, 1 impressora a laser.
Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação	01	Sala com 2 Estantes MDF 2 portas grandes, 4 cadeiras de Escritório cor verde, 3 Mesas retangulares para escritório, 1 condicionador de ar split marca Springer 18.000 BTUs, 1 Computadores com monitores LCD e periféricos, 1 notebook, rede wireless para internet.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

AMBIENTE	QTDE.	DESCRIÇÃO
Sala dos professores	01	Sala com 8 Cadeiras de estudante, 1 Mesa de reunião de Madeira 8 lugares, 1 Sofá de 2 Lugares, 1 Televisor SEMP TOSHIBA 29 polegadas, 4 Computadores com monitores e periféricos, 1 Bebedouro IBBL FNG 2000 com garrafão de 20 L, 1 condicionador de ar split marca Fujitsu, bancada para computadores.
Secretaria-geral de Documentação Escolar	01	Sala bipartida com 1 Monitor Samsung 15 polegadas, 1 Estante pequena de madeira, 1 Bebedouro IBBL FNG 2000, 2 Arquivos MDF 4 gavetas marca Milan, 1 Escrivaninha 4 gavetas de madeira, 2 cadeiras de estudante madeira, 1 Impressora LEXMARK E232, 1 Computador c/ monitor e periféricos, 3 Cadeiras de escritório cor verde, 4 Cadeiras de escritório giratória cor verde, 3 Estantes MDF; 2 portas da marca Milan, 3 Suportes p/ computador em MDF, 1 Computador Samsung c/ monitor e periféricos, 1 Mesa em L para escritório marca Milan, 2 Criados mudos com 3 gavetas, 2 Ar-condicionados split marca Springer 18.000 BTUs, 1 Computador c/ monitor e periféricos, 1 Escrivaninha 3 Gavetas de Madeira, 1 Mesa em L para escritório marca Milan, 1 Computador c/ monitor e periféricos, 1 Rack para computador, 1 Impressora Kiocera Ecosys fs 1030d, 1 Aparelho de fax, 1 Telefone de mesa Premium, 3 Estabilizadores de Energia.
Almoxarifado	01	Sala com 03 estantes de madeiras de madeira, 01 armário de madeira com 03 divisões e 04 estantes de metal para estocagem de produtos químicos, vidrarias e outros materiais.

- Biblioteca do Campus Cuiabá- Bela Vista**

O Campus Cuiabá Bela Vista do IFMT possui uma biblioteca com capacidade para 100 (cem) usuários em suas instalações. Seu acervo, que é informatizado pelo sistema Q-Biblos, atende os diversos cursos do campus, como os de licenciatura presenciais e semipresenciais, bacharelados, cursos técnicos e, também, o curso de Mestrado em Alimentos.

A iniciativa de constituir uma biblioteca que dê suporte às demandas informacionais da Universidade Aberta do Brasil do IFMT foi planejada para se configurar dentro de uma modalidade específica de material, de usuários, produtos e serviços.

Os materiais que constituem essa unidade de informação variam, respeitando as especificações da modalidade de ensino. Dessa forma, o acervo é constituído de livros (físicos e digitais), periódicos (físicos e digitais), portais (nacionais e

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

internacionais, de acesso livre), além de materiais didático-pedagógicos de apoio às atividades docentes e discentes.

- **Estrutura de Apoio aos polos presenciais**

Os polos de apoio presenciais dos cursos a distância, que são mantidos no Programa UAB/IFMT e ofertados pelo Campus Cuiabá Bela Vista, contam com uma sala de apoio didático-pedagógico, que corresponde a uma sala anexa à biblioteca do polo, com a função de prover material de apoio ao discente, dando condições de pesquisa, elaboração de trabalhos, leituras, atividades individualizadas ou em grupos, entre outras atividades que possam complementar a sua formação.

As salas de apoio didático-pedagógico são organizadas pelos coordenadores de polo e assistidas pelos tutores presenciais, que prestam apoio e viabilizam a sua utilização como um espaço de leitura, apoio à produção de trabalhos acadêmicos e desenvolvimento de atividades formativas em geral.

Ainda faz parte desse contexto o Laboratório de Informática que, de acordo com o polo, podem haver uma ou duas unidades, cada uma com cerca de 30 unidades computacionais completas (com CPU, monitor, teclado, *mouse* e *web camera*), interligados em rede e com acesso à internet. É por meio deste laboratório que os estudantes desenvolvem suas atividades on-line, propostas em seus respectivos cursos. Estes laboratórios são climatizados, possuem recursos para aulas, tais como quadro-branco, mesas e cadeiras, além de equipamentos de projeção.

3.8 INFRAESTRUTURA IFMA

Informações sobre responsabilidade do Parceiro IFMA.

4 DOS REQUISITOS LEGAIS

4.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO

O presente Projeto Pedagógico está embasado na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

4.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, no título que trata das políticas de ensino para o ensino técnico de nível médio e de graduação faz menção às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012 e também às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Os temas em questão serão contemplados na ementa da disciplina Multiculturalismo e Direitos Humanos.

4.3 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Em 1948, a Organização das Nações Unidas editou e publicou ao mundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos a fim de garantir que todos os seres

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

humanos pudessem “invocar os direitos e as liberdades proclamados [...], sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

A partir de então, foi desencadeado um processo de mudança no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais em todo o planeta. Diversos outros instrumentos, cartas, tratados, pactos foram criados a fim de dar garantia e de ampliar as já existentes nos diversos países em redor do mundo.

No Brasil, os direitos humanos estão garantidos na Constituição Federal (1988), em seu artigo 5º, parágrafos 2º e 3º, nos quais está consignado que:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Além de recepcionar a legislação e os tratados internacionais sobre direitos humanos, no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal (1988) está escrito que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

A legislação brasileira é precisa no que se refere ao oferecimento de garantias individuais e coletivas; no entanto, a prática não imita a teoria, visto que as denominadas minorias sociais vivem marginalizadas em face de uma exclusão que, a cada dia, torna-se mais evidente.

Visando diminuir as tensões entre centros legitimadores e margens, os diversos atentados contra os direitos individuais e coletivos e alavancar políticas que avancem rumo a um futuro de igualdade e de respeito à dignidade da pessoa humana, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; o Ministério da Educação; o Ministério da Justiça e a UNESCO, por meio do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituíram o Plano Nacional de

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Educação em Direitos Humanos (PNEDH) com os objetivos gerais de:

a) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito; b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática; c) encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas; d) contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos; e) estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos; f) propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros); g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos; h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos; i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos; j) estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos; k) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos; l) balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios; m) incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.

Embora não haja uma política esboçada num plano ou programa específico para tratar dos direitos humanos, é certo que o tema vem se tornando, a cada dia, mais frequente nas discussões dos comitês, conselhos e comissões constituídas para pensar o futuro do IFRO. Os direitos humanos já figuram como disciplinas obrigatórias, como optativas e também como conteúdos de disciplinas que tratam de questões humanas e sociais nos cursos da educação básica, técnica, tecnológica e superior do Instituto Federal de Educação de Rondônia, o qual pretende, nos anos vindouros, ampliar as discussões em nível de poder contribuir, sobremaneira, com a formação humanista da sociedade na qual está inserido e atua como agente de transformação social.

4.4 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Com fundamento no disposto na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

IFRO presta a devida e necessária proteção aos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, por intermédio do seu Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

4.5 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

A composição e atuação do Núcleo Docente Estruturante segue a normativa nacional e a RESOLUÇÃO Nº 7/REIT - CONSUP/IFRO, DE 03 DE JANEIRO DE 2018, ou outra norma vigente.

4.6 CARGA HORÁRIA MÍNIMA

A carga horária do Curso de Formação Pedagógica para não Licenciados, em Rede na modalidade EaD oferece 1.640 horas cumprindo a carga horária mínima exigida pelas Diretrizes Nacionais.

4.7 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO

O tempo máximo de integralização Curso de Formação Pedagógica para não Licenciados, em Rede na modalidade EaD prevê o que rege o Regulamento de Organização Acadêmica (ROA) dos cursos de Graduação, neste caso sendo de 4 anos.

4.8 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Dessa forma, com base na Política de Inclusão e Acessibilidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), o Curso de Licenciatura em Pedagogia – em rede, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: consolidar o direito das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, físico motora, múltiplas deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, promovendo sua emancipação e inclusão nos sistemas de ensino e nos demais espaços sociais, sendo o Núcleo de Apoio as Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador destas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do Câmpus.

II - gênero e diversidade sexual: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades, temas que fazem parte desta política.

III – diversidade étnica: dar ênfase nas ações afirmativas para a inclusão da população negra e da comunidade indígena, valorizando e promovendo a diversidade de culturas no âmbito institucional.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Para a efetivação da Educação Inclusiva, constituiu-se a Política de Inclusão e Acessibilidade, no sentido de promover ações com vistas à preparação para o acesso, condições para o ingresso a permanência e êxito do estudante.

Dessa forma, na especificidade da Pessoa com Deficiência, o Curso de Licenciatura em Pedagogia – em rede, considera o regramento jurídico acerca dos direitos das Pessoas com deficiência, instituído na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008, na Lei 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida, no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e no Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado.

Cabe salientar a Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, preconiza em seu art. 27 que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Prevê ainda o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia, com adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino, como também, assegurando o planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva.

Em consonância com os aspectos legais citados acima, destaca-se a Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

4.8.1 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no IFRO

O IFRO norteia-se pelo que preconiza a Lei Federal Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 para definir suas políticas de atendimento às condições de acessibilidade. Com fulcro na lei, são estabelecidas normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Ademais, as políticas e ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, em todos os *Campi*, para a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais são implementadas conforme o disposto na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

4.8.2 Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Física no IFRO

O *Campus* Porto Velho Zona Norte adaptou-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptação de

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

sala de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas e laboratórios, áreas de lazer, estacionamentos e sanitários.

Em atendimento à Lei Federal n.º 10.098/2000 e ao Decreto 5.296/2004, o *Campus* dispõe:

- a) Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificações, para portadores de necessidades especiais;
- b) Em toda edificação, com mais de um pavimento, existirá acesso facilitado por rampa, calçada rebaixada e/ou elevador;
- c) Sanitários em todos os pavimentos, para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- d) Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- e) Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.
- f) Deverá ser cumprido o estabelecido na NBR 9050 (ABNT, 2004) e legislações aplicáveis.

4.8.3 Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Visual

O *Campus* está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência visual, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos.

4.8.4 Da Acessibilidade para Alunos com Deficiência Auditiva

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais específicas têm sido alvo de discriminação e/ou preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

substancial em uma longa trajetória, que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas — muitas vezes tidas como “depósitos” — até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira.

Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras, e o art. 18 da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade de pessoas com necessidades específicas.

É possível a construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença, a partir do momento em que a educação possa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão. O *Campus* está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência auditiva. Atualmente, o *Campus* conta com um profissional de Libras lotado na CAED.

4.8.5 Do oferecimento da Disciplina de Libras

Compreendendo que todo e qualquer profissional terá que lidar, em algum momento de sua vida, respeitosamente, com as pessoas surdas, o Instituto Federal de Educação de Rondônia entende que deve, com fundamento no disposto no Decreto da Presidência de República nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no seu artigo 3º e parágrafos, em suas licenciaturas, oferecer Língua Brasileira de Sinais como disciplina obrigatória e como optativa nos demais cursos.

4.8.6 Informações acadêmicas

As informações acadêmicas são parte da relação de uma instituição de ensino com a comunidade a que ela atende. Em conformidade com a Portaria Normativa N° 40 de 12/12/2007, no seu artigo 32, a IES precisa lançar mão de todos os instrumentos de comunicação que dispõe para manter a comunidade acadêmica informada de todas as suas ações, especialmente, aquelas que sejam de interesse de professores e alunos.

No IFRO, as informações acadêmicas são propagadas por intermédio de meios eletrônicos e virtuais, sem, no entanto, desprezar aqueles convencionais, a exemplo dos murais internos e dos comunicados impressos entregues aos discentes.

O IFRO construiu e mantém o Sistema de Gestão Acadêmica como seu principal portal de informação acadêmica. Nele são registrados os conteúdos ministrados, a frequência e as notas atribuídas aos alunos. Os alunos podem acessar as informações de sua vida acadêmica, bem como os professores realizam os lançamentos relativos as ações didático-pedagógicas e administrativas do processo ensino-aprendizagem.

4.8.7 Políticas de educação ambiental

A política de Educação Ambiental no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia visa construir valores sociais, atitudinais e competências para a utilização sustentável do meio ambiente.

Além do oferecimento de disciplinas que tratam do tema e de conteúdos, oferecidos de modo transversal nas demais disciplinas de formação geral, será estimulada a implantação de projetos e de programas relacionados ao tema a fim de consolidar uma política ambiental que seja capaz de resgatar os mais puros valores relacionados à preservação e ao uso responsável dos recursos naturais.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Como norte para a sua política de educação ambiental interna, o IFRO servirá de tudo o quanto está preconizado no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e evoca em especial as cinco diretrizes:

- a) Transversalidade e Interdisciplinaridade.
- b) Descentralização Espacial e Institucional.
- c) Sustentabilidade Socioambiental.
- d) Democracia e Participação Social.
- e) Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

5 DOS TEMAS GERAIS E DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1 DA INFRAESTRUTURA DO *CAMPUS*

O *Campus* está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do curso. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para a manutenção e organização dos espaços e instrumentos de trabalho.

Para atender, de forma adequada, as necessidades acadêmicas foram projetadas suas instalações prediais dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de controle.

A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local. Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomadas e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra.

Todos os ambientes são climatizados por centrais de ar condicionado tipo Split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas.

A instalação hidrossanitária atende as normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança.

O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

Havendo feita sucinta demonstração da macroestrutura física do IFRO, daqui por diante, este projeto deverá descrever, minudentemente, as estruturas específicas para o funcionamento do curso em tela.

Para melhor detalhar a estrutura física e acadêmica do *Campus* será apresentado, a seguir, um quadro contendo as repartições e dependências a serem utilizadas por professores e alunos no exercício das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e na realização de outras atividades que sejam

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

complementares ao processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Quadro 31: Estrutura física do *Campus* Porto Velho Zona Norte

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	TOTAL EM M ²
Sala de aula	11	643,69
Salas de aula EaD	2	108,32
Escritório Modelo	1	53,91
Biblioteca	1	107,10
Reprografia	1	17,50
Sala de professores	2	140,00
Auditório	1	211,92
Laboratório de informática	3	161,73
Secretaria	1	70,39
Sala de Direção	1	23,45
Sala da Chefia de Gabinete	1	21,75
Recepção da Diretoria	1	19,02
Sala da Coordenação de Gestão de Pessoas	1	35,00
Sala da Coordenação de Gestão de TI	1	35,00
Departamento de Planejamento e Administração	1	70,00
Cantina	1	25,62
Banheiros Masculinos	4	86,00
Banheiros Femininos	4	86,00
Sala da Coordenação do CST em Gestão Comercial	1	4,70
Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	1	54,16
Departamento de Extensão	1	54,16
Diretoria de Ensino	1	52,50
Departamento de Apoio ao Educando	1	53,55
Setor Pedagógico (psicólogo, orientador, pedagogo, etc.)	1	90,54
Sala de Serviços Terceirizados	1	44,74
Sala de tutoria	1	84,60
Departamento de EaD	1	35,00
Estúdio de EaD	2	107,00
Sala de Edição EaD	1	35,00
Auditório Estúdio	1	133,46
Quadra Poliesportiva	1	1409,19
TOTAL	53	4.119,60 M²

5.1.1 Da Infraestrutura de Segurança

A instalação do *Campus* foi projetada para atender as normas do Código de Segurança e Proteção contra Incêndio – CBM/RO, por meio da instalação dos seguintes sistemas:

- Extintores CO² nos corredores e laboratórios;

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- Parapeito no mezanino;
 - Saídas de emergência;
 - Luminárias de emergência;
 - Corrimão na escada e rampa;
-
- Sinalizações;
 - Parte elétrica: Subestação e quadros de distribuição compatíveis com as cargas.

5.1.2 Da Área de Convivência

O *Campus* Porto Velho Zona Norte conta com áreas de convivência, saguões e jardins que servem para o lazer, descanso e também para as relações interpessoais de alunos e professores.

Nesses espaços de convivência amplos, arejados e confortáveis são contemplados os serviços de alimentação, lazer, reprografia e outros, com mesas de jogos para socialização dos alunos nos momentos de intervalo.

5.1.3 Da Biblioteca

O *Campus* oferece biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância de ser dada à Biblioteca, que contará ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo.

A biblioteca atende às necessidades do curso, com cabines para estudos

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

individuais, área para consulta online no sistema, além de um amplo salão de estudos. Funciona com um sistema completamente informatizado, possibilitando fácil acesso aos acervos. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo de 7 (sete) dias para os alunos e 14 (quatorze) dias para docentes, discentes e técnico-administrativos, além de manter pelo menos 1 (um) exemplar para consultas na própria Instituição. O acervo está dividido por assuntos, facilitando, assim, a procura por títulos com conteúdos semelhantes. Possui exemplares de livros e periódicos que contemplem todas as áreas de abrangência do curso.

5.1.3.1 Do Espaço Físico da Biblioteca

O espaço da biblioteca é dedicado a estudos de alunos, professores e demais pessoas da comunidade, seja em grupo ou individualmente. Há espaços para reuniões e orientações. São previstas consultas a bases de dados digitais e outros serviços, como solicitação de artigos.

5.1.3.2 Dos Serviços Oferecidos na Biblioteca

Na biblioteca é oferecido apoio bibliográfico ao desenvolvimento das atividades estudantis, como empréstimo de livros, manuais e revistas. O serviço oferecido conta também com catalogação online, sistemas de informação de usuários e navegação online destinada ao acesso a periódicos, revistas e portais educacionais. Os serviços e condições de atendimento estão descritos no Regulamento das Bibliotecas do IFRO.

5.1.3.3 Do Horário de Funcionamento da Biblioteca

A biblioteca atende ao público de segunda a sexta-feira nos períodos

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

matutino, vespertino e noturno. O espaço é aberto à comunidade em geral, mas os empréstimos são permitidos apenas aos alunos e servidores do *Campus*.

5.1.4 Dos Espaços para Eventos

O *Campus* conta com instalações físicas que atendem às necessidades para realização de pequenos, médios e grandes eventos, tais como: auditório, auditório estúdio, quadra poliesportiva e área de convivência.

5.1.5 Das Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias do *Campus* foram construídas de acordo com as normas hidrossanitárias da concessionária local, composta de quatro conjuntos sanitários masculinos e quatro femininos.

Com área média de 21,50m², cada conjunto possui quatro divisórias com vasos sanitários, sendo uma planejada para atendimento às pessoas com necessidades especiais e uma bancada com lavatórios.

Todos os conjuntos têm piso cerâmico antiderrapante, revestimento total das paredes em azulejos, janelas com vidros temperados, portas em madeira. As divisórias e as bancadas são de pedra tipo granito.

5.2 DA ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas nos documentos gerais do IFRO. O órgão central de desempenho das atividades acadêmico-administrativas é a Coordenação Geral de Registros Acadêmicos. O controle da organização acadêmica dá-se por meio de sistema eletrônico Sistema de Gestão Acadêmica.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

O registro e o controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos são de responsabilidade da Coordenação de Registros Acadêmicos. As questões acadêmicas, expedição de atestados, históricos escolares, registro de diplomas, entre outras atividades também estão a cargo da CRA. A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle de responsabilidade da CRA.

A CRA é o órgão de apoio ao qual compete centralizar todo o movimento acadêmico e administrativo de cada *Campus* e é dirigida por um(a) coordenador(a), sob a orientação da Diretoria de Ensino.

O(A) coordenador(a) tem sob sua guarda e responsabilidade todos os livros e sistemas de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros e sistemas de registros fixados pelo Regimento Geral, pelo Regulamento da Organização Acadêmica e pela legislação vigente.

5.3 DOS SETORES DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A seguir, indicamos os principais setores em que atua a equipe de apoio pedagógico e técnico-administrativo e os principais serviços oferecidos pela IES no desenvolvimento do ensino, da aprendizagem, da extensão e da pesquisa.

5.4 DA DIRETORIA DE ENSINO

A Direção de Ensino articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

5.4.1 Do Departamento de Apoio ao Ensino

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino; com auxílio de uma equipe de pedagogos e técnico em assuntos educacionais, atua junto ao ensino técnico nas modalidades ofertadas, para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

5.4.2 Da Coordenação de Assistência ao Educando

Desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino e ao Departamento de Apoio ao Ensino; presta informações a todos de direito no que se refere às notas obtidas nas etapas; oferece orientação a alunos quanto a aproveitamento, frequência, relações de interação e outros princípios voltados para o bom desenvolvimento dos estudos. Tem ainda como serviços específicos:

Serviço social: prestará assistência ao aluno em relação aos aspectos socioeconômicos, que envolvem: construção do perfil socioeconômico dos que ingressam no IFRO; levantamento de necessidades; elaboração de planos de apoio financeiro que envolvam, por exemplo, bolsa-trabalho e bolsa-monitoria; realização de outras atividades de atendimento favorável à permanência do aluno no curso e ao seu bem-estar;

Serviço de psicologia: atenderá aos alunos em relação aos aspectos psicológicos, por meio de orientações, estudos de caso, diagnósticos e/ou atendimentos de rotina.

5.4.3 Da Coordenação de Registros Acadêmicos

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno, incluindo-se trâmites para expedição de diplomas.

5.4.4 Da Coordenação de Biblioteca

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

5. 5 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância dos projetos e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos. Por meio da Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, cumprirá as atividades de rotina relativas a estágio (levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho, estabelecimento de relação quantitativa e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores, e outros), desenvolverá planos de intervenção para conquista do primeiro emprego, acompanhará egressos por meio de projetos de integração permanente, construirá banco de dados de formandos e egressos, fará as diligências para visitas técnicas, dentre outras funções. Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e todos os membros das comunidades (interna e externa) no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a

intermediação e o marketing.

5.6 DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Os alunos que se encontrarem com alguma desigualdade social que implique em uma dificuldade extraordinária para a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais — NAPNE. Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva e a articulação com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão. Informações mais completas podem ser conferidas no projeto de implantação do Núcleo.

5.7 DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Atende às necessidades da instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação, trabalhará com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior — e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo apenas os alunos e professores como também a comunidade

externa.

5.8 DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

É um setor que trabalha pela automação e desenvolvimento de sistemas nos mais diversos níveis e segmentos, envolvendo: Gestão da Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos Institutos Federais; Observatório Nacional do Mundo do Trabalho; EPT Virtual; Portal Nacional de EPT; EPT Internacional; Acessibilidade Virtual; Controle Acadêmico (responsável pelo controle da documentação do aluno na instituição), dentre outros programas, sistemas e processos.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. As teorias principais da andragogia e heutagogia. In: LITTO, F. M. e FORMIGA, M. M. M. (Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Federal nº. 9.394/96, Brasília, MEC, 1996.LDB nº 9.394/96; Institui a Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____.**Resolução CNE/CP nº01, de 15 de maio de 2006**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura.

_____.**Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. .Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

_____.Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB/CNE 39/2004**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Lei 11.534/2007**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11534.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. **Lei 11.788/2008**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. **Lei 11.892/2008**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____. **Lei 11.892/2008**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

_____.**Lei 12.711/2012**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 29 out. 2015.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

_____. **Lei n. 13.005/2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em 08/05/2018.

_____. **Decreto n. 9.057/2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm Acesso em 08/05/2018.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orientação Normativa 7/2008.** Disponível em: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/programa-de-estagio/orientacao_normativa_07_republicacao_2.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Anuário brasileiro da educação básica 2012.** Disponível em <<http://todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1450/anuario-brasileiro-da-educacao-basica>>. Acesso em 08/06/12.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 16/01/2015.

_____. **Documento base.** Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em 20/04/2015.

DIAS, Paulo. **Inovação pedagógica para a sustentabilidade da educação aberta e em rede.** Revista Educação, Formação & Tecnologias, julho-dezembro, 2013.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Pró-Reitoria de Ensino. **Painel do IFRO.** Disponível em: <http://painel.ifro.edu.br/pentaho/plugin/painel/api/index> Acesso em 08/05/2015.

_____. **Resolução nº 07/CONSUP/IFRO**, de 03 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

_____. **Resolução nº 48/CONSUP/IFRO**, de 18 de setembro de 2017. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Tecnologia de Rondônia - IFRO.

_____. **Resolução nº 65/CONSUP/IFRO/2015.** Regimento Geral do IFRO.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI IFRO 2018-2022.**
Rondônia: IFRO, 2018.

PIMENTA, Selma Garrido (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância

APÊNDICE A

REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO

Fixa normas para as Atividades de Estágio Obrigatório no Curso Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância proposto pelas Instituições parceiras: IFSul/IFMA/IFRN/IFMT/IFCE e IFRO, regido pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O estágio é ato educativo que integra a proposta do projeto pedagógico do curso, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFSul, IFMA, IFRN, IFMT, IFCE e IFRO.

Art. 2º O Estágio Obrigatório é considerado exigência do currículo do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância** e deve ser cumprido, no período letivo previsto na Matriz Curricular e em conformidade com a previsão do Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 3º O Estágio Obrigatório desenvolve-se em ambiente *Caracterização do ambiente* *conveniado* denominado Instituição Concedente.

Art. 4º Para realização do Estágio, o aluno deverá estar regularmente matriculado e frequentando o semestre onde há previsão de sua efetivação.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 5º O Estágio Obrigatório a ser desenvolvido a partir do segundo ano do Curso de **Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância** integra as dimensões teórico-práticas do

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

currículo e articula de forma interdisciplinar os conteúdos das diferentes disciplinas, por meio de procedimentos de docência na Educação Profissional.

Art. 6º O Estágio Obrigatório tem por objetivos oportunizar ao futuro profissional:

I Competência Técnica e Didática no exercício da docência;

II – A articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos aos saberes da experiência na Formação Profissional;

III – A vivência da prática docente em situação real, possibilitando a reflexão sobre a prática.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA, DURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

Art. 7º Conforme previsão do Projeto Pedagógico de Curso, o estágio obrigatório é realizado ao longo dos dois anos de formação, nos campos de estágio concedentes, perfazendo um total 300 horas. Será realizado em Instituições de Ensino Profissionalizante tendo em vista a proposta de formação e a natureza da área de atuação profissional do egresso, cujas atividades demandam o desenvolvimento de competências técnicas e didáticas na atuação junto à docência na Educação Profissional e Tecnológica

Art. 8º - Para a organização prévia das atividades de estágio são previstas as seguintes providências:

I – Compete ao aluno:

- Retirar, junto ao Setor de estágio ou equivalente no Câmpus a Carta de Apresentação à Instituição Concedente, bem como a listagem de documentos a serem fornecidos à instituição acadêmica para a formalização do estágio.
- Apresentar-se à Instituição Concedente pretendida, solicitando autorização para realizar o estágio;

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

- Em caso de aceite, recolher os dados da Concedente para elaboração do Termo de Compromisso: Razão Social, Unidade Organizacional, CNPJ, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP, Nome do Supervisor de Estágio, Cargo, Telefone e e-mail.
- Preencher a documentação em três vias, de acordo com a legislação vigente do estágio; coletar as assinaturas dos representantes legais.
- Entregar a documentação no setor competente, para realização do cadastro do estágio no sistema de dados da IES à qual está vinculado.

II – Compete ao professor orientador de estágio:

- apresentar o presente Regulamento ao estagiário sob sua orientação;
- verificar a documentação organizada pelo estudante para a formalização do estágio, assinando os documentos necessários;
- elaborar e pactuar com o aluno o Plano de Atividades a ser desenvolvido no estágio, incluindo a especificação da modalidade de avaliação, com a expressão dos respectivos critérios.

Art. 9º São consideradas atividades de estágio: Atividades exercidas em ambientes escolares; atividades de extensão que envolvam oficinas, seminários, mesas redondas, projetos, dentre outros; atividades preparatórias às práticas pedagógicas e de avaliação; elaboração de relatório parcial e final

CAPÍTULO IV

DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 10. A orientação do Estágio é de responsabilidade do(s) professor(es) regentes do estágio, designado pelo Colegiado / Coordenadoria de curso.

Parágrafo Único: O professor responsável pelo Estágio denominar-se-á Professor Orientador.

Art. 11. São atribuições dos Professor Orientador:

- I - Organizar junto com o aluno o Plano de Atividades de Estágio e submetê-lo à aprovação no Colegiado / Coordenadoria de Curso;

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

II - Assessorar o estagiário na identificação e seleção da bibliografia necessária ao desenvolvimento da atividade de Estágio;

III - Acompanhar e avaliar o estagiário em todas as etapas de desenvolvimento do seu trabalho, através de encontros periódicos e visitas ao local de Estágio. As reuniões periódicas para acompanhamento poderão ser realizadas a cada semana ou quinzenalmente, presenciais ou utilizando ferramentas síncronas de comunicação, tais como chats, Skype, ou ainda webconferência ou videoconferências. As visitas de avaliação deverão ser presenciais, podendo ser realizadas durante as práticas, em comum acordo com o professor supervisor. A avaliação das práticas, quando não houver recursos para percorrer as escolas concedentes, poderá ser realizada no Polo de apoio presencial no qual o/a aluno/a está matriculado, em concordância com o Art. 4º, do Decreto n. 9.057, de maio de 2017.

IV - Oferecer os subsídios metodológicos e orientar a produção do relatório de estágio;

V - Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades a serem desenvolvidas no campo de estágio.

Art. 12. São atribuições do Professor Supervisor da Instituição/Campo de Estágio:

I - Receber e acompanhar o comparecimento do estagiário nos dias e horários previstos na Instituição/Campo de Estágio;

II - Informar o Professor Orientador acerca do desempenho do estagiário em suas atividades na Instituição/Campo de Estágio;

III – Participar da avaliação das atividades de estágio dos alunos sob sua supervisão;

IV – Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades desenvolvidas no campo de estágio.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Art. 13. São responsabilidades e atribuições do Estagiário:

- I - Desenvolver atividades de estágio de acordo com o Plano de Atividades elaborado e pactuado com o Professor Orientador e aprovado pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso;
- II - Observar horários e regras estabelecidas, tanto em relação à Instituição Concedente, quanto ao estabelecido no Termo de Compromisso e Regulamento do Estágio Obrigatório;
- III - Comprometer-se com a comunidade na qual se insere e com o próprio desenvolvimento pessoal e profissional;
- IV - Respeitar, em todos os sentidos, o ambiente de estágio, as pessoas e as responsabilidades assumidas nesse contexto;
- V - Manter descrição e postura ética em relação às informações e às ações referentes à participação em atividades da Instituição Concedente;
- VI - Registrar sistematicamente as atividades desenvolvidas no campo de estágio, conforme as orientações constantes neste Regulamento;
- VII - Participar das atividades semanais de orientação e aprofundamento técnico e metodológico;
- VIII - Comparecer no local de estágio nos dias e horários previstos, cumprindo rigorosamente o Plano de Atividades;
- IX - Apresentar periodicamente os registros aos Professor Orientador, mantendo-o informado do andamento das atividades;
- X - Zelar pela ética profissional, pelo patrimônio e pelo atendimento à filosofia e objetivos da Instituição Concedente;
- XI - Elaborar os relatórios previstos e cumprir na íntegra o Regulamento Geral de Estágio;
- XII - Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades desenvolvidas no campo de estágio.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Art. 14. O Relatório de Estágio consiste na síntese descritiva e analítico-reflexiva das experiências desenvolvidas e das aprendizagens consolidadas ao longo das atividades realizadas no Campo de Estágio;

Art. 15. O Relatório de Estágio caracteriza-se como uma produção individual a ser elaborada em conformidade com a estrutura e critérios estabelecidos neste Regulamento;

Art. 16. Constituem itens mínimos para a estruturação formal do Relatório de Estágio Obrigatório:

- I - Caracterização da Instituição Concedente;
- II – Elaboração clara de uma proposta teórico-metodológica para atuação nas escolas de educação básica, e na educação profissional;
- III – Planejamento das práticas pedagógicas, quando pertinente à etapa de regência;
- IV – Análise geral das práticas realizadas;

Art. 17. O Relatório de Estágio é avaliado segundo os seguintes critérios:

- I – Linguagem clara, objetiva, porém sem perder os aspectos descritivos e analíticos, quando assim couber;
- II – Planejamento educacional capaz de articular os objetivos gerais e específicos, conhecimentos trabalhados, métodos e estratégias de ensino-aprendizagem, recursos e processos avaliativos adotados para as práticas letivas;
- III – Organização do documento seguindo as normas da ABNT.

Art. 18. A apresentação pública da experiência documentada no Relatório Final de Estágio obedece ao seguinte regramento:

- I - Indicar os procedimentos previstos para a apresentação do relatório, caso prevista, especificando a forma de constituição de banca (se for o caso), estruturação de seminário de apresentação entre os estudantes ou outras modalidades de socialização da experiência, conforme decisão do colegiado/coordenadoria do curso

CAPÍTULO VII

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 19. A avaliação do Estágio é de responsabilidade conjunta do Professor Orientador e do Supervisor de Estágio, a ser conduzida de acordo com o previsto na Organização Didática das instituições conveniadas e respeitadas as normas deste Regulamento.

Art. 20. O aluno é considerado aprovado no Estágio se cumprir satisfatoriamente os seguintes aspectos:

- I – Cumprir satisfatoriamente as atividades previstas no Plano de Estágio;
- II – Entregar no final do semestre o Relatório de Atividades de Estágio, obtendo a nota mínima para aprovação, de acordo com a Organização Didática das instituições conveniadas.

Parágrafo único. O estagiário que, na avaliação, não alcançar aprovação, deverá repetir o Estágio, não cabendo avaliação complementar ou segunda chamada.

CAPÍTULO VIII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 21. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

APÊNDICE B



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na
modalidade a Distância**

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Dispõe sobre o regramento operacional das atividades complementares do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância – em rede proposto pelas Instituições parceiras: IFSul/IFMA/IFRN/IFMT/IFCE e IFRO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem por finalidade normatizar a inserção e validação das atividades complementares como componentes curriculares integrantes do itinerário formativo dos alunos do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância.

Art. 2º As atividades curriculares são componentes curriculares obrigatórios para obtenção da certificação final e emissão de diploma, conforme previsão do Projeto Pedagógico de Curso.

CAPÍTULO II DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 3º As atividades complementares constituem-se componentes curriculares destinados a estimular práticas de estudo independente e a vivência de experiências

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

formativas particularizadas, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

Art. 4º As atividades complementares compreendem o conjunto opcional de atividades didático-pedagógicas previstas no Projeto Pedagógico de Curso, cuja natureza vincula-se ao perfil de egresso do Curso.

§ 1º A integralização da carga horária destinada às atividades complementares é resultante do desenvolvimento de variadas atividades selecionadas e desenvolvidas pelo aluno ao longo de todo seu percurso formativo, em conformidade com a tipologia e os respectivos cálculos de cargas horárias parciais previstos neste Regulamento.

§ 2º As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas nas dependências dos Institutos, em outras Instituições de Ensino, ou em programações oficiais promovidas por outras entidades, desde que reconhecidas pelo colegiado / coordenação de curso e dispostas neste Regulamento.

Art. 5º As atividades complementares têm como finalidades:

- I. Possibilitar o aperfeiçoamento humano e profissional, favorecendo a construção de conhecimentos, competências e habilidades que capacitem os estudantes a agirem com lucidez e autonomia, a conjugarem ciência, ética, sociabilidade e alteridade ao longo de sua escolaridade e no exercício da cidadania e da vida profissional;
- II. Favorecer a vivência dos princípios formativos basilares do IFSul, do IFMA, do IFRN, do IFMT, do IFCE e do IFRO, possibilitando a articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional e o Projeto Pedagógico de Curso;
- III. Oportunizar experiências alternativas de aprendizagem, capacitando os egressos possam vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de construção do conhecimento.
- IV. Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva e a participação em atividades de extensão;

CAPÍTULO III **DA NATUREZA E CÔMPUTO**

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Art. 6º. São consideradas atividades complementares para fins de consolidação do itinerário formativo do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância.

- I. Participação em videoconferências na área da educação;
- II. Desenvolvimento e/ou participação em Projetos de Ensino registrados;
- III. Projetos e programas de pesquisa;
- IV. Atividades em programas e projetos de extensão;
- V. Participação em eventos técnicos científicos (seminários, simpósios, conferências, congressos, jornadas, visitas técnicas e outros da mesma natureza);
- VI. Atividades de monitorias em disciplinas de curso;
- VII. Aproveitamento de estudos em disciplinas que não integram o currículo do curso e/ou disciplinas de outros cursos;
- VIII. Participação em cursos de curta duração;
- IX. Trabalhos publicados em revistas indexadas ou não, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos;
- X. Atividades de gestão, tais como participação em órgãos colegiados, em comitês ou comissões de trabalhos e em entidades estudantis como membro de diretoria;
- XI. Permanência no Polo quando da visita do tutor à distância e/ou professor;
- XII. Trabalho de campo de pesquisa;
- XIII. Atividades culturais.

Art. 7º A integralização da carga horária total de atividades complementares no Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância referencia-se nos seguintes cálculos parciais:

I - LIMITES MÍNIMO E MÁXIMO DE HORAS POR ATIVIDADE COMPLEMENTAR

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	Carga horária por	Limite Máximo	Documento
------------------------	-------------------	---------------	-----------

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

	atividade /	no Curso	Comprobatório
Videoconferências	2 horas	10 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Projetos de Ensino	10 horas	30 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Projetos de Extensão	10 horas	30 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Eventos técnicos científicos	8 horas	16 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Monitorias	20 horas	60 horas	Atestado da Instituição
Aproveitamento de estudos	10 horas	10 horas	Documento comprobatório da Instituição em que cursou a Disciplina e Programa da disciplina devidamente assinada pela Instituição
Participação em cursos de curta duração	8 horas	20 horas	Declaração e/ou atestado de participação com carga Horária
Trabalhos publicados em revistas indexadas	10 horas	50 horas	Cópia do artigo com ISSN
Trabalhos publicados em revistas não indexadas	5 horas	10 horas	Cópia do artigo com ISSN
Apresentação de trabalhos em eventos científicos	5 horas	20 horas	Certificação de participação com o nome do trabalho apresentado

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Aprovação ou premiação em concurso	5 horas	10 horas	Certificação da Instituição premiadora
Atividades de gestão	10 horas	40 horas	Declaração e/ou atestado de participação
Permanência no Polo quando da visita do tutor à distância e/ou professor	2 horas	60 horas	Declaração e/ou atestado do Tutor e/ou Professor
Trabalho de campo de pesquisa	20 horas	60 horas	Documento da Instituição e/ou local em que foi executada a pesquisa junto com a cópia do projeto.
Atividades culturais	2 horas	20 horas	Declaração e/ou atestado de participação

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO

Art. 8º As atividades complementares deverão ser cumpridas pelo estudante a partir do segundo ano do curso, perfazendo um total de 200 horas, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 9º A integralização das atividades complementares é condição necessária para a colação de grau e deverá ocorrer durante o período em que o estudante estiver regularmente matriculado, excetuando-se eventuais períodos de trancamento.

Art. 10. Cabe ao estudante apresentar, junto à coordenação do polo para ser encaminhado a coordenação do curso/área, para fins de avaliação e validação, a comprovação de todas as atividades complementares realizadas mediante a entrega da documentação exigida para cada caso.

Parágrafo único - O estudante deve encaminhar à secretaria do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância a

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

documentação comprobatória, até 30 dias antes do final de cada período letivo cursado, de acordo com o calendário acadêmico vigente.

Art. 11. A coordenadoria de curso tem a responsabilidade de validar as atividades curriculares comprovadas pelo aluno, em conformidade com os critérios e cálculos previstos neste Regulamento, ouvido o colegiado/coordenadoria de curso.

§ 1º A análise da documentação comprobatória de atividades complementares desenvolvidas pelo estudante é realizada ao término de cada período letivo, em reunião do colegiado/coordenadoria do curso, culminando em ata contendo a listagem de atividades e cálculos de cargas horárias cumpridas por cada estudante.

§ 2º Após a análise, a documentação comprobatória bem como a planilha de atividades e cargas horárias validadas para cada estudante são encaminhadas pelo coordenador de curso ao setor de Registros Acadêmicos da Instituição e Câmpus ofertante para lançamento e arquivamento.

CAPÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 12. As atividades complementares cursadas anteriormente ao ingresso no curso são avaliadas, para efeito de aproveitamento, pelo coordenador do curso.

Art.13. Os casos omissos neste regulamento serão deliberados pelo colegiado/coordenadoria do curso.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

APÊNCIE C



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Dispõe sobre o regramento operacional do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância – em rede proposto pelas Instituições parceiras: IFSul/IFMA/IFRN/IFMT/IFCE e IFRO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento normatiza as atividades e os procedimentos relacionados ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância – em rede proposto pelas Instituições parceiras: IFSul/IFMA/IFRN/IFMT, IFCE e IFRO

Art. 2º O TCC é considerado requisito para a obtenção de certificação final e emissão de diploma.

CAPÍTULO II

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 3º O trabalho de conclusão de curso (TCC) do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância constitui-se

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

numa atividade curricular pedagógica, vinculada à área de conhecimento e ao perfil de egresso do Curso.

Art.4º O TCC consiste na elaboração, pelo acadêmico concluinte, de um trabalho que demonstre sua capacidade para formular, fundamentar e desenvolver uma pesquisa monográfica, sob a forma de artigo, de modo claro, objetivo, analítico e conclusivo.

§ 1º O TCC deve ser desenvolvido segundo as normas que regem o trabalho e a pesquisa científica, as determinações deste Regulamento e outras regras complementares que venham a ser estabelecidas pelo colegiado / coordenação de Curso.

§ 2º O TCC visa a aplicação dos conhecimentos construídos e das experiências adquiridas durante o curso.

§ 3º O TCC consiste numa atividade individual do acadêmico, realizada sob a orientação e avaliação docente.

Art. 5º O TCC tem como objetivos gerais:

- I - Estimular a pesquisa, a produção científica e o desenvolvimento pedagógico sobre um objeto de estudo pertinente ao curso;
- II – Possibilitar a sistematização, aplicação e consolidação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, tendo por base a articulação teórico-prática;
- III - Permitir a integração dos conteúdos, contribuindo para o aperfeiçoamento técnico-científico e pedagógico do acadêmico;
- IV - Proporcionar a consulta bibliográfica especializada e o contato com o processo de investigação científica;
- V - Aprimorar a capacidade de interpretação, de reflexão crítica e de sistematização do pensamento.

CAPÍTULO III

DA MODALIDADE E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Art. 6º No Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, em rede, na modalidade a Distância o TCC é desenvolvido na modalidade de artigo monográfico, em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso.

§ 1º O texto a ser apresentado para a banca e a versão final em meio eletrônico terá o caráter de monografia – tratamento escrito e aprofundado de um assunto, de maneira descritiva e analítica, em que a tônica é a reflexão sobre o tema em estudo.

§ 2º A produção do texto monográfico orienta-se pelas regras básicas de escrita acadêmico-científica da ABNT, bem como pelas normas de apresentação dispostas neste Regulamento.

CAPÍTULO IV

DA APRESENTAÇÃO ESCRITA, DEFESA E AVALIAÇÃO

Seção I

Da apresentação escrita

Art. 7º O TCC deverá ser apresentado sob a forma escrita, encadernada, a cada membro da banca examinadora com antecedência de, no mínimo, 15 dias em relação à data prevista para a apresentação oral.

§ 1º O TCC escrito será estruturado de acordo com o tipo de trabalho e pesquisa desenvolvida, cabendo ao professor orientador definir com o aluno a estrutura do texto a ser entregue.

§ 2º O trabalho deverá ser redigido, obrigatoriamente, de acordo com o Modelo Padrão disponibilizado pela Coordenação de Curso, obedecidas as seguintes normas de formatação: - Fonte: , tamanho 12;
- Espaçamento entre linhas 1,5; - Margens: superior e esquerda 3 cm, e inferior e direita 2 cm.

Seção II

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Da apresentação oral

Art. 8º A apresentação oral do TCC, em caráter público, ocorre de acordo com o cronograma definido pelo Colegiado/Coordenação de Curso, sendo composto de três momentos:

I - Apresentação oral do TCC pelo acadêmico;

II - Fechamento do processo de avaliação, com participação exclusiva dos membros da Banca Avaliadora;

III - Escrita da Ata, preenchimento e assinatura de todos os documentos pertinentes.

§ 1º O tempo de apresentação do TCC pelo acadêmico é de 20 minutos, com tolerância máxima de 10 minutos adicionais.

§ 2º Após a apresentação, a critério da banca, o estudante poderá ser arguido por um prazo máximo de 30 minutos.

§ 3º Aos estudantes com necessidades especiais facultar-se-ão adequações/adaptações na apresentação oral do TCC.

Art. 9º As apresentações orais dos TCCs ocorrerão no As reuniões periódicas para acompanhamento poderão ser realizadas a cada semana ou quinzenalmente, presenciais ou utilizando ferramentas síncronas de comunicação, tais como chats, Skype, ou ainda webconferência ou videoconferências. As visitas de avaliação deverão ser presenciais, podendo ser realizadas durante as práticas, em comum acordo com o professor supervisor, conforme cronograma estabelecido e divulgado previamente pelo Coordenador de Curso.

Seção III

Da avaliação

Art. 10. A avaliação do TCC será realizada por uma banca examinadora, designada pelo colegiado/coordenação de curso, por meio da análise do trabalho escrito e de apresentação oral.

Art. 11. Após a avaliação, caso haja correções a serem feitas, o discente deverá reformular seu trabalho, segundo as sugestões da banca.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Art. 12. Após as correções solicitadas pela Banca Avaliadora e com o aceite final do Professor Orientador, o acadêmico entregará à Biblioteca do câmpus uma cópia do TCC em formato eletrônico, arquivo pdf e .doc.

Parágrafo único. O prazo para entrega da versão final do TCC é definido pela Banca Avaliadora no ato da defesa, não excedendo a 30 dias a contar da data da apresentação oral.

Art. 13. O TCC somente será considerado concluído quando o acadêmico entregar, com a anuência do orientador, a versão final e definitiva.

Art. 14. Os critérios de avaliação envolvem:

I - No trabalho escrito – indicar os critérios definidos pelo colegiado/coordenadoria do curso, tais como: organização estrutural; a linguagem concisa; a argumentação coerente com o referencial teórico, com aprofundamento conceitual condizente com o nível de ensino; a correlação do conteúdo com o curso; a correção linguística e o esmero acadêmico-científico.

II - Na apresentação oral - indicar os critérios definidos pelo colegiado/coordenadoria do curso, tais como: o domínio do conteúdo, a organização da apresentação, a capacidade de comunicação das ideias e de argumentação.

Art. 15. A composição da nota será obtida por meio de indicar a regra para atribuição de nota por cada membro da banca, bem como para a composição da nota final.

1º Para ser aprovado, o aluno deve obter nota final igual ou superior a 7 (Sete) pontos.

§ 2º Caso o acadêmico seja reprovado em TCC, terá uma segunda oportunidade de readequar seu trabalho e reapresentá-lo num prazo máximo de 60 dias.

Art. 16. Verificada a ocorrência de plágio total ou parcial, o TCC será considerado nulo, tornando-se inválidos todos os atos decorrentes de sua apresentação.

CAPÍTULO V

DA COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DA BANCA

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Art. 17 A Banca Avaliadora será composta por, pelo menos, dois membros.

§ 1º O Professor Orientador será membro obrigatório da Banca Avaliadora e seu presidente.

§ 2º A escolha dos demais membros da Banca Avaliadora fica a critério do Professor Orientador e do orientando, com a sua aprovação pelo colegiado/coordenadoria de curso.

§ 3º O co-orientador, se existir, poderá compor a Banca Avaliadora, porém sem direito a arguição e emissão de notas, exceto se estiver substituindo o orientador.

§ 4º A critério do orientador, poderá ser convidado um membro externo ao Câmpus/Instituição, desde que relacionado à área de concentração do TCC e sem vínculo com o trabalho.

§ 5º A participação de membro da comunidade externa poderá ser custeada pelo câmpus, resguardada a viabilidade financeira.

Art. 18. Ao presidente da banca compete lavrar a Ata.

Art. 19. Os membros da banca farão jus a um certificado emitido pela Instituição, devidamente registrado pelo órgão da instituição competente para esse fim.

Art. 20. Todos os membros da banca deverão assinar a Ata, observando que todas as ocorrências julgadas pertinentes pela banca estejam devidamente registradas, tais como, atrasos, alteração dos tempos, prazos para a apresentação das correções e das alterações sugeridas, dentre outros.

CAPÍTULO VI

DA ORIENTAÇÃO

Art. 21. A orientação do TCC será de responsabilidade de um professor do curso ou de área afim do quadro docente.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Parágrafo único - É admitida a orientação em regime de co-orientação, desde que haja acordo formal entre os envolvidos (acadêmicos, orientadores e Coordenação de Curso).

Art. 22 Na definição dos orientadores devem ser observadas, pela Coordenação e pelo Colegiado de Curso, a oferta de vagas por orientador, definida quando da oferta do componente curricular, a afinidade do tema com a área de atuação do professor e suas linhas de pesquisa e/ou formação acadêmica e a disponibilidade de carga horária do professor.

§ 1º A substituição do Professor Orientador só será permitida em casos justificados e aprovados pelo Colegiado de Curso e quando o orientador substituto assumir expressa e formalmente a orientação.

Art. 23. Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) aluno(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do projeto de pesquisa até a defesa e entrega da versão final da monografia.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os alunos e emitir relatório de acompanhamento e avaliações.

III - Participar da banca de avaliação final na condição de presidente da banca.

IV - Orientar o aluno na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme as regras deste regulamento, em consonância com a metodologia de pesquisa acadêmico/científica.

V - Efetuar a revisão da monografia e autorizar a apresentação oral, quando julgar o trabalho habilitado para tal.

VI - Acompanhar as atividades de TCC desenvolvidas em ambientes externos, quando a natureza do estudo assim requisitar.

VII - inserir atribuições específicas, conforme a natureza do trabalho desenvolvido no âmbito do curso

Art. 24. Compete ao Orientando:

I – Observar e cumprir a rigor as regras definidas neste Regulamento.

CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

II – Atentar aos princípios éticos na condução do trabalho de pesquisa, fazendo uso adequado das fontes de estudo e preservando os contextos e as relações envolvidas no processo investigativo.

III - inserir atribuições específicas, conforme a natureza do trabalho desenvolvido no âmbito do curso

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. Os custos relativos à elaboração, apresentação e entrega final do TCC ficam a cargo do acadêmico.

Art. 26. Cabe ao Colegiado / Coordenadoria de Curso a elaboração dos instrumentos de avaliação (escrita e oral) do TCC e o estabelecimento de normas e procedimentos complementares a este Regulamento, respeitando os preceitos deste, do PPC e definições de instâncias superiores.

Art. 27. O discente que não cumprir os prazos estipulados neste regulamento deverá enviar justificativa por escrito ao colegiado do curso que julgará o mérito da questão.

Art. 28. Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso e pelo Professor Orientador.

Art. 29. Compete a Coordenadoria de Curso definir estratégias de divulgação interna e externa dos trabalhos desenvolvidos no Curso.